

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

O Paradoxo do Cético de Wittgenstein Enunciado por Kripke

Maysa M. Massimo Ribeiro

Brasília

2012

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

O Paradoxo do Cético de Wittgenstein Enunciado por Kripke

Maysa M. Massimo Ribeiro

Brasília

2012

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

O Paradoxo do Cético de Wittgenstein Enunciado por Kripke

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Filosofia.

Maysa M. Massimo Ribeiro

Orientador: Prof. Dr. Nelson Gonçalves Gomes

Área de Concentração: Filosofia

Subárea de Concentração: Linguagem, Lógica e Filosofia da Mente

Brasília

2012

Universidade de Brasília
Instituto de Ciências Humanas
Departamento de Filosofia
Programa de Pós-Graduação em Filosofia

O Paradoxo do Cético de Wittgenstein Enunciado por Kripke

Maysa M. Massimo Ribeiro

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Nelson Gonçalves Gomes (Universidade de Brasília)

Prof. Dr. Danilo Marcondes (PUC/Rio de Janeiro)

Prof. Dr. Agnaldo Cuoco Portugal (Universidade de Brasília)

Brasília

2012

*À minha mãe,
Para sempre
na minha vida...*

Agradecimentos

Primeiramente, gostaria de agradecer à CAPES, pela bolsa de mestrado.

À minha mãe, para sempre na minha vida...; nunca houve, nem haverá alguém igual a você. Todo o meu amor, "from here to eternity..."

Ao meu namorado, Alexandre, por ter me proporcionado uma felicidade a qual eu não sabia que era capaz de sentir; pelo amor que foi capaz de cuidar das feridas da perda; e pelas discussões filosóficas que reacenderam definitivamente a minha paixão pela filosofia, e me lembraram onde é o meu lugar.

Ao Prof. Nelson, que foi muito mais do que um orientador ao longo de toda essa trajetória; pelo exemplo de orientação cuidadosa na confecção do trabalho, pelas discussões filosóficas sempre produtivas e pela atenção mais que especial dispensada nos momentos de necessidade.

À minha irmã, Margarida, pela amizade, cumplicidade e por ser sempre minha companheira.

À Maurita, pela amizade, por me fazer rir, pelos conselhos sempre pertinentes, e pelo carinho com que cuida da minha casa e de mim.

À Tia Lulu, pela presença constante e pelo imenso carinho e cuidado após a nossa perda.

À vovó Eloá, minha vizinha do coração, por ser uma das pessoas que mais amo.

À minha amiga Raquel, pela amizade de muitos anos, e pela ajuda inestimável na reta final do trabalho.

Às minhas amigas queridas Alice, Laís e Domitila pela cumplicidade e pelos bons momentos.

Ao Prof. Herivelto Pereira, pela disponibilização de parte da bibliografia em arquivos digitalizados.

Aos Profs. membros da banca, pela importante contribuição ao trabalho e pela participação na banca de defesa.

Resumo

Na presente dissertação, apresenta-se, no primeiro capítulo, o paradoxo do cético de Wittgenstein que, segundo Kripke, seria o problema fundamental das *Investigações Filosóficas*, e estabelece que nenhum curso de ação pode ser determinado por uma regra, pois não se pode garantir que o aprendizado de uma regra no passado pode determinar o comportamento consoante a mesma regra no futuro. Posteriormente, apresenta-se o que seria, para Kripke, a solução ao paradoxo, que reside no argumento contrário à linguagem privada, passando pela mudança no pensamento de Wittgenstein, a partir da comparação entre suas obras *Tractatus* e *Investigações Filosóficas*. Nas *Investigações*, Wittgenstein teria rejeitado a visão realista do *Tractatus* de que a forma de explicação da significação advém da declaração das condições de verdade de uma frase, substituindo-a por uma visão que salienta mais o papel normativo da linguagem. Nesse sentido, destaca-se o conceito de *condição de justificação*, introduzido por Kripke em substituição às condições de verdade na declaração da veracidade ou falsidade de uma frase. Sob esse cenário, a solução ao paradoxo seria indagar quais circunstâncias efetivamente permitem a emissão de afirmações e qual o papel prático que essa permissão exerce. A justificação da obediência a uma regra só seria possível se considerado o contexto no qual tal regra e a pessoa que irá obedecer-lhe estão inseridas, ou, segundo Wittgenstein, uma regra só terá conteúdo substantivo se considerada dentro de seu jogo de linguagem, daí a não possibilidade de se seguir uma regra “privadamente”. No segundo capítulo do trabalho, apresentam-se posicionamentos contrários e favoráveis à interpretação dada por Kripke ao pensamento de Wittgenstein, visando à realização de um confronto de argumentos, que culmina, no terceiro capítulo do trabalho, com a conclusão pela correção da interpretação de Kripke, particularmente no que tange à mudança na filosofia da linguagem de Wittgenstein do *Tractatus* para as *Investigações Filosóficas*, como uma mudança de condições de verdade para condições de justificação ou de assertibilidade.

Palavras-chave: Paradoxo do cético; Wittgenstein; Kripke; Regra; Argumento da Linguagem Privada; Jogo de Linguagem; Condições de Verdade; Condições de Justificação.

Abstract

The present work introduces, in its first chapter, Wittgenstein's skeptical paradox, which is, according to Kripke, the fundamental problem of *Philosophical Investigations*, and establishes that no course of action could be determined by a rule, because we cannot assure that the learning of a rule in the past can determine any behavior according to the same rule in the future. Later, this work presents what Kripke believes is the solution to the paradox, which lies in the argument against the private language, and represents a change in Wittgenstein's philosophy, from his work in the *Tractatus* to the *Philosophical Investigations*. In *Philosophical Investigations*, Wittgenstein rejected the realistic view present in the *Tractatus*, which advocated a truth-conditional conception of meaning, and substituted for a view that gives more emphasis to the normative role of language. In this context, Kripke introduces the concept of *justification conditions*, substituting the concept of *truth conditions* in the role of declaring the truth or falsity of a sentence. Thus, the solution to the skeptical paradox is to see what circumstances actually license assertions and what role this license actually plays. The justification for following a rule is only possible within the context which the rule and the person who will follow it belong, or, according to Wittgenstein, a rule only has substantive content if considered inside its language game, therefore, it is not possible to follow a rule "privately". In the second chapter of this work, we present positions pro and against Kripke's interpretation of Wittgenstein's philosophy, aiming a confrontation of arguments, which reach to the conclusion, in the third chapter. Thereby, the conclusion of this work is that Kripke is correct in his interpretation of Wittgenstein's philosophy, particularly regarding the change in Wittgenstein's philosophy of language from the *Tractatus* to the *Philosophical Investigations*, as a change from truth conditions to assertability or justification conditions.

Keywords: Skeptical paradox; Wittgenstein; Kripke; Rule; Private Language Argument; Language Game; Truth Conditions; Justification Conditions.

SUMÁRIO

Agradecimentos	v
Resumo	vi
<i>Abstract</i>	vii
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I - O PARADOXO DO CÉTICO DE WITTGENSTEIN ENUNCIADO POR KRIPKE	3
1.1 A Solução de Wittgenstein ao Paradoxo do Cético: o Argumento da “Linguagem Privada”	9
CAPÍTULO II - O WITTGENSTEIN DE KRIPKE	23
2.1 McDowell: “há uma concepção de regra que não é uma interpretação”	24
2.2 Baker e Hacker: Kripke e uma interpretação incorreta do pensamento de Wittgenstein	27
2.2.1 Quanto ao Paradoxo do Cético	30
2.2.2 Quanto ao Argumento da Linguagem Privada	34
2.2.3 O Problema Cético de Kripke	35
2.2.4 A Solução Cética de Kripke	38
2.2.5 O Papel do “Acordo” em Wittgenstein e em Kripke	40
2.2.6 Condições de Verdade e Condições de Justificação	43
2.3 George Wilson: O Wittgenstein de Kripke defendido	44
2.3.1 O Cético de Kripke em oposição ao Wittgenstein de Kripke	45
2.3.2 A Primeira Objeção de McDowell	50
2.3.3 A Segunda objeção de McDowell	53
2.4 Kusch: do Determinismo de Significado ao Ceticismo de Significado	56
2.4.1 As Características do Determinismo de Significado	58
2.4.2 Alternativas ao Determinismo de Significado	62
2.4.3 Propostas Deterministas de Significado	64
2.4.4 O Ceticismo de Significado	67
CAPÍTULO III – CONCLUSÃO	78
DO <i>TRACTATUS</i> ÀS <i>INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS</i> : UMA TEORIA DE CONDIÇÕES DE VERDADE PARA UMA TEORIA DE CONDIÇÕES DE ASSERTIBILIDADE	
Referências Bibliográficas	97

INTRODUÇÃO

A dissertação de mestrado a seguir desenvolvida, requisito parcial à conclusão do mestrado acadêmico de filosofia, visa a realizar uma análise da mudança do pensamento de Wittgenstein, do *Tractatus* às *Investigações Filosóficas*, a partir do estudo do paradoxo do cético e de sua consequente solução por meio do argumento da linguagem privada, enunciados por Saul Kripke em seu livro *Wittgenstein on Rules and Private Language*.

Consoante apresenta Kripke, o paradoxo cético de Wittgenstein estabelece que nenhum curso de ação pode ser determinado por uma regra, uma vez que não há nada no comportamento externo de uma pessoa que apresente qualquer evidência que uma regra aprendida no passado determine seu comportamento segundo a mesma regra no futuro.

A partir disso, explicita-se a relevância do tema tratado, levando-se em consideração que a eventual não resolução do paradoxo cético, isto é, a não possibilidade de condicionamento temporal de comportamentos por meio de regras, levaria, em um primeiro momento ao fracasso inevitável das interações sociais, que dependem de um pano de fundo padrão de acordo normativo, e, em um segundo momento, ao fracasso da própria comunicação, dado que a linguagem é esse fundo padrão por excelência.

Assim, acreditando-se na importância da análise da mudança na filosofia da linguagem de Wittgenstein, mediante a solução do paradoxo cético, por meio da conclusão pela não possibilidade de uma normatividade “privada”, serão apresentados a seguir os objetivos deste trabalho. Impende ressaltar que as traduções utilizadas, em sua maioria, são próprias à autora do trabalho, de vez que não há no mercado editorial ou acadêmico tradução para o português de grande parte dos textos constantes da bibliografia. Nesse sentido, as traduções da autora constam do corpo do trabalho, em respeito ao idioma pátrio, obrigatório na confecção de textos acadêmicos, com seus originais presentes nas notas de rodapé, com a devida referência.

O primeiro capítulo deste trabalho tem por escopo a apresentação do paradoxo do cético de Wittgenstein, na perspectiva de Saul Kripke, consubstanciado na não possibilidade de vinculação normativa de condutas, haja vista que nenhum curso de ação poderia ser determinado por uma regra, uma vez que não se pode garantir que o aprendizado de uma regra no passado pode determinar o comportamento segundo a mesma regra no futuro.

Após tal apresentação, segue-se com uma análise do que seria a solução de Wittgenstein ao paradoxo do cético, também segundo Kripke, que residiria no argumento contrário à possibilidade de uma linguagem privada, destacando-se os conceitos de “acordo”, “forma de vida” e “critérios”, solução essa constituída como garantia para o sucesso das interações sociais, da correta aplicação de regras, e, enfim, da comunicação.

Uma vez discutidos no primeiro capítulo os pontos centrais trabalhados por Kripke em seu livro, que suscitaram larga discussão entre os filósofos contemporâneos a ele, dada a importância do tema e o impacto que seu trabalho causou, o segundo capítulo objetivará realizar uma descrição-crítica dos principais argumentos levantados tanto contrária quanto favoravelmente a Kripke, ou mais

precisamente, à interpretação que Kripke deu ao pensamento de Wittgenstein, ou, ainda, ao Wittgenstein de Kripke. Foram selecionados quatro posicionamentos, os quais foram descritos com bastante detalhamento e rigor; dois contrários, de McDowell e de G. P. Baker e P. M. S. Hacker, e dois favoráveis, de George Wilson e de Martin Kusch, a fim de realizar-se um efetivo confronto de argumentos.

Finda a recapitulação descritivo-crítica das repercussões do trabalho de Kripke, parte-se para a conclusão do trabalho, que visa a demonstrar, nos termos defendidos, em linhas gerais, por Kusch, que a interpretação que Kripke deu ao pensamento de Wittgenstein, ainda que não de todo, está em grande parte fiel à posição do autor, não a descaracterizando em momento algum, além de se tratar de uma visão coerente em seus próprios termos, contrariamente ao que afirmam os principais opositores de Kripke, isto é, Baker e Hacker.

Em outras palavras, na conclusão pretende-se demonstrar que Kripke estava correto em sua afirmação quanto à mudança na filosofia da linguagem de Wittgenstein, do *Tractatus* para as *Investigações Filosóficas*, como uma mudança de um cenário em que o papel descritivo da linguagem era central, dada a visão realista de que a forma geral de explicação da significação advém da declaração da condição de verdade de uma frase, para um novo cenário linguístico, com preponderância para o papel normativo da linguagem, destacando-se o conceito de “jogo de linguagem”, como contexto dinâmico para a atribuição de conceitos por uma comunidade a um indivíduo, como condição de assertibilidade ou de justificação¹ para a veracidade de uma frase, em substituição às condições de verdade. Tudo isso tendo sido alinhavado por Kripke a partir do paradoxo cético e sua solução cética mediante a não subsistência do argumento da linguagem privada.

¹ Neste trabalho utilizar-se-ão, como o próprio Kripke o faz, as expressões “condições de justificação” e “condições de assertibilidade” como sinônimas, dando prevalência para uma, em detrimento da outra, a depender da pertinência contextual.

CAPÍTULO I

O PARADOXO DO CÉTICO DE WITTGENSTEIN

Saul Kripke inicia seu livro *Wittgenstein on Rules and Private Language* apresentando o paradoxo de Wittgenstein, que, segundo o autor, encontra-se descrito nas *Investigações Filosóficas* no parágrafo 201, conforme abaixo: “Nosso paradoxo era o seguinte: Uma regra não poderia determinar um modo de agir, dado que todo modo de agir deve poder concordar com a regra”. (Wittgenstein, 2009, p. 113)

A partir da apresentação do paradoxo nas palavras do próprio Wittgenstein, Kripke passa a desenvolvê-lo segundo seu entendimento, apresentando suas objeções e pontos concordantes, de forma diferente das formulações originais de Wittgenstein, dispensando atenção especial às distinções entre os conceitos de “uso” e “menção”, bem como entre usos de uma regra no passado e no presente, culminando na solução do paradoxo, que é o argumento da linguagem privada.

Segundo a perspectiva de Kripke, entende-se que o paradoxo de Wittgenstein estabelece que nenhum curso de ação pode ser determinado por uma regra, uma vez que não se pode garantir que o aprendizado de uma regra no passado pode determinar o comportamento consoante a mesma regra no futuro. Diante disso, Kripke inicia a sua explanação utilizando como exemplo a regra matemática da soma.

Com o questionamento “Como eu sei que devo responder ‘125’ à pergunta ‘68+ 57?’” (Kripke, 1982, p. 12)², Kripke apresenta o paradoxo de Wittgenstein dialogando com um interlocutor cético³, que duvida da possibilidade de que uma regra aprendida no passado, como a da adição, motive ou justifique a resposta ‘125’ dada no presente. Sob a perspectiva do cético, seria plenamente possível dar-se qualquer valor como resposta à pergunta “Quanto é 68 + 57?”, já que o comportamento externo de uma pessoa não apresenta qualquer evidência de que o aprendizado correto de uma regra no passado vincule eventual resposta correta no presente:

Porque o cético sustenta que nenhum fato sobre a minha história passada – nada que estava em minha mente, ou em meu comportamento externo – estabelece que eu afirmei plus ao invés de quus⁴. (Kripke, 1982, p. 7)⁵

² “How do I know that I should respond ‘125’ to the query ‘68 + 57?’”.

³ Kripke expõe o modo de escrita de Wittgenstein, que o tempo todo parece estar em diálogo com um interlocutor, de sorte a que suas conclusões são alcançadas como forma de resposta às indagações desse interlocutor. Sabe-se, na verdade, que tal interlocutor era o próprio Wittgenstein, que, não satisfeito com suas conclusões enunciadas no *Tractatus*, escreveu as *Investigações Filosóficas*, chegando a conclusões relativamente opostas às enunciadas em seu primeiro livro. Daí falar-se em Wittgenstein 1, relativo ao *Tractatus*, e Wittgenstein 2, relativo às *Investigações*. As diferenças existentes entre o pensamento do mesmo autor serão discutidas de forma mais profunda posteriormente neste trabalho.

⁴ Kripke utiliza o termo “quus” para designar eventual entendimento e aplicação errôneos da função “plus”, que seria, em português a função “soma” ou “mais”. Optou-se neste trabalho por manter-se a designação original, seja porque a expressão “plus” existe em latim, que é a raiz do vernáculo pátrio, seja para evitar uma tradução que descaracterizasse a ideia desenvolvida por Kripke.

⁵ “For the sceptic holds that no fact about my past history – nothing that was ever in my mind, or in my external behavior – establishes that I meant plus rather than quus”.

O que o interlocutor cético quer dizer, em verdade, é que o fato de eu aprender uma regra no passado, como a da adição, e utilizá-la em diversos casos ao longo da minha vida, não pode ser dado como garantia de que tal regra será utilizada do mesmo modo no futuro. Em outras palavras, o aprendizado e utilização passados de uma regra não constituem instruções para meu comportamento futuro. Segundo Kripke:

O desafio de Wittgenstein pode ser apresentado para mim como uma pergunta sobre mim mesmo: existe algum fato passado a meu respeito – no qual eu associei a regra de adição a ‘plus’ – que determine que eu deva fazer o mesmo agora no presente⁶? (Kripke, 1982, p. 15)

O entendimento cético admite, igualmente, a possibilidade de entendimento errôneo de uma regra no passado, como, por exemplo, no caso de uma pessoa aprender como regra da adição a regra da subtração. Nesse caso, diante da pergunta “Quanto é $68 + 57$?”, a resposta ‘5’ seria plenamente correta para tal pessoa. No entanto, não se poderia garantir, do mesmo modo, que o aprendiz tenha dado a resposta ‘5’ no presente exclusivamente por causa de seu entendimento errôneo no passado.

Em outras palavras, não há nada no comportamento externo de alguém que responde a uma pergunta relativa a uma operação de adição que garanta que sua resposta advenha de um padrão normativo aprendido no passado. A dúvida cética, consubstanciada no paradoxo de Wittgenstein, trata-se, assim, de uma perspectiva normativa sobre a relação entre significação e intenção em ações futuras, conforme obtempera Kripke:

A questão não é que, se eu associei adição a ‘+’, eu vou responder ‘125’, e sim que, se eu pretendo concordar com meu uso passado de ‘+’, eu devo responder ‘125’. (...) A relação de significação e intenção em relação a ações futuras é *normativa*...⁷. (Kripke, 1982, p. 37).

Uma tentativa de solução ao paradoxo do cético exposta por Kripke estaria na atribuição de uma ‘qualidade interna especial’ ao ato particular de entendimento de uma regra, que, no caso do exemplo dado, residiria no ato de entender adição como significando ‘soma’. Nas palavras de Kripke:

(...) Por que não alegar que ‘associar adição a ‘plus’ denota uma experiência irreduzível, com uma qualidade especial, sabida diretamente por cada um de nós por meio de introspecção?’⁸. (Kripke, 1982, p. 37).

A atribuição de eventual ‘qualidade interna especial’ ao ato de entendimento da regra de adição proveria a própria experiência de formação de tal significado com uma *qualidade introspectiva*

⁶ “Wittgenstein’s challenge can be presented to me as a question about myself: was there some past fact about me – what I ‘meant’ by plus – that mandates what I should do now?”

⁷ “The point is not that, if I meant addition by ‘+’, I will answer ‘125’, but that, if intend to accord with my past meaning of ‘+’, I should answer ‘125’. (...) The relation of meaning and intention to future action is *normative*...”

⁸ “(...) Why not argue that ‘meaning addition by ‘plus’ denotes an irreducible experience, with its own special quale, known directly to each of us by introspection?”

irredutível, tal como ocorre em relação à sensação de estar com dor de cabeça. Destarte, a utilização correta de uma regra, como a de adição, no caso, configurada pela associação da função de adição à soma, poderia ser de imediato identificada pelo aplicador da regra, assim que constatasse introspectivamente a presença da ‘qualidade interna especial’ relativa ao ato em particular. Consoante Kripke:

(...) Presumivelmente, a experiência de significação de adição tem sua própria qualidade irredutível, tal como ocorre com sentir uma dor de cabeça. O fato que eu associe adição a ‘plus’ é para ser identificado com a minha posse de uma experiência dessa qualidade⁹. (Kripke, 1982, p. 41).

Em assim sendo, estaria solvido o problema da possibilidade de justificação da utilização correta de regras, mesmo sob uma perspectiva temporal, na medida em que correta estaria a aplicação de uma regra se, e somente se, viesse com ela sua respectiva ‘qualidade interna especial’.

No entanto, a teoria acima descrita não da conta de responder adequadamente à dúvida cética acima enunciada. O interlocutor cético indaga por que alguém apresenta com certeza a resposta ‘125’ à pergunta ‘quanto é $68 + 57$?’, ainda que nunca tenha pensado em tal adição em particular. No caso de estar uma regra associada a um estado introspectivo específico, como no caso da atribuição a ela de uma ‘qualidade interna especial’, transferem-se as indagações para o que seria especificamente esse estado introspectivo, e como estaria relacionado à aplicação de regras.

Em outras palavras, ao invés de indagar como posso garantir que a utilização reiterada de uma regra de um modo no passado determine e justifique as minhas ações no futuro, passa-se a indagar se a aplicação da regra ocorre concomitantemente à presença do estado introspectivo respectivo em todas as circunstâncias, ou se uma pode ocorrer sem a outra.

Ainda, caberia indagar sobre a qualidade interna específica em si. Utilizando-se o exemplo de uma dor de cabeça que aparece constantemente em uma pessoa toda vez que ela toma chuva. No caso, poder-se-ia estabelecer, para essa pessoa, uma relação entre tomar chuva e ter dor de cabeça, diante da constância da associação. No entanto, tal relação seria suficiente para afirmar que toda vez que essa pessoa tomar chuva no futuro terá necessariamente dor de cabeça? Ou ainda, seria plausível a indagação de que se tal pessoa tomar chuva, mas não tiver a dor de cabeça associada subsequentemente, significa que ela não tomou chuva, já que não ocorrido o estado introspectivo estabelecido como qualidade interna específica?

Tal possibilidade parece absurda, ou mesmo risível, diante do exemplo concreto. Com esse exemplo, demonstra-se que, não somente a teoria da ‘qualidade interna específica’ é totalmente falha como forma de resposta à dúvida cética sobre a garantia de aplicabilidade de regras no futuro a partir de aplicações passadas, como acaba por trazer outros complicados questionamentos, sobretudo no que tange à existência ou não de uma experiência especial, em sentido introspectivo, de construção de significados, a qual Wittgenstein nega.

⁹“Presumably the experience of meaning addition has its own irreducible quality, as does that of feeling a headache. The fact that I mean addition by ‘plus’ is to be identified with my possession of an experience of this quality”.

Assim conclui Kripke:

Então: se existisse uma experiência especial de 'significação', na qual associa a 'plus', análoga a uma dor de cabeça, ela não teria as propriedades que um estado de associação de adição a 'plus' deveria ter – ela não me diria o que fazer em novos casos. Wittgenstein argumenta extensivamente que a suposta experiência única especial de significação (adição associada a 'plus', etc) não existe¹⁰. (Kripke, 1982, p. 43).

Por meio de exemplos, Wittgenstein, nas *Investigações Filosóficas*, descaracteriza a existência de supostas experiências especiais associadas à aplicação de regras. Após uma consideração geral sobre o suposto processo introspectivo de formação do entendimento, Wittgenstein entra fundo no problema mediante o exemplo do aprendizado de leitura. Impende ressaltar que, para Wittgenstein, ler significa:

(...) Por 'ler' Wittgenstein quer dizer ler em voz alta o que está escrito ou impresso e atividades semelhantes: ele não está preocupado com eventual entendimento do que está escrito. (...) Ler nesse sentido é um simples caso de 'seguir uma regra'¹¹. (Kripke, 1982, p. 45).

Wittgenstein descreve um analfabeto que está iniciando suas experiências com o processo de leitura, e, por isso, lê com dificuldades, subdividindo as palavras nas letras e sílabas que a compõem. Tal pessoa, diante dessas circunstâncias, pode vir a ter uma experiência introspectiva quando efetivamente começar a ler com fluidez, em detrimento de apenas repetir letras e sílabas.

Entretanto, no caso de um leitor avançado, que lê com frequência já há muito tempo, não se poderia falar de uma especial experiência consciente associada ao ato de leitura. Nas palavras de Kripke:

(...) Wittgenstein destaca que um iniciante, que lê soletrando trabalhosamente as palavras, pode ter uma experiência introspectiva quando começar a ler efetivamente, ao invés de apenas fingir 'ler' uma passagem que havia memorizado anteriormente; mas um leitor experiente apenas diz as palavras, não estando ciente de nenhuma experiência especial consciente de 'derivar' as palavras da página¹². (Kripke, 1982, p. 45).

Wittgenstein segue em seu exemplo, com o escopo de demonstrar a não existência de uma experiência própria pertinente ao ato de entendimento, analisando o caso de um professor que está

¹⁰ "So: If there were a special experience of 'meaning' addition by 'plus', analogous to a headache, it would not have the properties that a state of meaning addition by 'plus' ought to have – it would not tell me what to do in new cases. Wittgenstein extensively argues in addition that the supposed unique special experience of meaning (addition by 'plus', etc) does not exist".

¹¹ "By 'reading' Wittgenstein means reading out loud what is written or printed and similar activities: he is not concerned with understanding what is written. (...) Reading in this sense is a simple case of 'following a rule'".

¹² "Wittgenstein points out that a beginner, who reads by laborious spelling words out, may have an introspectible experience when he really reads, as opposed to pretending to 'read' a passage he has actually memorized in advance; but an experienced reader simply calls the words out and is aware of no special conscious experience of 'deriving' the words from the page".

ensinando seus alunos a ler. Nessa análise, levanta os seguintes questionamentos: haverá um momento factual específico em que ele poderá dizer que seus alunos estão efetivamente lendo? Poderá ocorrer de um aluno, em um momento identificável, precisar que para si e externamente que está lendo? Mas será isso suficiente para que o professor ateste que efetivamente completou-se o processo de aprendizado? Nas palavras de Kripke:

(...) E suponha-se que um professor está ensinando uma quantidade de alunos iniciantes a ler. Alguns fingem que estão lendo, outros ocasionalmente acertam por acidente, outros já efetivamente aprenderam a ler. Quando alguém passou pelo último estágio de aprendizado? Em geral, não haverá um momento identificável para esse acontecimento: o professor irá julgar se um dado aluno 'aprendeu a ler', caso ele passe nos testes de leitura com determinada frequência. Pode haver ou não um momento identificável, quando o aluno sentiu pela primeira vez, 'Agora estou lendo!', mas a presença de tal experiência não é condição nem necessária, nem suficiente, para que o professor ateste que ele está efetivamente lendo¹³. (Kripke, 1982, pp. 45-46).

Em outras palavras, no exemplo do professor e seus alunos, a mera existência de uma experiência factual interna precisa do aprendizado da leitura não garante a efetividade do aprendizado. Daí Kripke conclui, estendendo a conclusão para a generalidade de casos: "É por meio de exemplos como esses (...) que Wittgenstein sustenta que as supostas experiências especiais associadas a seguir regras são quiméricas¹⁴". (Kripke, 1982, p. 46).

Mais adiante, Kripke reitera o pensamento de Wittgenstein, indo além em sua conclusão acerca da não existência de estados introspectivos únicos que garantam a correta significação, ou, mais ainda, a regularidade temporal na aplicação de regras, afirmando que se existisse de fato tal estado introspectivo único e preciso, não haveria qualquer sentido na dúvida cética. Assim obtempera:

Obviamente, a falsidade do ponto de vista do 'estado único de introspecção' de significação de plus deveria estar implícita desde o começo do problema. Se realmente existisse um estado de introspecção, como uma dor de cabeça, de associação do significado de adição a 'plus' (e se realmente tal pudesse ter o papel de justificação esperado de um estado como esse), ele teria (...) dissolvido qualquer interesse em relação ao desafio cético¹⁵. (Kripke, 1982, p. 51).

¹³ "And suppose a teacher is teaching a number of beginners to read. Some pretend, other occasionally get it right by accident, others have already learned to read. When has someone passed into the latter class? In general, there will not be an identifiable moment when this has happened: the teacher will judge of a given pupil that he has 'learned to read' if he passes tests for reading often enough. There may be or not be an identifiable moment when the pupil first felt, 'Now I am reading!' but the presence of such an experience is neither a necessary nor a sufficient condition for the teacher to judge of him that he is reading".

¹⁴ "It is by examples like these (...) that Wittgenstein argues that the supposed special 'experiences' associated with rule following are chimerical"

¹⁵ "Of course the falsity of the 'unique introspectible state' view of meaning plus must have been implicit from the start of the problem. If there really were an introspectible state, like a headache, of meaning addition by 'plus' (and if it really could have the justificatory role such a state ought to have), it would (...) have robbed the sceptic's challenge of any appeal".

Ainda, a partir da negação da existência de estados introspectivos especiais associados aos processos de significação, Kripke enumera a dificuldade lógica implícita no argumento cético de Wittgenstein, já que se existisse um estado introspectivo que garantisse o correto entendimento e aplicação, tal deveria ser um objeto finito, já que presente em mentes finitas de seres humanos. Nesse caso, os finitos estados introspectivos teriam de dar conta das infinitas possibilidades presentes no mundo, seja de aplicações de regras, ou de sensações como a dor de cabeça.

Wittgenstein, segundo Kripke, posiciona-se, então, pela impossibilidade humana de articular os diversos estados presentes no cérebro às infinitas possibilidades do mundo, bem como pela impossibilidade de decodificar cada estado existente no 'quadro geral de estados' à experiência correlata da realidade. O trecho abaixo, fazendo uso novamente do exemplo da regra de adição, resume apropriadamente a conclusão de Wittgenstein a respeito da impossibilidade lógica de 'estados finitos da mente' serem determinantes na compreensão e aplicação correta de uma regra:

Um tal estado (de 'associação do significado de adição ao de plus') teria de ser um objeto finito, contido em nossas mentes finitas. Isso não quer dizer que eu esteja pensando explicitamente em cada caso do quadro geral de adição, nem mesmo que eu esteja codificando cada caso em separado no cérebro: nos falta capacidade para isso¹⁶. (Kripke, 1982, pp. 52-53).

Novamente, uma teoria que proponha um quadro de estados finitos presentes na mente, e disponíveis ao usuário da linguagem em sua utilização na vida prática, transfere a solução da dúvida cética acerca da possibilidade de garantia de compreensão e aplicação adequada de regras sob uma perspectiva temporal a uma eventual associação correta, operada no cérebro, entre estado mental e acontecimento na realidade. Tal teoria demonstra-se, portanto, falha à solução do paradoxo cético, consoante pondera Kripke:

(...) Mas em todo caso não se pode fugir do problema cético, e ele emerge precisamente na questão de como a existência em minha mente de qualquer entidade ou ideia mental pode *captar* alguma sensação particular ao invés de outra. A ideia em minha mente é um objeto finito: será que não pode ser interpretada como determinante de uma função quus, ao invés de uma função plus? É claro que pode haver outra ideia em minha mente, a qual se supõe constitutiva de um ato de determinar uma interpretação particular para a primeira ideia; mas daí o problema obviamente emerge mais uma vez nesse novo nível. (Uma regra para interpretar uma regra novamente). E assim por diante (...) ¹⁷ (Kripke, 1982, p. 54).

Ante o exposto, o paradoxo do cético de Wittgenstein, sustentado pelo interlocutor cético, permaneceu sem solução diante de teorias que tentaram solvê-lo por meio de recurso a 'qualidades

¹⁶ "Such a state (of 'meaning addition by plus') would have to be a finite object, contained in our finite minds. It does not consist in my explicitly thinking of each case of the addition table, nor even of my encoding each separate case in the brain: we lack the capacity for that."

¹⁷ But ultimately the sceptical problem cannot be evaded, and it arises precisely in the question how the existence in my mind of any mental entity or idea can *constitute* 'grasping' any particular sense rather than another. The idea in my mind is a finite object: can it not be interpreted as determining a quus function, rather than a plus function? Of course there may be another idea in my mind, which is supposed to constitute its act of *assigning* a particular interpretation to the first idea; but then the problem obviously arises again at this new level. (A rule for interpreting a rule again). And so on (...)"

internas especiais' ou 'estados mentais finitos'. Nesse sentido, afirma Kripke que: "A resposta ao problema do cético, 'O que me diz como devo aplicar uma determinada regra a um novo caso?', deve vir de algo externo a imagens ou estados mentais 'qualitativos'¹⁸". (Kripke, 1982, p. 43).

Entretanto, se mantido o paradoxo do cético, ocorreria a desnaturação por completo, em uma primeira instância, da possibilidade de vinculação temporal de qualquer regra, e, em última análise, da possibilidade de existência de qualquer regra, vez que o conceito de regra constituiu-se em um enunciado geral e abstrato: geral, por ser aplicável a diversos casos, para além de casos particulares restritos, e abstrato, pela possibilidade de se prostrar no tempo.

Em assim sendo, cabe analisar a solução dada para tão importante paradoxo, que, teria sido enunciada pelo próprio Wittgenstein, e esmiuçada por Kripke em seu texto, qual seja, o argumento da linguagem privada.

1.1 A Solução de Wittgenstein ao Paradoxo do Cético: o Argumento da "Linguagem Privada"

Kripke inicia o segundo capítulo de seu livro *Wittgenstein on Rules and Private Language* buscando uma solução para o ainda não solvido paradoxo do cético de Wittgenstein, enunciado no tópico anterior, reiterando que não se pode concluir que o uso passado de uma regra com determinada significação de palavras seja vinculante a eventuais aplicações futuras. Em suas próprias palavras:

O argumento cético, então, continua sem resposta. Não pode haver algo tal como a significação por uma palavra. Cada nova aplicação que fazemos é um salto no escuro: qualquer intenção presente poderia ser interpretada como concordante com qualquer coisa que escolhamos fazer. Destarte, não pode haver nem acordo, nem conflito¹⁹. (Kripke, 1982, p. 55)

Mais especificamente, para Wittgenstein, o paradoxo permaneceria sem solução diante do problema de que não há nenhum estado presente em minha mente que determine o que devo fazer no futuro:

(...) O problema importante para Wittgenstein é que o meu estado mental presente parece não determinar o que eu *devo* fazer no futuro. Embora me *pareça* (agora) que algo em minha cabeça correspondente à palavra 'plus' determina uma certa resposta para qualquer novo par de argumentos, de fato, nada na minha cabeça promove efetivamente essa determinação²⁰. (Kripke, 1982, p. 56)

¹⁸ The answer to the sceptic's problem, 'What tells me how I am to apply a given rule in a new case?', must come from something outside any images or 'qualitative' mental states".

¹⁹ The sceptical argument, then, remain unanswered. There can be no such thing as meaning anything by any word. Each new application we make is a leap in the dark: any present intention could be interpreted so as to accord with anything we may choose to do. So there can be neither accord, nor conflict".

²⁰ "(...) The important problem for Wittgenstein is that my present mental state does not appear to determine what I ought to do in the future. Although it may feel (now) that something in my head corresponding to the word 'plus' mandates a determinate response to any new pair of arguments, in fact nothing in my head does so".

Para Kripke, a solução de Wittgenstein reside no argumento contrário à possibilidade de uma linguagem privada, que repudia, inicialmente a existência de qualquer estado ou fato especial relativo à minha mente que constitui e determina a significação:

...a sua solução para seu próprio problema cético começa com sua concordância com os cétricos de que não existe qualquer 'fato superlativo' (§192) a respeito da minha mente que constitua a minha significação de adição associada a 'plus' e que determine antecipadamente o que devo fazer de acordo com tal significação²¹. (Kripke, 1982, p. 65)

A solução ao paradoxo passa pela própria mudança no pensamento de Wittgenstein, mais especificamente, em sua filosofia da linguagem, verificável a partir de uma comparação entre suas obras *Tractatus* e *Investigações Filosóficas*. Nas palavras de Kripke:

...devemos falar algo sobre a mudança na filosofia da linguagem de Wittgenstein do *Tractatus* para as *Investigações*. Embora detalhadamente o *Tractatus* esteja entre as obras filosóficas de maior dificuldade, suas principais diretivas são bem conhecidas. Para cada frase corresponde um (possível) fato. Se tal fato for o caso, a frase é verdadeira; se não, falsa. Para frases atômicas, a relação entre uma frase e o fato que ela veicula é de uma correspondência simples ou de isomorfismo. A frase contém nomes, correspondentes a objetos. Uma frase atômica é em si mesma um fato, que estabelece determinada relação entre os nomes; e pode-se dizer que (existe um fato correspondente no qual) os objetos correspondentes seguem a mesma relação. Outras frases (finitas ou infinitas) são funções de verdade dessas.

(...)

A mais simples, mais básica ideia do *Tractatus* dificilmente pode ser deixada de lado: uma frase declarativa obtém seu significado em virtude de sua *condição de verdade*, em virtude de sua correspondência a fatos que devem ser o caso se ela for verdadeira²². (Kripke, 1982, pp. 71-72)

A ideia central do *Tractatus*, assim, é de que o significado de frases declarativas não só parece natural, como igualmente tautológico, dada a correspondência direta ou isomórfica com os fatos do mundo. Percebe-se o papel crucial dado por Wittgenstein ao papel descritivo da linguagem. No entanto, com as *Investigações*, o autor rejeita a visão realista de que a forma geral de explicação da significação advém da declaração da condição de verdade de uma frase, substituindo-a por uma visão que dá maior relevo ao papel normativo da linguagem. Nas palavras de Kripke:

²¹ "...his solution to his own sceptical problem begins by agreeing with the skeptics that there is no 'superlative fact' (§192) about my mind that constitutes my meaning addition by 'plus' and determines in advance what I should do to accord with this meaning".

²² "...we must say something about the change in Wittgenstein's philosophy of language from the *Tractatus* to the *Investigations*. Although in detail the *Tractatus* is among the most difficult of philosophical works, its rough outlines are well known. To each sentence there corresponds a (possible) fact. If such a fact, obtains, the sentence is true; if not, false. For atomic sentences, the relation between a sentence and the fact it alleges is one of a simple correspondence or isomorphism. The sentence contains names, corresponding to objects. An atomic sentence is itself a fact, putting the names in a certain relation; and it says that (there is a corresponding fact that) the corresponding objects are in the same relation. Other sentences are (finite or infinite) truth-functions of these. (...) The simplest, most basic idea of the *Tractatus* can hardly be dismissed: a declarative sentence gets its meaning by virtue of its *truth condition*, by virtue of its correspondence to facts that must obtain if it is true".

No lugar dessa visão, Wittgenstein propõe um cenário geral alternativo. (...). Wittgenstein substitui o questionamento, 'Qual deve ser o caso para que uma frase seja verdadeira?' por dois outros: primeiro, 'Sob quais condições pode essa formação de palavras ser apropriadamente afirmada (ou negada)?'; segundo, uma vez dada uma resposta ao primeiro questionamento, 'Qual o papel, e a utilidade, em nossas vidas da prática de afirmar (ou negar) essa formação de palavras sob tais condições²³?'. (Kripke, 1982, p. 73)

Diante da nova perspectiva da filosofia da linguagem de Wittgenstein, presente nas *Investigações*, destaca-se o conceito de *jogo de linguagem*, introduzido pelo autor em substituição à condição de verdade na declaração da veracidade ou falsidade de uma frase determinada. Um jogo de linguagem seria como o contexto no qual a afirmação ou negação é proferida, de sorte a que a veracidade de uma frase não é mais medida em termos atômicos, e sim em conjunto com as outras frases pertinentes ao respectivo jogo. Conforme exposto por Kripke, constata-se que se trata de uma condição normativa, ou de justificação, em detrimento da anterior, declarativa:

Assim, se falarmos adequadamente, devemos falar não de condições de 'assertividade', e sim, de forma mais generalizada, sobre as condições com as quais realizar-se-á um movimento (uma forma de expressão linguística) no 'jogo de linguagem'. Se, no entanto, nos permitirmos adotar uma terminologia mais simplificada, mais apropriada para uma quantidade especial de casos, podemos dizer que Wittgenstein propõe um cenário linguístico baseado, não em *condições de verdade*, e sim em *condições de assertibilidade ou de justificação*²⁴. (Kripke, 1982, pp. 73-74)

Uma vez preenchidas tais condições de afirmação ou de justificação em determinado jogo de linguagem, ou respondido o primeiro questionamento das *Investigações*, Kripke destaca um segundo componente do cenário linguístico delineado por Wittgenstein, que servirá, ademais, como resposta ao segundo questionamento acima discriminado, qual seja:

(...) O seu segundo componente (do cenário linguístico) é distinto: garantido que nosso jogo de linguagem permite uma certa 'movimentação' (afirmação) sob certas condições especificáveis, qual é o papel em nossas vidas de tal permissão. Tal papel deve existir se esse aspecto do jogo de linguagem não está sendo considerado inativo²⁵. (Kripke, 1982, p. 75)

Reiterando os dois componentes do cenário linguístico do Wittgenstein das *Investigações*, quais sejam, as condições de afirmação ou de justificação que permitem a emissão de frases em

²³ "In the place of this view, Wittgenstein proposes an alternative rough general picture. (...) Wittgenstein replaces the question, 'What must be the case for this sentence to be true?', by two others: first, 'Under what conditions may this form of words be appropriately asserted (or denied)?'; second, given an answer to the first question, 'What is the role, and the utility, in our lives of our practice of asserting (or denying) the form of words under these conditions?'"

²⁴ "Thus, if we speak properly, we should not speak of conditions of 'assertion', but rather, more generally, of the conditions when a move (a form of linguistic expression) is to be made in the 'language game'. If, however, we allow ourselves to adopt an oversimplified terminology more appropriate to a special range of cases, we can say that Wittgenstein proposes a picture of language based, not on *truth conditions*, but on *assertability conditions* or *justification conditions*".

²⁵ "(...) Its second component is distinct: granted that our language game permits a certain 'move' (assertion) under certain specifiable conditions, what is the role in our lives of such permission. Such a role must exist if this aspect of the language game is not to be idle".

determinado jogo linguístico, e o papel de tal permissão assegurada pelas condições em nossas vidas, Kripke pondera que a substituição das condições de verdade por condições de justificação tem um duplo papel:

...a substituição de condições de verdade por de justificação tem um papel duplo nas *Investigações*. Primeiramente, oferece uma nova perspectiva para os problemas de como a linguagem possui significação, em contraste com a perspectiva apresentada no *Tractatus*. E em segundo lugar, pode ser aplicada para dar conta das afirmações que dizem respeito à própria significação, classificadas como afirmações *internas* à linguagem²⁶. (Kripke, 1982, p. 77)

Após delineado o contraste entre as filosofias da linguagem de Wittgenstein no *Tractatus* e nas *Investigações*, Kripke passa a tratar especificamente do que para ele é o problema central presente nas *Investigações*, isto é, o paradoxo do cético e sua solução mediante a negação da possibilidade de uma linguagem privada. Afirma, inicialmente, que apenas a perspectiva linguística presente nas *Investigações* seria apta a lidar com o paradoxo cético:

(...) O paradoxo cético é o problema fundamental das *Investigações Filosóficas*. Se Wittgenstein está correto, não podemos sequer começar a resolvê-lo se nos mantivermos no domínio da pressuposição natural de que frases declarativas de significado devem pretender corresponder a fatos; se essa é nossa estrutura de trabalho, podemos apenas concluir que frases atributivas de significado e intenção são elas mesmas sem sentido. Se Wittgenstein está certo, ou não, ao pensar que toda a visão do *Tractatus* é uma consequência de pressuposições naturais e aparentemente inevitáveis, ele está certamente correto sobre a parte fundamental disso. O cenário de correspondência-a-fatos deve ser superado antes que possamos sequer começar com o problema cético²⁷. (Kripke, 1982, pp. 78-79)

E continua:

...se supomos que fatos, ou condições de verdade, são da essência de afirmações significativas, seguir-se-á da conclusão cética que as asserções que pretendem veicular um significado quando afirmadas, na verdade, não têm qualquer sentido. Por outro lado, se aplicarmos a essas asserções os testes sugeridos nas *Investigações Filosóficas*, esse tipo de conclusão não se seguirá. Tudo o que é necessário para legitimar as asserções que veiculam significado quando afirmadas por alguém é a existência de circunstâncias irregularmente especificáveis, sob as quais elas são legitimamente afirmáveis, e que o jogo de afirmá-las sob tais condições tem

²⁶ "...the replacement of truth conditions by justification conditions has a dual role in the *Investigations*. First, it offers a new approach to the problem of how language has meaning, contrasted with that of the *Tractatus*. But second, it can be applied to give an account of assertions about meaning themselves, regarded as assertions *within* our language".

²⁷ "The sceptical paradox is the fundamental problem of *Philosophical Investigations*. If Wittgenstein is right, we cannot begin to solve it if we remain in the grip of the natural presupposition that meaningful declarative sentences must purport to correspond to facts; if this is our framework, we can only conclude that sentences attributing meaning and intention are themselves meaningless. Whether or not Wittgenstein is right in thinking that the entire *Tractatus* view is a consequence of natural and apparently inevitable presuppositions, he is surely right about this fundamental part of it. The picture of correspondence-to-facts must be cleared away before we can begin with the sceptical problem".

um papel em nossas vidas. Nenhuma suposição que ‘fatos correspondem’ a tais afirmações é necessária²⁸. (Kripke, 1982, pp. 77-78)

Desse modo, restringindo a solução do paradoxo cético ao cenário linguístico descrito nas *Investigações*, isto é, a partir da superação da visão de correspondência isomórfica entre linguagem e mundo, e da adoção da visão de condições de justificação para a legitimação de afirmações significativas em determinado jogo de linguagem, Kripke passa a especificar qual é, em sua opinião, o verdadeiro problema cético de aplicação de regras tratado por Wittgenstein, retomando, para tanto, o exemplo da regra de adição:

(...) É verdade, como Wittgenstein diz, que esse paradoxo mostra, dentre outras coisas, que toda explicação de uma regra poderia ser idealmente mal entendida, e que nesse respeito, o uso aparentemente mais preciso da linguagem não se difere de usos ‘rudimentares’ ou ‘inexatos’, ou ainda ‘de textura aberta’. Entretanto, certamente a questão real do paradoxo de Wittgenstein não é que uma regra de adição é de alguma forma *vaga*, ou deixa alguns casos de sua aplicação indeterminados. Ao contrário, a palavra ‘plus’ denota uma função cuja determinação é *completamente* precisa (...)

(...)

Claramente, no entanto, o paradoxo da segunda parte das *Investigações* constitui uma crítica poderosa a qualquer ideia de que ‘representações mentais’ correspondem diretamente a fatos, na medida em que o paradoxo alega que os componentes de tais ‘representações mentais’ não possuem interpretações que podem ser retiradas dessas representações de uma única maneira. Então, a fortiori, não existe tal interpretação única de ‘frases’ mentais que corresponda à ‘descrição’ de um ‘fato’ ou outro

(...)

(...) Toda a questão do argumento cético é que mais cedo ou mais tarde nós chegamos a um certo nível em que agimos sem qualquer razão que seja apta a justificar nossa ação. Nós agimos sem hesitação, porém de forma cega²⁹. (Kripke, 1982, pp. 82, 85 e 87)

A partir daí, Kripke passa a expor o que considera ser a solução do paradoxo cético, estabelecendo, primeiramente uma concessão que Wittgenstein teria feito aos céticos em nome da possibilidade de uma solução, acabando essa, desse modo, por ser igualmente cética:

²⁸ “...if we suppose that facts, or truth conditions, are of the essence of meaningful assertion, it will follow from the sceptical conclusion that assertions that everyone ever means anything are meaningless. On the other hand, if we apply to these assertions the tests suggested in *Philosophical Investigations*, no such conclusion follows. All that is needed to legitimize assertions that someone means something is that there be roughly specifiable circumstances under which they are legitimately assertable, and that the game of asserting them under such conditions has a role in our lives. No supposition that ‘facts correspond’ to those assertions is needed”.

²⁹“(...) It is true, as Wittgenstein says, that his paradox shows, among other things, that every explanation of a rule could conceivably be misunderstood, and that in this respect the most apparently precise use of language does not differ from ‘rough’ or ‘inexact’, or ‘open-textured’ uses. Nevertheless, surely the real point of Wittgenstein’s paradox is not that the rule of addition is somehow vague, or leaves some cases of its application undetermined. On the contrary, the word ‘plus’ denotes a function whose determination is *completely* precise (...). (...) Clearly, however the paradox of the second part of the *Investigations* constitutes a powerful critique of any idea of ‘mental representations’ uniquely correspond to ‘facts’, since it alleges that the components of such ‘mental representations’ do not have interpretations that can be ‘read off’ from them in a unique manner. So a fortiori there is no such unique interpretation of the mental ‘sentences’ containing them as ‘depicting’ one ‘fact’ or another. (...) (...) The entire point of the sceptical argument is that ultimately we reach a level where we act without any reason in terms of which we can justify our action. We act unhesitatingly but blindly”.

A solução cética de Wittgenstein concede aos cétricos que não existem ‘condições de verdade’ ou ‘fatos correspondentes’ no mundo que possam assegurar a veracidade de uma afirmação do tipo ‘Jones, como muitos de nós, associou o significado de adição ao de ‘+’’. Ao invés disso, devemos procurar como tais afirmações são *usadas*³⁰. (Kripke, 1982, p. 86)

Assim, Kripke passa a delinear de fato o que, em seu entendimento, constituiria a solução cética para o problema cético, com a conseqüente negação da possibilidade de uma linguagem privada:

Finalmente, nós podemos nos voltar para a solução cética de Wittgenstein e para o conseqüente argumento contra regras ‘privadas’. Nós devemos ver sob quais circunstâncias atribuições de significado são feitas e qual papel tais atribuições exercem em nossa vida. Seguindo a recomendação de Wittgenstein de não pensar, e sim olhar, nós não iremos argumentar *a priori* acerca do papel que tais afirmações *devem* exercer; ao invés disso, nós vamos descobrir quais circunstâncias *efetivamente* permitem a emissão de tais afirmações e qual o papel que essa permissão *efetivamente* exerce. É importante constatar que nós *não* estamos buscando condições necessárias e suficientes (condições de verdade) para o cumprimento de uma regra, ou uma análise do que seguir-uma-regra *consiste*. Na verdade, tais condições constituiriam uma solução ‘ortodoxa’ para o problema cético, o que já foi devidamente rejeitado³¹. (Kripke, 1982, pp. 86-87)

Na mesma linha, Kripke salienta que é comum nos jogos de linguagem que lidem com regras que um falante siga sua própria inclinação, sem necessitar dar qualquer justificação, na medida em que acredita que esse é o modo *correto* de responder ao conteúdo da regra, em detrimento de outro modo. Esse seria, segundo Kripke, o conceito de “condição de assertibilidade”, que permite a um indivíduo dizer que, em certa ocasião, ele deve seguir uma regra de uma maneira ao invés de de outra, justificando-se somente a partir de sua inclinação para fazê-lo.

No entanto:

...esse *não* é nosso conceito usual de seguir uma regra. Não é de modo algum o caso de, apenas porque alguém acredita estar obedecendo a uma regra, que não haverá espaço para um julgamento de que tal indivíduo não está realmente o fazendo³². (Kripke, 1982, pp. 86-87)

³⁰ “Wittgenstein’s sceptical solution concedes to the sceptic that no ‘truth conditions’ or ‘corresponding facts’ in the world exist that make a statement like ‘Jones, like many of us, means addition by ‘+’ true’. Rather we should look at how such assertions are *used*”.

³¹ “Finally, we can turn to Wittgenstein’s sceptical solution and to the consequent argument against ‘private’ rules. We have to see under what circumstances attributions of meaning are made and what role these attributions play in our lives. Following Wittgenstein’s exhortation not to think but to look, we will not reason *a priori* about the role such statements *ought* to play; rather we will find out what circumstances *actually* license such assertions and what role this license *actually* plays. It is important to realize that we are *not* looking for necessary and sufficient conditions (truth conditions) for following a rule, or a analysis of what such rule-following ‘consists in’. Indeed such conditions would constitute a ‘straight’ solution to the sceptical problem, and have been rejected”.

³² “...this is not our usual concept of following a rule. It is by no means the case that, just because someone thinks he is following a rule, there is no room for a judgment that he is not really doing so”.

A importância do exemplo da “condição de assertibilidade”, o qual Wittgenstein descreve como falar sem “justificação”, mas não “erroneamente”, apesar de não constituir estritamente “seguir uma regra”, é abrir perspectiva para a necessidade de uma análise holista e contextualizada da obediência a regras, sob pena de não se encontrar solução para o problema cético. Nas palavras de Kripke:

O ponto importante desse caso é que, se nos restringirmos a analisar uma pessoa isoladamente, seus estados psicológicos e seu comportamento externo, tal caso será o mais longe onde poderemos chegar. (...) a grande questão do argumento cético era que não pode haver fatos sobre uma pessoa que precisem quais são suas intenções ou não. Tudo o que podemos dizer, se considerarmos uma pessoa sozinha isoladamente, é que nossas práticas cotidianas dão assentimento a que ela aplique uma regra do modo como se sente inclinada a tal.

(...)

Se não pudesse haver justificação (...), haveria pouco conteúdo na nossa idéia de que uma regra, ou intenção passada, vincule escolhas futuras. Nós estamos inclinados a aceitar condicionais de um tipo estrito, tal como ‘Se alguém associar o significado de adição ao de ‘+’, então, se ele se lembrar de sua intenção passada e desejar agir em conformidade com ela, quando perguntado sobre a soma ‘68 + 57’, responderá ‘125’’. A pergunta é qual conteúdo substantivo tais condicionais podem ter³³. (Kripke, 1982, pp. 88-89)

Em outras palavras, sem possibilidade de justificação de comportamentos que se dizem de acordo com regras, as próprias regras desnaturam-se e perdem qualquer conteúdo substantivo, vez que sua elaboração e enunciação têm por objetivo prostrar-se no tempo e vincular o comportamento do maior número de pessoas possível. Assim, obtêmpera Kripke:

Se nossas considerações estão até agora corretas, a resposta é que, se uma pessoa é considerada isoladamente, a noção de regra como vinculação para a pessoa que a segue não pode ter conteúdo substantivo. Não há, (...), condições de verdade ou fatos em virtude dos quais se possa afirmar que tal pessoa está seguindo suas intenções passadas ou não. Enquanto nós considerarmos que essa pessoa está obedecendo a uma regra ‘privadamente’, de modo a que nos atentemos para *suas* condições de justificação isoladamente, tudo o que podemos dizer é que ela tem permissão para seguir a regra do modo que lhe aprouver. Essa é a razão pela qual Wittgenstein diz: ‘Pensar que alguém está obedecendo a uma regra não é obedecer a uma regra. Portanto, não é possível obedecer a uma regra ‘privadamente’; do contrário, pensar que alguém estava obedecendo a uma regra seria o mesmo que estar efetivamente obedecendo-lhe’ (§202)³⁴. (Kripke, 1982, p. 89)

³³ “The important thing about this case is that, if we confine ourselves to looking at one person alone, his psychological states and his external behavior, this is as far as we can go. (...) the whole point of the sceptical argument was that there can be no facts about him in virtue of which he accords with his intentions or not. All we can say, if we consider a single person in isolation, is that our ordinary practice licenses him to apply the rule in the way it strikes him. (...) If there could be no justification (...), there would be little content to our idea that a rule, or past intention, *binds* future choices. We are inclined to accept conditionals of such a rough type as, ‘If someone means addition by ‘+’ then, if he remembers his past intention and wishes to conform to it, when he is queried about ‘68 + 57’, he will answer ‘125’’. The question is what substantive content such conditionals can have”.

³⁴ “If our considerations so far are correct, the answer is that, if one person is considered in isolation, the notion of a rule as guiding the person who adopts it can have *no* substantive content. There are, (...), no truth conditions or facts in virtue of which it can be the case that he accords with his past intentions or not. As long as we regard him as following a rule ‘privately’, so that we pay attention to *his* justification conditions alone, all we can say is that he is licensed to follow the rule as it strikes him. This

A justificação da obediência a uma regra só é possível, destarte, se se considerar o contexto no qual tal regra e a pessoa que irá ou não obedecer-lhe estão inseridas, ou, segundo Wittgenstein, uma regra só terá conteúdo substantivo se considerada dentro de seu jogo de linguagem pertinente, daí a não possibilidade de se seguir uma regra 'privadamente'. Nas palavras de Kripke:

A situação é muito diferente se expandirmos nossa perspectiva, passando-se da consideração de apenas uma pessoa obedecendo a uma regra, para nos permitirmos considerá-la em interação com uma grande comunidade de pessoas. Outras pessoas terão, então, condições de justificação para determinar se um indivíduo está ou não obedecendo a uma regra, e tais condições *não* serão baseadas simplesmente no fato de que a própria autoridade do indivíduo deve ser aceita incondicionalmente³⁵. (Kripke, 1982, p. 89)

Para melhor explicar o critério de justificação identificado com a determinação por outros indivíduos da comunidade a respeito da obediência ou não de uma regra por um indivíduo em particular, Kripke retoma o exemplo de um professor que está ensinando seus alunos crianças uma regra nova, como a de adição:

(...) Agora, o que significa quando digo que um professor julga, para alguns casos, que seu aluno deve dar a resposta 'correta'? Significa que o professor julga que a criança deu a mesma resposta que ele mesmo daria, caso estivesse submetido à mesma pergunta. Similarmente, quando eu disse que o professor, a fim de julgar que a criança está efetivamente somando, deve julgar que, para um problema com números grandes, ela está aplicando o procedimento 'correto', ainda que o resultado final saia errado, significa que ele julga que a criança está aplicando o procedimento que ele mesmo se sentiria inclinado a aplicar ao problema³⁶. (Kripke, 1982, p. 90)

Estendendo o exemplo para adultos, Kripke pondera:

Algo similar é verdadeiro para adultos. Se alguém a quem eu julgo estar utilizando uma função normal de adição (isto é, alguém a quem julgo que daria a mesma resposta que eu, quando opera uma adição), de repente passar a dar respostas com base em procedimentos que se diferenciam bizarramente dos meus próprios, então eu vou julgar que algo deve ter acontecido a ele, vez que ele não mais está obedecendo à regra que anteriormente obedecia. Se isso acontecer com frequência, de sorte a que suas respostas me pareçam estar expondo padrões de pouco

is why Wittgenstein says, 'To think one is obeying a rule is not to obey a rule. Hence it is not possible to obey a rule 'privately'; otherwise thinking one was obeying a rule would be the same thing as obeying it' (§202)".

³⁵ "The situation is very different if we widen our gaze from consideration of the rule follower alone and allow ourselves to consider him as interacting with a wider community. Others will then have justification conditions for attributing correct or incorrect rule following to the subject, and these will *not* be simply that the subject's own authority is unconditionally to be accepted".

³⁶ "(...) Now, what do I mean when I say a teacher judges that, for certain cases, the pupil must give the 'right' answer? I mean that the teacher judges that the child has given the same answer that he himself would give. Similarly, when I said that the teacher, in order to judge that the child is adding, must judge that, for a problem with large numbers, he is applying the 'right' procedure even if he comes out with a mistaken result, I mean that he judges that the child is applying the procedure himself is inclined to apply".

discernimento, eu julgarei que provavelmente essa pessoa ficou louca³⁷.
(Kripke, 1982, p. 90)

De uma forma geral, um indivíduo será considerado como obedecendo a uma regra, como a de adição, caso passe nos testes pertinentes a que a comunidade o submete. Se passar em mais testes, e de forma recorrente, será considerado um falante da língua e membro da comunidade. De forma contrária, um indivíduo que não se mostrar apto a passar nos mesmos testes, será considerado desviante, e excluído da comunidade. Consoante Kripke, desse modo delineou-se o cenário linguístico de Wittgenstein:

(...) Um indivíduo que passa em tais testes é admitido na comunidade como alguém que sabe somar; um indivíduo que passa em tais testes em diversos casos, suficientemente, é admitido como um falante normal da língua e membro da comunidade. Aqueles que divergem são corrigidos e a eles é dito (usualmente, como ocorre com crianças) que não compreenderam o conceito de adição. Alguém que é um desviante incorrigível, em diferentes aspectos, simplesmente não pode participar da vida em comunidade e da comunicação.

Agora, o cenário geral linguístico de Wittgenstein, como delineado acima, requer para justificação um tipo de afirmação que diga não meramente sob quais condições uma afirmação pode ser feita, mas também qual papel e utilidade em nossas vidas podem ser atribuídos à prática de fazer tal tipo de afirmação e sob tais condições. Nós afirmarmos que alguém está obedecendo a certa regra quando suas respostas concordam com as nossas, e o negamos quando nossas respostas não batem³⁸. (Kripke, 1982, p. 92)

Passando agora para a utilidade da prática de realização de afirmações, mediante as condições de justificação dadas pela aquiescência da comunidade em relação à obediência ou não de uma regra, Kripke obtempera:

(...) Quando afirmamos que uma criança está dominando a regra de adição, significa que nós podemos confiar que ela irá reagir do mesmo modo que nós em determinadas interações (...). Nossas vidas dependem por completo dessas incontáveis interações, e do 'jogo' de atribuir aos outros o domínio de certos conceitos ou regras, demonstrando, assim, que esperamos que se comportem do mesmo modo que nós.

Essa expectativa *não* é infalivelmente preenchida. Ela coloca uma restrição substantiva ao comportamento de cada indivíduo, *não* sendo compatível com qualquer comportamento que ele escolha. (...). Um indivíduo desviante,

³⁷ "Something similar is true to adults. If someone whom I judge to have been computing a normal addition function (that is, someone whom I judge to give, when he adds, the same answer I would give), suddenly gives answers according to procedures that differ bizarrely from my own, then I will judge that something must have happened to him, and that he is no longer following the rule he previously followed. If this happens to him generally, and his responses seem to me to display little discernible pattern, I will judge him probably to have gone insane".

³⁸ "(...) An individual who passes such tests is admitted into the community as an adder; an individual who passes such tests in enough other cases is admitted as a normal speaker of the language and member of the community. Those who deviate are correct and told (usually as children) that they have not grasped the concept of addition. One who is an incorrigible deviant in enough respects simply cannot participate in the life of the community and in communication. (...). Now, Wittgenstein's general picture of language, as sketched above, requires for an account of a type of utterance not merely that we say that under what conditions an utterance of that type can be made, but also what role and utility in our lives can be ascribed to the practice of making this type of utterance under such conditions. We say of someone else that he follows a certain rule when his responses agree with our own and deny it when they do not".

cujas respostas não concordam com aquelas da comunidade em um certo número de casos, não será julgado, pela mesma comunidade, como alguém que está obedecendo a suas regras. (...). Quando a comunidade nega a alguém que esteja obedecendo a certas regras, ela acaba por excluir tal indivíduo das várias interações existentes (...). Isso indica que não se pode confiar no comportamento desse indivíduo em tais interações³⁹. (Kripke, 1982, p. 93)

Colocando em outras palavras, a utilidade prática em nossas vidas de a comunidade atestar se um indivíduo está ou não obedecendo a regra corretamente é garantir o sucesso das diversas interações comunicativas que permeiam a vida social incessantemente. Se cada indivíduo pudesse determinar seu comportamento de acordo somente com suas próprias inclinações, sem necessidade de justificação, as interações sociais estariam fadadas ao fracasso, vez que dependem da comunicação, e essa depende, por sua vez, da obediência de padrões semelhantes pelos envolvidos. Daí a necessidade imperiosa dos critérios de justificação, na manutenção de padrões minimamente semelhantes de comunicação.

Percebe-se, claramente, que as condições de justificação não se pretendem definitivas, como era o caso das condições de verdade, dado que devem ser consideradas dentro de um jogo dinâmico de linguagem. Assim, um indivíduo que hoje é considerado como pertencente à comunidade, uma vez que suas respostas nas interações sociais são concordantes com as da comunidade, pode não mais ser considerado em outras circunstâncias, isto é, caso seus padrões de respostas passem a diferir dos da comunidade, de sorte a que a comunicação com esse indivíduo, ou a atribuição de conceitos a ele, mostre-se interrompida, ou ao menos dificultada. Nas palavras de Kripke:

...se o indivíduo em questão não está mais de acordo com o que a comunidade faria em determinadas circunstâncias, a comunidade não mais pode atribuir conceitos a ele. Entretanto, quando jogamos esse jogo e atribuímos conceitos a indivíduos, não estamos descrevendo estados 'especiais' de suas mentes, nós estamos fazendo algo de importante. Nós os inserimos provisoriamente na comunidade, enquanto a existência de um comportamento desviante não os exclua⁴⁰. (Kripke, 1982, p. 95)

Esse jogo de atribuição de conceitos, segundo condições de justificação que atestam a obediência a regras aos indivíduos pela comunidade em que estão inseridos, consistiria, para Kripke, a solução cética de Wittgenstein ao seu próprio paradoxo cético, e a negação da possibilidade de que regras sejam seguidas 'privadamente':

³⁹ "(...) When we pronounce that a child has mastered the rule of addition, we mean that we can entrust him to react as we do in interactions such as (...). Our entire lives depend on countless such interactions, and on the 'game' of attributing to others the mastery of certain concepts or rules, thereby showing that we expect them to behave as we do. (...). This expectation is *not* infallibly fulfilled. It places a substantive restriction on the behavior of each individual, and is not compatible with just any behavior he may choose. (...). A deviant individual whose responses do not accord with those of the community in enough cases will not be judged, by the community, to be following its rules; (...). When the community denies of someone that he is following certain rules, it excludes him from various transactions (...). It indicates that it cannot rely on his behavior in such transactions".

⁴⁰ "...if the individual in question no longer conforms to what the community would do in these circumstances, the community can no longer attribute the concept to him. Even though, when we play this game and attribute concepts to individuals, we depict no special 'state' of their minds, we do something of importance. We take them provisionally into the community, as long as further deviant behavior does not exclude them".

É, portanto, em tal descrição do jogo de atribuição de conceitos que consiste a solução cética de Wittgenstein. Ela provê tanto as condições sob as quais nós estamos justificados a atribuir conceitos aos outros, quanto uma descrição da utilidade desse jogo em nossas vidas⁴¹. (Kripke, 1982, p. 95)

Estabelecido, então, no que consiste a solução cética de Wittgenstein, Kripke passa a discuti-la e embasá-la segundo três conceitos chave da filosofia da linguagem de seu autor base. O primeiro conceito discutido é o de “acordo”:

Primeiramente, *acordo*. Todo o ‘jogo’ que descrevemos – aquele no qual a comunidade atribui um conceito a um indivíduo na medida em que esse exibe conformidade suficiente, sob circunstâncias teste, ao comportamento da própria comunidade – perderia seu sentido fora de uma comunidade que exibe acordo frequente em suas práticas. (...), se não houvesse acordo geral nas respostas da comunidade, o jogo de atribuição de conceitos a indivíduos (...) não poderia existir. (...) Na concepção de Wittgenstein, tal acordo é essencial para nosso jogo de prescrição de regras e conceitos uns aos outros...⁴². (Kripke, 1982, p. 96)

A importância de um acordo geral nas práticas e interações da comunidade para que essa possa atribuir conceitos e regras a indivíduos em particular é patente, vez que o acordo é pressuposto para a existência de padrões de comportamento ou padrões de comunicação que, a seu turno, constituem pressuposto para os critérios de justificação.

O conjunto de respostas com o qual concordamos em nossas interações cotidianas seria para Wittgenstein a nossa “forma de vida”, também segundo determinado “jogo de linguagem”. Dada a existência de distintas formas de vida, os critérios de justificação irão variar conforme o acordo nas práticas de determinada comunidade. Assim, novamente, não se pode falar de critérios de verdade necessários e definitivos, uma vez que todas as interações, nas quais os indivíduos são avaliados sobre a obediência a regras, com a conseqüente atribuição de conceitos a eles, estão inseridas em um determinado “jogo de linguagem”, cuja dinâmica Wittgenstein denominou “formas de vida”. Nas palavras de Kripke sobre esse segundo conceito chave do autor:

O conjunto de respostas com as quais nós concordamos, e o modo como elas se entrelaçam com nossas atividades, é a nossa *forma de vida*.

(...)

A concepção de Wittgenstein exclui um certo tipo de explicação tradicional e inexoravelmente natural - de nossa forma de vida compartilhada. Não podemos afirmar que todos nós respondemos do modo como fazemos à pergunta ‘68 + 57’ *porque* todos nós compreendemos o conceito de adição

⁴¹ “It is, then, in such a description of the game of concept attribution that Wittgenstein’s sceptical solution consists. It provides both conditions under which we are justified in attributing concepts to others and an account of the utility of this game in our lives”.

⁴² “First, agreement. The entire ‘game’ we have described – that the community attributes a concept to an individual so long as he exhibits sufficient conformity, under test circumstances, to the behavior of the community – would lose its point outside a community that generally agrees in its practices. (...), if there was no general agreement in the community responses, the game of attributing concepts to individuals (...) could not exist. (...). On Wittgenstein’s conception, such agreement is essential for our game of ascribing rules and concepts to each other...”.

da mesma maneira, ou que nós compartilhamos respostas comuns para problemas de adição específicos *porque* nós compartilhamos um conceito comum de adição. (...) Para Wittgenstein, uma ‘explicação’ desse tipo ignora a sua abordagem do paradoxo cético e sua solução. Não existe um fato objetivo (...) que explique nosso acordo em casos particulares. Ao invés disso, a nossa licença para dizer um do outro que nós associamos o significado de adição ao de ‘+’ é parte de um ‘jogo de linguagem’ que sustenta a si mesmo somente devido ao simples fato de que nós geralmente concordamos. (...). A regularidade deve ser entendida como um fato simples. E assim é também para Wittgenstein (...): ‘O que deve ser aceito, o que está dado, são...*formas de vida*⁴³. (Kripke, 1982, pp. 96-98)

O terceiro conceito chave da filosofia de Wittgenstein, que igualmente dá suporte à solução do paradoxo cético, consoante Kripke, é o conceito de “critérios”, que são necessários para que a comunidade submeta os indivíduos aos testes referentes às interações comunicativas:

Finalmente, critérios. (...). Os critérios exercem papel fundamental na filosofia da mente de Wittgenstein: ‘Um ‘processo interno’ necessita constantemente de critérios externos’ (§580).

(...)

A solução cética de Wittgenstein para seu problema depende de acordo, e de verificação – isto é, da habilidade de uma pessoa para testar se uma outra faz uso de um termo do mesmo modo que ela.

(...)

Falando de forma simples, critérios externos para processos internos são circunstâncias, observáveis no comportamento de um indivíduo, as quais, quando presentes, levariam os outros a concordar com suas afirmações. (...) Nós vimos que é parte da visão *geral* de Wittgenstein acerca do funcionamento de *todas* as nossas expressões atributivas de conceitos que outros possam confirmar se as respostas de um indivíduo concordam com as suas próprias.

(...)

(...) Um problema cético é colocado, e uma solução cética para esse problema é dada. A solução dá espaço para a idéia de que cada pessoa que alega estar obedecendo a uma regra pode ser julgada por outras. Outros na comunidade podem julgar se aquele que diz estar obedecendo a uma regra está ou não dando respostas particulares que eles endossam, ou que concordam com suas próprias⁴⁴. (Kripke, 1982, pp. 98-101)

⁴³ “The set of responses in which we agree, and the way they interweave with our activities, is our *form of life*. (...) On Wittgenstein’s conception, a certain type of traditional – and overwhelmingly natural – explanation of our shared form of life is excluded. We cannot say that we all respond as we do to ‘68 + 57’ *because* we all grasp the concept of addition in the same way, that we share common responses to particular addition problems *because* we share a common concept of addition. (...) For Wittgenstein, an ‘explanation’ of this kind ignores his treatment of the sceptical paradox and its solution. There is no objective fact (...) that explains our agreement in particular cases. Rather our license to say of each other that we mean addition by ‘+’ is part of a ‘language game’ that sustains itself only because of the brute fact that we generally agree. (...). The regularity must be taken as a brute fact. So too for Wittgenstein (...): ‘What has to be accepted, the given, is...forms of life’.

⁴⁴ “Finally, *criteria*. (...) Criteria plays a fundamental role in Wittgenstein’s philosophy of mind: ‘An ‘inner process’ stands in need of outward criteria’. (§580). (...). Wittgenstein’s sceptical solution to his problem depends on a agreement and also checkability – on one person’s ability to test whether another uses a term as he does. (...) Roughly speaking, outward criteria for an inner process are circumstances, observable in the behavior of an individual, which, when present, would lead others to agree with his avowals. (...) We have seen that it is part of Wittgenstein’s general view of the workings of all our expressions attributing concepts that others can confirm whether a subject’s responses agree with their own. (...). (...) A sceptical problem is posed, and a sceptical solution to that problem is given. The solution turns on the idea that each person who claims to be following a rule can be checked by others. Others in the community can check whether the putative rule follower is or is not giving particular responses that they endorse, that agree with their own”.

E Kripke aprofunda-se no conceito de “critérios”, e em sua importância para a atribuição de conceitos pela comunidade, na legitimação de afirmações individuais no que dizem respeito à obediência ou não a regras, fazendo uma síntese de como tal conceito é apresentado pelo próprio Wittgenstein ao longo das *Investigações*:

Os critérios pelos quais os outros julgam se uma pessoa está obedecendo a uma regra em uma determinada instância não podem ser simplesmente sua sincera inclinação para dizer que ela o está; do contrário, não haveria distinção entre pensar que se está obedecendo a uma regra e efetivamente estar obedecendo-lhe (§202), de modo que qualquer coisa que ele pense estar certa efetivamente estará (§258). No entanto, *depois* que a comunidade julga (baseada nos critérios originais) que tal pessoa dominou a regra apropriadamente, a comunidade pode (para algumas regras) aceitar somente a sincera declaração do indivíduo de que está efetivamente obedecendo à regra nessa instância como um novo critério de correção, sem necessidade de aplicação dos critérios originais⁴⁵. (Kripke, 1982, pp. 98-101)

Após a descrição dos conceitos chave de Wittgenstein e da demonstração de sua importância na solução cética ao paradoxo cético, Kripke apresenta um resumo do que seria o “argumento da linguagem privada” conforme seu entendimento, qual seja: um jogo de atribuição de conceitos e regras por uma comunidade, que deve exibir acordo frequente em suas práticas, e estar inserida em um jogo de linguagem, cuja dinâmica constitui sua forma de vida, a indivíduos, constantemente submetidos a testes nas interações sociais, testes esses construídos segundo critérios da própria comunidade.

Para que um indivíduo seja considerado como falante da língua, obediente a uma regra ou mesmo membro da comunidade, deve passar em um número suficiente de testes e apresentar as mesmas respostas que um membro atestado da comunidade apresentaria nas mesmas circunstâncias. Caso contrário, o comportamento desse indivíduo será considerado desviante, e, por consequência, ele será excluído de grande parte das interações sociais dessa comunidade.

Disso se segue a não possibilidade de uma linguagem privada, ou de se obedecer a uma regra “privadamente”, pois os indivíduos são constantemente julgados por outros indivíduos, membros da comunidade, em circunstâncias diversas, para serem considerados falantes da língua ou obedientes a uma regra. No caso de uma linguagem privada, não haveria respaldo externo para o comportamento do indivíduo, de sorte a que não existiria diferença entre pensar que se está obedecendo a uma regra e efetivamente estar obedecendo-lhe.

Ademais, o próprio conceito de “regra” pressupõe generalidade e abstração, isto é, que ela possa ser aplicada ao maior número possível de indivíduos e protrair-se no tempo, vinculando comportamentos no presente e no futuro. Assim, regras individuais não poderiam sequer ser consideradas conceitualmente como regras.

⁴⁵ “The criterion by which others judge whether a person is obeying a rule in a given instance cannot simply be his sincere inclination to say that he is; otherwise there would be no distinction between his thinking he is obeying the rule and his really obeying it (§202) and whatever he thinks is right will be right (§202). However, after the community judges (based on the original criteria) that he has mastered the appropriate rule, the community may (for certain rules) take the subject's sincere claim to follow it in this instance as in itself a new criterion for the correctness of his claim, without applying the original criteria”.

Kripke conclui, finalmente, ressaltando que Wittgenstein não propõe uma teoria de condições de verdade, suficientes e necessárias, para a correção de uma resposta em detrimento de outra. Ele apresenta, ao contrário, condições de justificação, que dependem do acordo dos membros da comunidade, dentro da dinâmica de cada jogo de linguagem. Assim:

Deve-se sustentar firmemente na mente que Wittgenstein não tem uma teoria de condições de verdade – condições necessárias e suficientes - para a correção de uma resposta ao invés de outra para um novo problema de adição. Ao invés disso ele simplesmente destaca: que cada um de nós *automaticamente* calcula novos problemas de adição (sem sentir necessidade de verificar com a comunidade se nosso procedimento está correto); que a comunidade se sente no direito de corrigir cálculos desviantes; (...). Wittgenstein acredita que essas observações sobre condições suficientes para a justificação de afirmações são o bastante para explicitar o papel e a utilidade em nossas vidas de afirmações de significado e determinação de novas respostas. O que se segue dessas condições de assertibilidade *não* é que a resposta que todos dão a um problema de adição é, por definição, a correta, mas apenas o fato banal de que, se todos concordam em relação a uma certa resposta, então ninguém se sentirá justificado a dizer que tal resposta está incorreta⁴⁶. (Kripke, 1982, pp. 111-112)

Em assim sendo, as condições de justificação com as quais uma comunidade julga a assertividade de afirmações e, a partir disso, julga que um indivíduo está apto a fazer parte de tal comunidade, com todas as consequências que isso traz, não são definitivas, mas são o bastante para garantir o sucesso das interações sociais, da aplicação correta de regras e, enfim, da comunicação.

⁴⁶ “One must bear firmly in mind that Wittgenstein has no theory of truth conditions – for the correctness of one response rather than another to a new addition problem. Rather he simply points out that each of us *automatically* calculates new addition problems (without feeling the need to check with the community whether our procedure is proper; that the community feels entitled to correct a deviant calculation; (...). Wittgenstein thinks that these observations about sufficient conditions for justified assertions are enough to illuminate the role and utility in our lives of assertion about meaning and determination of new answers. What follows from these assertability conditions is *not* that the answer everyone gives to an addition problem is, by definition, the correct one, but rather the platitude that, if everyone agrees upon a certain answer, then no one will feel justified in calling the answer wrong”.

CAPÍTULO II

O WITTGENSTEIN DE KRIPKE

O problema essencial desenvolvido por Kripke em seu livro *Wittgenstein on Rules and Private Language*, e tratado de forma minuciosa no capítulo anterior deste trabalho, consistiria o cerne das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, tendo sido denominado por Kripke de **paradoxo cético**: enuncia que nenhum curso de ação pode ser determinado por uma regra, dado que todo curso de ação pode ser conformado para estar de acordo com a mesma regra.

Posicionando-se como um interlocutor cético, Kripke esboça um desafio cético aos usuários convictos de uma regra, isto é, àqueles que foram submetidos a todas as etapas do aprendizado, como, por exemplo, a regra de adição, clamando-os a justificar o porquê da crença veemente na correção de suas respostas quando submetidos a questionamentos. Em outras palavras, o cético busca uma justificativa para eventual vinculação entre os usos corretos de determinada regra no passado, conforme o aprendizado de seu significado, e a assertividade dos possíveis usos vindouros dessa mesma regra, sendo que tal justificativa deve estar relacionada a algum comportamento ou fato, constitutivos da intenção de agir, pertinentes àqueles que fazem uso da regra.

Nesse sentido, o desafio cético é *ontológico*, ao invés de *epistêmico*, de vez que o cético está à procura de uma justificação relativa à intenção discriminável naquele que está aplicando a regra, para a vinculação entre o aprendizado do significado passado e o uso futuro. Nas palavras de Martin Kusch: “o cético busca demonstrar não que somos de certo modo incapazes de localizar os fatos determinantes da significação, mas que não existem tais fatos a serem localizados⁴⁷” (Kusch, 2006, p. 1).

Uma vez posto o desafio cético, que resultou no paradoxo cético, diante da demonstração da não possibilidade de vinculação temporal entre aprendizado correto do significado de uma regra e seu uso correto no futuro, Kripke sai em busca de uma solução para o paradoxo, que culmina no **argumento da linguagem privada**.

Inicia posicionando-se, como Wittgenstein, pela não possibilidade de uma solução realista para o paradoxo, isto é, que conte com a existência de qualquer estado ou fato especial mental que possa constituir e discriminar a significação (tal como já descartado outrora pelo interlocutor cético). Diante disso, Kripke conclui que, na melhor das hipóteses, o que se pode oferecer é uma solução cética ao paradoxo.

De acordo com a solução cética, a significação deve ser entendida em termos de condições de assertibilidade ou de justificação, e não segundo condições de verdade. O significado correto de uma frase, e igualmente de uma regra, passa a ser aferido não em função de sua correspondência com os fatos do mundo, e sim de acordo com o contexto (jogo de linguagem) no qual tal afirmação ou negação é proferida.

⁴⁷ “(...) the sceptic seeks to show not that you are somehow unable to track the facts of what you mean, but that there are no such facts for you to track”.

Daí não ser possível uma linguagem privada, vez que as regras são fenômenos essencialmente sociais, cuja aplicação correta é aferível pelo acordo entre os membros de cada comunidade. Destarte, em se tratando de um indivíduo que não possui respaldo externo para suas ações, que não está inserido em um contexto de acordo comunitário, não faz sentido falar em obediência a regras, sob pena de cair-se em uma situação em que não existiria diferença entre pensar que se está obedecendo a uma regra e efetivamente estar obedecendo-lhe.

Assim, para Kripke, resolvido estaria o paradoxo cético por meio das condições de justificação: é possível a manutenção temporal do significado de uma regra ao longo de suas aplicações infindas, em função do julgamento pela comunidade em que o aplicador da regra está inserido quanto à assertividade de suas afirmações.

Esses são, em suma, os pontos centrais trabalhados por Kripke em seu texto, já discutidos, como ora mencionado, de forma mais aprofundada no capítulo anterior. Dada a importância do tema, suscitaram larga discussão entre os filósofos analíticos contemporâneos a Kripke, de modo que a próxima etapa desse trabalho constituirá em uma recapitulação descritivo-crítica dos principais argumentos levantados tanto contrária quanto favoravelmente a Kripke, ou mais precisamente, ao Wittgenstein de Kripke.

2.1 McDowell: “há uma concepção de regra que não é uma interpretação”

McDowell inicia sua crítica ao livro de Kripke afirmando com firmeza que existe espaço para dúvidas quanto ao sucesso da solução cética. Ora, se não há fatos que possam constituir o caso de que seja ‘P’, como afirma Kripke ao longo de seu paradoxo cético, a conclusão é que não se pode afirmar ‘P’ de modo algum. Por conseguinte, o realismo clássico, defendido por Wittgenstein no *Tractatus*, sucumbe ao seu principal argumento opositor, não sendo mais apto a garantir o entendimento de frases, típico de suas atribuições.

Em assim sendo, Kripke afirma que Wittgenstein acaba por conceder ao interlocutor cético a negação de que o entendimento de ‘plus’, por exemplo, necessite ser um entendimento determinado, em detrimento de outro qualquer. A generalização dessa negação seria a conclusão enumerada por Wittgenstein de que nenhuma linguagem tem significado. Diante de tal conclusão radical, McDowell questiona-se como poderíamos ter esperanças de retornar ao ponto original de significação e entendimento da linguagem somente pela noção construída de pertencimento a uma comunidade linguística, como pretende a solução cética de Kripke.

A partir dessa observação inicial, McDowell retoma suas críticas ao texto de Kripke afirmando que sua tese de que Wittgenstein aceita o paradoxo cético parece, na verdade, um falseamento. Para McDowell, Kripke identifica o paradoxo cético com o paradoxo formulado nas primeiras linhas do §201 das *Investigações Filosóficas* qual seja: “Nosso paradoxo era o seguinte: uma regra não poderia determinar um modo de agir, dado que todo modo de agir deve poder concordar com a regra” (Wittgenstein, 2009, p. 113).

Em assim sendo, Kripke acaba por preterir a parte final do mesmo parágrafo, isto é: "... há uma concepção de regra que *não* é uma *interpretação*, mas que se exprime, de caso para caso da aplicação, naquilo que denominamos 'seguir a regra' e 'transgredi-la'" (Wittgenstein, 2009, pp. 113-114). Consoante McDowell, o entendimento correto da segunda parte do parágrafo, conduz à não subsistência do aparente paradoxo levantado nas primeiras linhas, e aí residiria o erro de Kripke.

Quando somos confrontados com questionamentos do tipo: como poderia estar constituído o meu entendimento de modo que apenas algumas respostas para meus problemas de adição pudessem estar de acordo com ele? - tendemos a buscar fatos passados que revelem a minha correta *interpretação* daquilo que fui ensinado quando do meu aprendizado em matemática. A leitura de Kripke sobre Wittgenstein endossa tal tipo de argumentação, mas o que Wittgenstein claramente alegaria na segunda parte do §201 é que argumentações como essa estão viciadas por entendimentos errôneos.

A solução do paradoxo seria corrigir o erro desse entendimento, no qual aquele estaria baseado, ou seja, perceber que há uma concepção de regra que *não* é uma *interpretação*. Apenas diante da suposição de que não houve a correção do entendimento errôneo é que o paradoxo cético mantém-se, e continua sendo problema a busca por um fato determinado que constitua a interpretação para determinada expressão, para a qual apenas certos usos dessa mesma expressão estariam de acordo. Nas palavras de McDowell, os problemas de se focar na interpretação como cerne do entendimento vão além:

Eu vir a usar a expressão com o significado que uso (...) deve vir por meio da minha obtenção de uma interpretação; mas deve ser uma interpretação que não seja suscetível ao movimento de pensamento na linha de argumentação cética – não de modo a nos satisfazer somente até pensarmos em outra interpretação por trás dela⁴⁸. (McDowell, 1998, p. 230)

O entendimento de uma expressão constituiria, então, possuir uma tal interpretação, que deve dar conta de todos os usos corretos dessa expressão, em todas as possibilidades de seu uso futuro, e, ainda, que não possa ser interpretada, isto é, que não possa ser alvo da dúvida cética, porque deve ser apta justamente ao preencher o vão existente entre as instruções recebidas por alguém quando do aprendizado passado da expressão e o uso que se fará futuramente dela.

Para McDowell, seguir essa concepção seria adotar uma "mitologia familiar do significado e do entendimento"⁴⁹. Visualizar uma interpretação que seja apta precisamente a preencher o vão existente entre instrução e uso competente parece possível somente com respeito à interpretação pessoal que cada um desenvolve para si próprio. Nesse caso, na melhor das hipóteses, seria uma coincidência feliz se a interpretação de uma pessoa coincidissem com a obtida por outra submetida ao mesmo aprendizado.

⁴⁸ "(...) My coming to mean the expression in the way I do (...) must be my arriving at an interpretation; but it must be an interpretation that it is not susceptible to the movement of thought in the sceptical line of reasoning – not such as to content us only until we think of another interpretation standing behind it".

⁴⁹ McDowell, (1998, p. 230)

Isso corrobora a descrença de McDowell de que somente a solução cética e sua noção de pertencimento a uma comunidade linguística seria capaz de restabelecer todos os estragos causados pelo efeito da radicalização do paradoxo cético de que não há significado advindo de qualquer linguagem. Necessário, segundo McDowell, não é buscar uma solução cética para tolerar o paradoxo cético, e sim corrigir o entendimento errôneo de que todo entendimento é interpretação.

No entanto, mantido o paradoxo cético por Kripke, uma vez que não foi solucionado o entendimento errôneo, McDowell vai além em sua crítica, estendendo-a para o caso de ordens e sua execução. Em suas próprias palavras: “Aplicado ao caso de ordens e sua execução, o ‘paradoxo cético’ de Kripke tomará essa forma: não há nada que constitua o meu entendimento de uma ordem de um modo, tal que apenas agir de determinada maneira seria conforme⁵⁰” (McDowell, 1998, p. 236).

Novamente, supondo-se que todo entendimento advém de uma interpretação, chega-se à conclusão de que há sempre um entendimento interpretativo mediando uma ordem e sua execução. Assim, o ato de entendimento concebido nos termos de se buscar uma interpretação que preencha completamente o vão existente entre uma ordem e sua execução demanda ser visualizado enquanto estabelecimento de uma conexão super-rígida entre as palavras que compõem o comando da ordem e a ação subsequente.

Conceber o entendimento de uma ordem nesse sentido parece remeter, mais uma vez, a algo estritamente particular, problematizado na mente da pessoa que vai emitir a ordem, isto é, segundo o entendimento advindo da interpretação que ela vai ter das palavras que compõem o comando da ordem. Mais uma vez, a coincidência entre ordem dada pelo emissor e ação realizada pelo receptor, nesse caso, seria mera contingência, vez que não há qualquer garantia de que os entendimentos que medeiam ordem e execução em cada um dos atores sejam de mesmo teor.

Outrossim, diante da personalização extrema do entendimento de uma ordem, seja em sua emissão ou em sua execução, o resultado seria mais uma vez a radicalização do paradoxo do cético, com o já conhecido corolário de que a linguagem não é apta a veicular significado algum. Entretanto, para McDowell, o paradoxo só se manteria diante da suposição de que todo entendimento é uma interpretação, sendo o objetivo mesmo de Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* justamente persuadir-nos a abandonar tal visão, por meio da rejeição da suposição na qual ela está baseada.

Destarte, McDowell conclui que o problema de Wittgenstein é encontrar um meio termo entre a ideia de que todo entendimento é uma interpretação e o nível básico de que não há normas, ou seja, de que não há significação por meio da linguagem. A chave para o meio termo estaria no conceito de costume ou prática. Consoante McDowell:

(...) Como uma atitude pode não ser uma reação ‘cega’ a uma situação e nem uma tentativa de ação sobre uma interpretação (...); e ser o caso de

⁵⁰ “(...) Applied to orders and their execution, Kripke’s sceptical paradox’ will take this form: there is nothing that constitutes my understanding an order in a way with which only acting in a certain determinate manner would be conform”.

obediência a uma regra (...)? A resposta é: fazendo parte de um costume (...), prática (...), ou instituição (...)⁵¹. (McDowell, 1998, p. 242)

Obedecer a uma regra, portanto, é uma prática, pois a preocupação de Wittgenstein em afastar a suposição de que deve haver uma interpretação mediando uma ordem, por um lado, e uma ação em conformidade com ela, por outro, decorre de sua insistência de que o acordo necessário para que a noção de aplicação de regra seja seguida não é o acordo entre opiniões, e sim entre formas de vida.

Uma opinião é algo para o qual alguém é razoavelmente instado pessoalmente a justificar, enquanto formas de vida são o conjunto de respostas com o qual concordamos em nossas interações cotidianas, segundo a dinâmica de determinado jogo de linguagem.

Nesse sentido, para Wittgenstein, devemos situar as nossas concepções de significado e de entendimento por entre a moldura das práticas comunitárias, sendo esta a solução para o dilema de que todo entendimento é interpretação, não sendo mais possível subsistir o paradoxo cético, e muito menos o seu resultado desastroso da não veiculação de significados por meio da linguagem.

Kripke chega à mesma conclusão da necessidade de mediação comunitária das práticas linguísticas por meio de sua solução cética e das condições de justificação, mas a partir de uma premissa errada, do ponto de vista de McDowell. O paradoxo que Wittgenstein formula no §201 não é, como supõe Kripke, o mero paradoxo de que se consideramos um indivíduo em isolamento, não teremos meios de dar sentido à noção de significado, de sorte a precisarmos apelar para a ideia de comunidade linguística como forma de solução a isso. O paradoxo do §201 seria o genuíno e devastador paradoxo de que todo significado é uma ilusão⁵².

O problema fundamental de Kripke é que ele não teria feito nada quanto à preocupação de Wittgenstein em rejeitar a assimilação do conceito de entendimento como interpretação. A conclusão de que as nossas concepções de significado e de entendimento devem estar permeadas por práticas comunitárias só faz sentido a partir da premissa de que há uma concepção de regra que não é uma interpretação, em resposta à preocupação de Wittgenstein. O resultado inevitável desse descuido de Kripke é o não convencimento de sua “solução cética”, na qual o seu trabalho está totalmente baseado.

2.2 Baker e Hacker: Kripke e uma interpretação incorreta do pensamento de Wittgenstein

No mesmo sentido das discussões de McDowell, G. P. Baker e P. M. S. Hacker posicionam-se no sentido de que o paradoxo cético descrito por Kripke, que culmina no argumento da linguagem privada, não seria nada mais do que uma interpretação incorreta do pensamento de Wittgenstein.

⁵¹ “(...) How can a performance both be nothing but a ‘blind’ reaction to a situation, not an attempt to act on an interpretation (...); and be a case of going by a rule (...)? The answer is: by belonging to a custom (...), practice (...), or institution (...)”.

⁵² McDowell, (1998, p. 243)

Os autores iniciam sua crítica a Kripke afirmando que por muito tempo as ideias de Wittgenstein em relação ao cumprimento de regras foram negligenciadas, mas que tais discussões foram reacendidas a partir do confronto, adotado por muitos filósofos, entre teorias semânticas de condições de verdade e teorias semânticas envolvendo noções de condições de justificação. Segundo tal classificação, o Wittgenstein do *Tractatus* é associado às condições de verdade, enquanto o Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* estaria atrelado às condições de justificação.

Kripke, enquanto adepto de teorias semânticas de condições de justificação, tem por foco em seu trabalho as *Investigações Filosóficas*, e, mais especificamente, uma reconsideração do argumento da linguagem privada, que, para ele, estaria verdadeiramente localizado nos parágrafos 143 a 242.

Para Baker e Hacker, no entanto, Kripke centra suas discussões em questões precedentes ao argumento da linguagem privada, pois este estaria, na verdade, localizado nos parágrafos 243 e seguintes. Nesse sentido, o objetivo dos autores é diferenciar o que realmente é o pensamento de Wittgenstein, do que é o Wittgenstein como Kripke entende, ou o Wittgenstein de Kripke. Nas palavras dos autores:

...no curso de suas reflexões, Kripke atribui a Wittgenstein uma série de visões que ele nunca sustentou, e impõe ao que ele escreveu uma variedade de interpretações para o qual não há licença. Nesse trabalho nós tentaremos estabelecer uma diferença rigorosa entre os argumentos de Wittgenstein conforme entendidos por Kripke e os argumentos de Wittgenstein, e demonstrar que, em questões relevantes, os argumentos de Wittgenstein não somente se diferem, mas efetivamente se confrontam com o cenário delineado por Kripke⁵³. (Baker/Hacker, 1984, p. 2)

A partir disso, Baker e Hacker passam a desenvolver um panorama do que seria a interpretação central de Kripke das *Investigações Filosóficas*. De início, ressaltam que, para Kripke, o argumento da linguagem privada estaria localizado nos parágrafos 143-242, sendo que a conclusão de tal argumento, especificamente, estaria contida no parágrafo 202, ao invés do que comumente é afirmado pelos estudiosos de Wittgenstein, de que a localização das discussões do argumento da linguagem privada dá-se nos parágrafos 243ss.

Para Kripke, nos parágrafos 143-242, Wittgenstein se depara com um problema cético: o questionamento de como meu atual uso do significado de uma palavra está de acordo com o significado dessa mesma palavra em um uso pretérito, uma vez que nada nas instruções que me foram dadas, quando do meu aprendizado, me forçaria a usá-la de um jeito em detrimento de outro. Em verdade, as instruções dadas e os exemplos produzidos podem ser adaptados para ficar de acordo tanto com a forma correta de utilização do significado, quanto com a forma errônea. Do

⁵³ "...in the course of his reflections Kripke attributes to Wittgenstein a variety of views which he never held, and imposes upon his writings a variety of interpretations for which there is no license. In this paper we shall try to differentiate sharply between Wittgenstein's argument as it struck Kripke and Wittgenstein's argument, and to demonstrate that on salient issues Wittgenstein's argument not only differs from, but actually confutes Kripke's picture".

mesmo modo, nada em minha mente pode constituir o fato de que minha significação seja direcionada para agir de um jeito ou de outro diante de um novo uso de significado.

A conclusão desse ceticismo seria o problema central das *Investigações Filosóficas*, qual seja, o paradoxo contido no parágrafo 201. Segundo os autores:

(...) O ceticismo sobre ser apto a saber se estou usando uma palavra de acordo com seu significado em uso anterior leva ao paradoxo estatuído no §201: 'Esse era o nosso paradoxo: nenhum curso de ação poderia ser determinado por uma regra, porque todo curso de ação pode ser conformado para ficar de acordo com a regra. A resposta era: se tudo pode ser conformado para ficar de acordo com a regra, então também pode ser conformado para ficar em conflito com ela. Então não haveria nem acordo nem conflito aqui'⁵⁴. (Baker/Hacker, 1984, p. 3)

A partir do paradoxo, Kripke vai além e afirma que tal ceticismo quanto a aplicação de uma palavra de acordo com o significado dela em aplicação anterior levaria à conclusão inexorável de que não pode haver qualquer significação e, desse modo, a linguagem seria impossível.

Diante de tal cenário problemático de impossibilidade da linguagem, Wittgenstein oferece, segundo Kripke, uma solução cética para o problema cético, cuja estratégia consiste em aceitar as premissas céticas, mas negar as conclusões céticas que decorrem delas. Nesse sentido, Wittgenstein concordaria que não há fatos no mundo que constituam a significação para quem quer que seja. No entanto, essa conclusão somente levaria ao cenário da impossibilidade da linguagem na hipótese de que o sentido é dado por condições de verdade, isto é, na correspondência com possíveis fatos no mundo.

Wittgenstein, na verdade, repudiaria essa teoria, substituindo-a por um cenário de sentido determinado por condições de justificação. Essas condições de justificação consistem em um respaldo comunitário para a minha aplicação de um significado a uma palavra de um ou outro modo. Minha aplicação estará correta, na medida em que condizente com a do restante da comunidade. Nessas circunstâncias, não há razão para negar que minhas atuais ou novas aplicações do significado de uma palavra estão de acordo com aplicações anteriores, se concordantes com as da comunidade.

Em assim sendo, a significação de uma palavra requer uma comunidade para prover acordo, e para evitar que ocorram casos de alguém pensar estar obedecendo a uma regra, ao invés de efetivamente estar obedecendo-lhe. Assim, não é possível seguir uma regra privadamente (§202), dada a necessidade de uma comunidade intermediadora, de sorte a que a conclusão do argumento da linguagem privada teria sido esboçada anteriormente às discussões do que propriamente vem denominado nas *Investigações Filosóficas* como argumento da linguagem privada.

⁵⁴ (...) Scepticism about being able to know whether I am using a word in accord with what I meant by it leads to the paradox stated at §201: 'This was our paradox: no course of action could be determined by a rule, because every course of action can be made out to be with the rule. The answer was: if everything can be made out to accord with the rule, then it can also be made out to conflict with it. And so there would be neither accord nor conflict here.

2.2.1 Quanto ao Paradoxo do Cético

A interpretação dos §§201-202 é fundamental para o entendimento do Wittgenstein de Kripke, já que o §201 consistiria no problema central das *Investigações Filosóficas*, enquanto o §202 seria a conclusão mesma do argumento da linguagem privada, baseada em argumentos já discutidos ao longo do livro.

O paradoxo contido no §201 afirma que nenhum fato passado, mental ou comportamental, seria apto a constituir a minha significação, de modo a que nada em meu uso presente do significado de uma palavra pode garantir a sua concordância com meu uso passado. Em outras palavras, não há nada que garanta que meu uso atual do significado de uma palavra seja o mesmo uso que fiz no passado.

Nessa esteira, não há que se falar em usar uma palavra de acordo com uma regra, nem mesmo usar uma palavra com algum significado, e, portanto, não há que se falar em linguagem significativa. Esse seria o paradoxo, que, para Baker e Hacker é questionável em sua própria coerência.

As *Investigações Filosóficas* tiveram três versões datilografadas antes de sua versão publicada de 1945-6. A versão intermediária, datada de janeiro de 1945, é quase idêntica à versão final no que tange aos parágrafos 1-217, mas não contém os parágrafos 201-3. Isso quer dizer que a versão intermediária contém todo o argumento anterior aos parágrafos 201-3, mas não expõe o que hoje seriam os §§201 e 202, os quais, posteriormente, Kripke afirmou serem o ponto central das *Investigações Filosóficas* e a conclusão do argumento da linguagem privada, respectivamente. Assim, a versão intermediária conteria o grosso do argumento da linguagem privada, mas não os §§201-3, de sorte a que se tais de fato estabelecessem sua conclusão, seria deveras estranha a omissão de Wittgenstein deles nessa versão.

No manuscrito 129, a seu turno, que foi escrito a partir de 1944, o contexto de ocorrência dos §§201-3 é o da discussão que hoje se localiza nos §§377-81 das *Investigações Filosóficas*, qual seja, a de como posso saber que alguma coisa é vermelha. O argumento preocupa-se em estabelecer que julgamentos do tipo “Isso é vermelho” não se baseiam em *reconhecimento*.

Nessa esteira, o argumento desenvolve-se assim: como sei que “isso é vermelho”? Pode-se responder, eu olho e vejo que é vermelho. Mas como a visão não verbal pode me ajudar caso eu não saiba como expressar esse “reconhecimento” em palavras, já que mais cedo ou mais tarde será necessária a transição para o uso de palavras? E nesse ponto, as regras não me ajudam muito, e todo ensino também não me ajudará nesse sentido, vez que não poderá me aliviar da tarefa de aplicar uma regra, de dar o salto de ver e dizer “isso é vermelho”. Em outras palavras, nenhuma regra poderia determinar a minha conduta na aplicação da palavra “vermelho” a um objeto.

Essa transição da visão ao uso de palavras ocorre privadamente e a única regra que pode guiar tal intento é uma que consista em uma definição ostensiva que determine “o que é isso” a receber a predicação “vermelho”. No entanto, a justificação para o uso da regra deve ser público.

Nesse ponto, ocorre no manuscrito 129 o conteúdo do atual §201, o paradoxo, que claramente é uma referência ao que é atualmente ao §198.

A conclusão do §198 apresenta o seguinte problema: a conexão entre a expressão de uma regra e o ato que conta como de acordo com ela é constituída por treinamento. Somos ensinados que agir de determinada maneira em resposta a alguma coisa é correto, e que outra coisa qualquer é incorreto. Somos capazes de explicar e justificar isso que aprendemos, mas não outra coisa, em referência à regra. Consoante os autores: “(...) Seguir uma regra é um costume; envolve o uso regular da expressão das regras no seu treinamento, em seu aprendizado, em sua explicação, e argumentação⁵⁵” (Baker/Hacker, 1984, p. 13).

A partir daí, Wittgenstein toma essas observações em um novo contexto de discussão de *reconhecimento* e aplicação não mediada de uma palavra a um objeto visto (como “vermelho”). A dificuldade anterior, de que uma regra não poderia determinar o que fazer de acordo com o que é expresso por ela, o “paradoxo”, era claramente um entendimento errôneo.

Isso fica claro pelo fato de que nenhuma interpretação, isto é, nenhuma regra para a aplicação de uma regra, pode satisfazer-nos, ou mesmo corrigir definitivamente, por si mesma, o que conta como concorde com o que por ela é expresso. Toda interpretação, na verdade, gera o mesmo problema, qual seja, o de como a regra deve ser aplicada.

Nessa linha, Wittgenstein adiciona um novo ponto ao argumento do parágrafo 198, indo mais fundo nas implicações da afirmação de que o que se conta como seguir uma regra é determinado por uma regularidade normativa. O que o absurdo paradoxo de que regras não podem guiar indivíduos demonstra é que o modo como se entende uma regra não precisa ser uma interpretação, e sim se manifesta em ações, no que denominamos “seguir uma regra”. O fato de que entendemos uma regra de determinada maneira é demonstrado na certeza, na falta de hesitação em sua aplicação. Assim, segundo os §§201-3 das *Investigações Filosóficas*, seguir uma regra é uma prática.

Essa observação se aplica à discussão do reconhecimento das cores no sentido de que não pode haver regras guiando a transição de ver o “que é isso” para dizer “isso é vermelho”, na medida em que não poderia haver técnica de aplicação para tal regra, nenhuma regularidade normativa em seu emprego, nem nenhum costume ou prática de aplicação da palavra sempre do mesmo modo. O ato “privado” de seguir uma regra, no caso, a definição mental ostensiva do “que é isso”, que é pressuposta pela suposição de que o reconhecimento intervém entre ver e dizer é falso. Daí decorre que obedecer a uma regra e pensar que se está obedecendo a uma regra entram em conflito. A conclusão aqui é o repúdio à ideia de que ver e dizer “isso é vermelho” é mediado por qualquer processo de reconhecimento.

Assim, a história dos §§201-3 sugere que seu conteúdo não é o que há de mais importante nas *Investigações Filosóficas*, uma vez que não foram incorporados na versão intermediária, ainda que tanto os argumentos precedentes, quanto a parte central do argumento da linguagem privada

⁵⁵ “(...) To follow a rule is a custom; it involves a regular use of the expression of rules in training, teaching, explaining and in giving reasons”.

tenham sido. Ademais, em seu contexto original, a observação que seguir uma regra é uma prática não tem nada a ver diretamente com práticas sociais. Tem a ver, na verdade, com o fato de que seguir regras é uma atividade, uma regularidade normativa de conduta que manifesta o entendimento que alguém tem a respeito de uma regra.

O §201, especificamente, refere-se ao questionamento levantado no §198, qual seja: “como uma regra pode me mostrar o que devo fazer em determinado ponto, na medida em que qualquer coisa que eu faça pode ser conformada para ficar de acordo com a regra?”. O objetivo geral das *Investigações Filosóficas* é romper com a concepção de que as regras determinam ou constituem de forma misteriosa e mágica o significado de expressões e com a concepção do entendimento como compreensão dessas regras que então nos guiam por caminhos predeterminados.

Anteriormente, Wittgenstein afirmava que o significado de uma expressão consistia no seu uso. Igualmente, o significado de uma expressão é o que é dado por uma explicação do significado, e a explicação do significado é uma regra para o uso de uma expressão. Entretanto, como pode tal explicação determinar a gama complexa de usos de uma expressão? Ora, uma regra pode ser interpretada de inúmeras formas. E sua mera declaração não é um repositório por meio do qual o uso se desdobra ou uma máquina lógica que gera suas aplicações concordes.

Com respeito ao entendimento, que é o correlato da explicação, o problema se apresenta do seguinte modo: normalmente entende-se uma expressão em um instante. Pode-se afirmar que se entende uma expressão ao dar-se uma explicação. No entanto, como o que é entendido, compreendido em um momento, pode ser algo como o uso, o padrão de aplicação de uma expressão, algo que se prolonga no tempo? A aparente tensão entre essas afirmações é a preocupação presente nos §§143-242, que pode ser dividida em duas partes.

A primeira parte explora o conceito de entendimento, estabelecendo que este não é um evento mental, estado ou processo. Ao invés disso, dizer que uma pessoa entende uma palavra é caracterizá-la como possuidora de uma capacidade, ou maestria em uma técnica. Em outras palavras, entender é semelhante a uma habilidade. A segunda parte (§§185-242), a seu turno, esclarece as noções de ato conforme ou conflitante a uma regra e do que seria seguir uma regra. Mais especificamente, elucida o que consiste no uso correto de uma palavra (a conformidade com sua explicação), e o que é significar alguma coisa e entender uma expressão.

Após essas reflexões, Wittgenstein se vê novamente face ao questionamento de que: se qualquer coisa que alguém faça pode ser conformada para estar de acordo com uma regra “em alguma interpretação”, como pode uma regra guiar alguém? A resposta aqui é dada imediatamente, sem qualquer referência a um paradoxo irresolúvel que precisa ser enfrentado. Nas palavras dos autores:

(...) Não devemos dizer que porque qualquer coisa que façamos pode ser conformada para estar de acordo com uma regra em alguma interpretação, então tal regra não pode nos guiar. Isso *seria* absurdo. (...). Interpretações por si mesmas não determinam significado. Apenas em um contexto no qual existe uma técnica estabelecida de aplicação de uma regra, no qual a regra

está envolvida de forma padrão em explicação e justificação, em ensino e treinamento, podem surgir questionamentos a respeito de determinadas interpretações. Porque apenas daí a expressão é *usada*, e uma relação interna é estabelecida entre ato e regra⁵⁶. (Baker/Hacker, 1984, p. 18)

Assim, apenas na existência de regras genuínas, de modo a que se possa falar em obediência e violação de regras, pode-se aventar a possibilidade de interpretar uma regra correta ou incorretamente. E isso é decorrência da existência de um costume, do uso regular da expressão de uma regra, de sua contextualização, mediante o estabelecimento de técnicas de aplicação e padrões.

As seções 199-200 enfatizam que o comportamento normativo requer uma multiplicidade de ocasiões como contexto, uma evidente regularidade como propósito. O §201, se retirado do contexto de seu manuscrito, isto é, sem qualquer relação com o problema das cores, ou com o da relação imagem-palavra, acaba por restringir-se a apenas aprofundar o argumento contido no §198, ao invés de também aplicar a resolução da questão contida no mesmo parágrafo.

Os §§198-9 resolvem a questão de como uma regra determina o que pode ser levado em conta como concorde a ela, ao fazer referência à existência de uma regularidade normativa de conduta. O §201, por sua vez, adiciona um ponto crucial sobre o entendimento de uma regra, qual seja: o modo pelo qual alguém entende uma regra não necessita de uma interpretação, mas deve ser exibido no que é denominado “seguir a regra” ou “ir de encontro a ela”, em cada caso de sua aplicação.

Nesse sentido, o entendimento nada mais é do que o domínio de uma técnica e a maneira pela qual alguém entende uma regra é manifestada no exercício dessa técnica na prática, na sua aplicação em vários casos. Por conseguinte, o que é rejeitado no §201 é a ideia de que uma regra determina uma ação, porque de acordo com essa, apenas em virtude de uma interpretação.

A primeira frase do §202 apenas repete a discussão já exposta no §201, a saber, que o modo pelo qual se entende uma regra não é exibido, no fim das contas, em uma interpretação, e sim na atitude prática de aplicação de uma regra. Não obstante, é incorreto interpretar prática aqui no sentido de prática social, como defende Kripke na necessidade de intermediação comunitária.

A questão não é estabelecer que a linguagem necessariamente envolve uma comunidade, e sim que as palavras são ações. No entanto, a prática não é meramente ação, mas uma ação regular de acordo com uma regra, e não algo que acontece de forma aleatória apenas uma vez. Nada nessa discussão requer uma multiplicidade de *agentes*. Toda a ênfase encontra-se na regularidade, nas múltiplas ocorrências, de uma ação. Consoante resumem os autores:

(...) O que aqui é crucial para a descrição de Wittgenstein acerca do conceito de seguir uma regra é ação recorrente em contextos apropriados, ação que é *considerada* obediência à regra. Se pessoas estão envolvidas

⁵⁶ “(...) We ought not to say that because whatever we do can be brought into accord with the rule on some interpretation, therefore the rule cannot guide us. This *would* be absurd. (...). Interpretations by themselves do not determine meaning. Only in a context which there is an established technique of application of a rule, in which the rule is standardly involved in explanation and justification, in teaching and training, can questions of giving interpretations arise. For only then is the expression used, and an intern relation established between act and rule”.

nisso, trata-se de outra questão. É claro que, conosco, criaturas sociais, a obediência a regras é geralmente uma prática social. Mas o ponto central do argumento não era estabelecer esse (óbvio) fato, mas, ao invés disso, mostrar que a obediência a regras, e, por conseguinte, uma linguagem, é um tipo de comportamento costumeiro, uma forma de ação, e não de pensamento. Os 'fundamentos' de uma linguagem não se encontram em experiências privadas, (...), e sim em regularidades normativas de conduta⁵⁷. (Baker/ Hacker, 1984, pp. 20-21)

Ante todo o exposto, o paradoxo enunciado por Kripke não se sustentaria. A solução para ele estaria na resposta imediata dada por Wittgenstein em relação ao questionamento de como seria possível uma regra guiar alguém mediante determinada interpretação, vez que qualquer conduta poderia ser conformada para estar de acordo com ela, qual seja: a de que só há falar em interpretação correta ou incorreta, no caso de regras devidamente contextualizadas, aplicadas na prática segundo técnicas estabelecidas, de modo a que se possa falar em obediência a regras, na medida em que estabelecida uma relação interna entre a expressão da regra e os atos em conformidade a ela.

Ainda, o Wittgenstein de Kripke não encontraria respaldo no pensamento de Wittgenstein no seguinte ponto: a aplicação da regra na formação do contexto requer uma regularidade, pois a obediência a regras constitui-se em uma prática, mas tal prática tem o sentido de exercício de uma ação, de um costume, não tendo por requisito uma coletividade de agentes ou uma comunidade intermediadora, como descreve Kripke.

2.2.2 Quanto ao Argumento da Linguagem Privada

Kripke sustenta que o real argumento da linguagem privada ocorre previamente ao §243, e que as considerações cruciais pertinentes ao argumento estão contidas na discussão que culmina no §202. A impossibilidade de uma linguagem privada decorre da incorreção de um modelo privado para a linguagem e para regras, o que está estabelecido no §202, e consiste na conclusão do argumento.

Baker e Hacker afirmam desde o início que a interpretação que Kripke da ao argumento da linguagem privada é errônea, seja quanto à localização do argumento nas *Investigações Filosóficas*, seja quanto ao seu conteúdo mesmo, de vez que entendem ser o argumento da linguagem privada a não primazia do mental, do interior, do subjetivo, dada a explícita preocupação de Wittgenstein com a refutação ao idealismo e ao solipsismo imperantes na filosofia europeia.

A fim de desconstruir a interpretação de Kripke, os autores partem em uma análise dos parágrafos para frente do 202, que são os normalmente considerados como aqueles que contêm o argumento da linguagem privada. Assim, iniciam afirmando que o argumento da linguagem privada foi de fato construído em discussões prévias, sobretudo nas discussões quanto à obediência a regras.

⁵⁷ "(...) What is here crucial for Wittgenstein's account of the concept of following a rule is recurrent action in appropriate contexts, action which counts as following the rule. Whether others are involved is a further question. Of course, with us social creatures rule-following is generally a social practice. But the point of the argument was not to establish this (obvious) fact, but rather to show that rule-following, and hence a language, is a kind of customary behaviour, a form of action, not of thought. The 'foundations' of language are not in private experience, (...), but in normative regularities of conduct".

O que há de novo no argumento da linguagem privada é o questionamento sobre se um paradigma privado pode ser empregado para dar significado a uma palavra, ou se um referencial mental pode ser aplicado na estipulação ou explicação para alguém acerca da constituição de uma norma de uso correto. Entretanto, já no manuscrito 129, nas discussões sobre obediência a regras, conforme ora mencionado, esse questionamento é respondido com uma negativa, isto é, que não há possibilidade de se estabelecer uma relação interna entre um paradigma privado, ou uma explicação subjetiva, de modo a que tais possam determinar uma ação em uma prática de acordo com uma regra.

Só há que se falar em regras quando devidamente inseridas em um contexto, quando aplicáveis segundo técnicas específicas desenvolvidas mediante uma regularidade. Não pode haver técnica de aplicação de uma regra privada, na medida em que para tal regra não existiria qualquer justificação, de sorte a que não seria possível distinguir entre pensar que se está obedecendo a uma regra e efetivamente estar obedecendo-lhe.

Apesar dessas observações estarem contidas já nas discussões sobre obediência a regras do manuscrito 129, o argumento que estabelece essas conclusões efetivamente é o argumento da linguagem privada. O que ocorreu foi que, com o deslocamento dos §§201-3 de seu contexto de ocorrência original, que era o da discussão que hoje se localiza nos §§377-81, o §202 acabou por permanecer estatuinto uma conclusão do argumento da linguagem privada, porém isoladamente, haja vista que a discussão efetiva do argumento virá apenas posteriormente, a saber, nos §§243ss. Isso explicaria a confusão na interpretação de Kripke, que acredita conterem os §§201-2 o cerne do argumento da linguagem privada.

2.2.3 O Problema Cético de Kripke

Kripke localiza o problema central das *Investigações Filosóficas* em termos de uma hipótese cética acerca de uma eventual mudança no uso do significado de palavras. Nesse sentido, posicionando-se como um cético, questiona-se acerca de como um entendimento passado acerca do significado de uma palavra pode garantir o uso correto desse mesmo significado em usos presentes e futuros. O cético, assim, duvida da possibilidade de que qualquer instrução ou ensinamento que recebi ou dei a mim mesmo no passado me imponha ou justifique uma determinada resposta diante de novas hipóteses.

Para Baker e Hacker, esse entendimento de Kripke nada mais faz do que transferir a preocupação de Wittgenstein em saber como uma regra determina a sua aplicação, para um problema de uma relação entre intenções presentes e passadas. Segundo os autores, trata-se de uma mudança de uma preocupação natural para uma preocupação bizarra, uma vez que seria natural pensar que se uma palavra significa o que ela significa, por conseguinte ela será um predicado atribuível a um objeto que possuir a característica referida no significado, como por exemplo, “vermelho”. Não obstante, não seria plausível pensar que ao atribuir “vermelho” a um objeto, alguém

se vê obedecendo a uma instrução que lhe foi dada no passado sobre seu significado, ao invés de somente usar “vermelho” de acordo com seu significado.

A razão para tanto é que somos naturalmente inclinados a dizer que sabemos de pronto e com relativo grau de certeza o significado de uma palavra quando fazemos uso dela. Entretanto, Wittgenstein demonstrou que nenhum ato, atividade ou processo mental que possa ocorrer durante o uso do significado ou do processo de entendimento constitui a própria significação ou o entendimento mesmo.

Em assim sendo, não poderia haver distinção entre fazer uso de um significado determinado e saber que se está usando tal significado, uma vez que a certeza da significação correta não se baseia em evidências. Isso não quer dizer, no entanto, que a significação ou a intenção não sejam possíveis para aqueles que sinceramente se pretendem a tanto. Quer dizer apenas que significação e intenção não são experiências ou estados de coisas, e menos ainda experiências de conhecimento introspectivo.

Ainda que a significação fosse uma experiência ou estado de coisa, demonstrável e redutível empiricamente, isso não seria capaz de solucionar o problema de Wittgenstein, a saber, o de como uma regra determina a sua aplicação. Pois, como qualquer experiência seria capaz de per si fazer a ligação entre o aparente vão existente entre uma regra e sua aplicação? Seu papel nesse caso não seria semelhante ao de uma interpretação da regra? Mais uma vez, seria necessário um salto da regra para sua aplicação.

De acordo com Wittgenstein, pode-se afirmar com segurança o significado de uma palavra quando fazemos uso dela não em função de uma consciência introspectiva acerca do meu estado interior de significação. A afirmação de que não existe tal experiência ou estado interno de significação conduz diretamente à conclusão do argumento cético de Kripke. O cético sustenta que não há qualquer fato acerca da minha história passada, tanto em minha mente, quanto em meu comportamento externo objetivo, que estabeleça o uso de um significado em detrimento de outro em determinada ocasião. Somando-se a esse cenário o argumento contrário à significação como experiência introspectiva, pode-se concluir que não há qualquer fato sobre mim subjetivamente que possa ter constituído o uso de determinado significado em certa ocasião.

A questão dos fatos internos, comportamentais ou mentais que pudessem se correlacionar diretamente com a significação é crucial na teoria de Kripke, haja vista que ele propõe ser o objetivo das *Investigações Filosóficas* tratar das condições de justificação, em oposição ao *Tractatus*, que discorreu a respeito de uma teoria das condições de verdade. De acordo com Kripke, o que tornaria uma proposição verdadeira seria sua correspondência com fatos-no-mundo, de sorte a que a significação de frases e palavras seria advinda de suas correlações com possíveis fatos no mundo.

O repúdio a essa teoria estaria no cerne da “solução cética” dada por Wittgenstein ao problema cético. Consoante Kripke, Wittgenstein concordaria com o cético no sentido de que não há fato no mundo que constitua o significado de alguma coisa por meio de uma palavra, e, ao mesmo tempo, no sentido de repudiar a teoria das condições de verdade acerca da significação, que requer a

ocorrência efetiva dos fatos no mundo para a realização de afirmações verdadeiras sobre significados.

Entretanto, para Baker e Hacker, essa interpretação que Kripke dá para o que seria a teoria das condições de verdade presente no *Tractatus*, mais uma vez, é errônea. Para Wittgenstein, não haveria fatos no *mundo*. Os fatos não estão no espaço e também não são entidades temporais. Os autores ilustram isso por meio do seguinte exemplo:

...o fato que ontem eu usei *W* com o significado 'W' não é um fato-que-estava-no-mundo-ontem. E o fato que eu agora uso *W* com o significado 'W' não é um fato-em-minha-mente-agora. Mas, se eu usei *W* com o significado 'W', então é um fato que assim tal significado tenha sido usado, e se agora eu uso *W* com o significado 'W', então é um fato que esse significado foi assim usado⁵⁸. (Baker/Hacker, 1984, p. 31)

Em segundo lugar, Wittgenstein não nega que o que torna uma proposição *p* verdadeira é o fato de que *p*. Ele não repudia a afirmação que a proposição determina previamente o que a tornará verdadeira, isto é, qual fato deve ocorrer na realidade. Entretanto, ele rejeita o cenário metafísico que vem em conjunto com essas afirmações, visto que a conexão entre relação e fato é meramente gramatical. Trata-se de articulações intralinguísticas, e não de conexões últimas entre língua e realidade. Nas palavras dos autores: "(...) É uma convenção da gramática que 'A proposição que *p*' = 'A proposição que o fato que *p* torna verdadeira'. E também 'O fato que *p*' = 'O fato que faz a proposição que *p* verdadeira⁵⁹". (Baker/Hacker, 1984, p. 32).

Por fim, Baker e Hacker ressaltam que é de se notar que o ceticismo de Kripke apresenta um paralelo com o ceticismo tradicional, na medida em que supõem que apenas por meio de *implicações* é possível fazer afirmações cognitivas. Segundo Kripke, não se pode afirmar que agora faço uso do mesmo significado que antes fiz, em relação à mesma palavra, visto que nenhum fato em minha mente ou em meu comportamento implica a relação entre usos presente e passado. Tais argumentos devem ser rechaçados, pois:

(...) O que demonstra que usei verde com o significado 'verde' é o modo pelo qual eu expliquei o significado 'verde', e o que demonstra que eu usei verde⁶⁰ é devido a um tipo bem diferente de explicação. O fato de eu ter dado tal e tal explicação não *implica* que ao aplicar 'verde' a um objeto eu esteja usando 'verde' de acordo com o significado que usei até agora, (...). O modo como eu uso uma expressão, como a explico e uso a explicação como norma de correção (em inúmeros casos, novos e antigos), o que eu *considero* como aplicar uma expressão de acordo com sua explicação (seu significado) demonstra o que eu entendo por ela⁶⁰. (Baker/Hacker, 1984, p. 33)

⁵⁸ "...the fact that I yesterday meant *W* by 'W' is not a fact-that-was-in-the-world-yesterday. And the fact that I now mean *W* by 'W' is not a fact-in-my-mind-now. But if I did mean *W* by 'W', then it is a fact that I so meant, and if I now mean *W* by 'W' then it is a fact that I so mean".

⁵⁹ "(...) It is a convention of grammar that 'The proposition that *p*' = 'The proposition that the fact that *p* makes true'. And so too 'The fact that *p*' = 'The fact that makes the proposition that *p* true'".

⁶⁰ "(...) What shows that I meant green by 'green' is the way I explained 'green', and what shows that I meant green is giving a quite different explanation. That I gave such-and-such an explanation does not entail that in applying 'green' to this object I am

Assim, não há que se falar na necessidade de vinculação entre usos pretéritos e presentes ou futuros para a garantia da manutenção da significação, conforme descrevia o problema cético de Kripke, de vez que a garantia para o uso de um determinado significado em uma expressão é a explicação dada para ele, enquanto norma de correção.

2.2.4 A Solução Cética de Kripke

O ceticismo de Kripke nos leva a duvidar se estamos usando palavras de acordo com o significado passado aplicado. Do ceticismo, segundo Baker e Hacker, passa-se prontamente a um niilismo conceitual, no qual se nega qualquer possibilidade de significação, conduzindo-nos ao paradoxo de que a própria linguagem é impossível.

A solução de Wittgenstein para tal paradoxo, consoante Kripke, consiste na rejeição da teoria de condições de verdade em favor de uma teoria de condições de justificação. A partir desse cenário, Kripke acredita ser possível aceitar as premissas céticas de que não há fato-no-mundo constituinte da significação, de sorte a não se poder falar em condições de verdade para afirmações, negando-se, desse modo, o paradoxo cético.

O cenário de negação do paradoxo cético constitui-se em aceitação de uma teoria de condições de justificação, que, para Kripke, nada mais é do que uma intermediação comunitária necessária na comunicação. Em outras palavras, a cada afirmação proferida por um indivíduo, esta deverá ser submetida à correção pelos outros membros da comunidade em um número suficiente de vezes.

Somente após tal indivíduo ter sido aprovado nesse número suficiente de testes pela comunidade, ele poderá ser considerado como dominante de um conceito e, mais adiante, como falante da língua e membro da comunidade. Assim, qualquer indivíduo que alegue ter dominado qualquer conceito é porque foi julgado pela comunidade em suas respostas particulares e essas estavam de acordo com as da própria comunidade em um número suficiente de casos.

Para Baker e Hacker, é difícil encontrar nesse cenário de Kripke qualquer semelhança com os argumentos desenvolvidos por Wittgenstein ou, mais ainda, seria difícil encontrar qualquer plausibilidade dentro do argumento em si. Primeiramente, a descrição de Kripke acerca das condições de justificação para as atribuições de terceira pessoa seria confusa. Nesse caso, merece citação um exemplo dos autores:

(...) Devemos imaginar o seguinte intercâmbio: perguntamos a Smith, 'Jones usa adição com o significado de "plus"?' ele responde, 'Sim, porque toda vez que ele é perguntado "o que é a plus b "? (para qualquer a e b), ele sempre da a mesma resposta que eu dou'...⁶¹. (Baker/Hacker, 1984, pp. 35-36)

using 'green' in accord with what I meant by it hitherto, (...). How I use an expression, how I explain an expression, how I use the explanation as a norm of correctness (in indefinitely many cases, new and old), what I count as applying the expression in accord with its explanation (its meaning) shows what I understand by it".

⁶¹ "(...) We must imagine the following exchange: we ask Smith, 'Does Jones mean addition by "plus"?' He replies, 'Yes, because whenever he is asked "What are a plus b ?" (for any a and b), he always give the same answer as I give'...".

O fato de Jones dar a mesma resposta de Smith não seria a questão, pois o que se questiona é se Jones está dando a resposta correta. O mero fato de ele concordar com Smith não garantiria a correção de suas respostas, pois poderíamos estar diante da possibilidade de ambos os membros de determinada comunidade terem compreendido erroneamente o significado de adição. Nesse caso, o acordo de respostas entre Jones e Smith apenas perpetuaria um aprendizado errôneo de significados.

Em segundo lugar, a análise parece demonstrar que Smith somente poderia julgar que Jones entende um significado se o uso desse significado em determinado caso estivesse de acordo com o que ele (Smith) daria, e, ainda mais, caso isso se estendesse para a aplicação do significado em novos casos. Entretanto, segundo Baker e Hacker é uma verdade conceitual que julgar que alguém está apto ao uso de um significado tem fundamento apenas na *explicação* daquele significado, conforme exposto anteriormente, não havendo necessidade de acordo em todas as instâncias de uso.

Ainda, a solução da teoria das condições de justificação também não é satisfatória no seguinte sentido: as condições de verdade deveriam prover o significado das frases. Dado que as condições de verdade normalmente eram um modo de explicar o significado de uma frase, as condições de justificação, supostamente, deveriam ter assumido esse papel no cenário de Kripke.

Assim, o significado de qualquer frase passa a ser dado pela especificação de suas condições de justificação, isto é, pela assertibilidade que o uso de uma frase obtém pelo seu acordo com os demais usos comunitários. Não obstante, questionam-se Baker e Hacker: "...*alguém* explica desse modo o que 'A usa W para significar "W"' quer dizer para qualquer um que genuinamente gostaria de saber? E tal explicação proveria uma norma para o uso correto da 'significação'?"⁶². (Baker/Hacker, 1984, p. 37). A resposta, diante de todo o discutido acima, seria um claro não.

Na mesma linha, a solução cética de Kripke não teria sido apta a responder ao questionamento cético original. O problema foi construído por meio de uma argumentação no sentido de que nunca poderia haver fundamentos adequados para julgar que um indivíduo faz uso de uma expressão nesse momento em concordância com o significado que previamente deu a tal expressão. A solução cética, a seu turno, afirma que nenhum fato da minha mente ou do comportamento humano, presente ou passado, pode garantir que nossos usos atuais de um significado sejam coerentes com usos passados. Destarte:

...se todos nós compartilhamos inclinações comuns para aplicar um termo assim e assim, então nós todos usamos W com o significado 'W', ou, mais especificamente, contanto que um falante *não* aplique 'W' diferentemente do modo como o resto da comunidade está inclinada a aplicá-lo, então ele será aceito como obediente à regra de 'W', usando o significado 'W' tal como todo mundo usa⁶³. (Baker/Hacker, 1984, p. 37)

⁶² "...anyone thus explain what 'A means W by "W"' means to someone who genuinely wanted to know? And would such an explanation provide a norm for the correct use of 'means'?"

⁶³ "...if we all share common inclinations to apply the term thus-and-so, then we all now mean W by 'W', or, more carefully, as long as a speaker does not apply 'W' differently from the way the rest of the community is inclined to apply it, then he will be accepted as following the rule for 'W', as meaning by 'W' what everyone else means".

Entretanto, as meras inclinações comuns para a aplicação de um termo não garantem a solução do questionamento cético. Como exemplo, Baker e Hacker descrevem o caso de uma comunidade em que nenhum membro jamais calculou '57 + 68'. Desse modo, como falar em uma inclinação presente da comunidade para responder '125' concordante com a significação passada de adição, isto é, de acordo com a resposta que teria sido dada caso tal pergunta tivesse sido anteriormente feita? Como não havia inclinação para qualquer resposta até então, já que '57 + 68' nunca havia sido somado antes, não se poderia falar em condições de justificação satisfatórias para a significação correta do termo, no caso, a adição.

2.2.5 O Papel do “Acordo” em Wittgenstein e em Kripke

Em continuação à sua crítica ao trabalho de Kripke, Baker e Hacker afirmam que o autor esboça o seu problema cético em termos do significado que um falante usa na aplicação de uma expressão, e em termos de saber se tal falante usa no presente essa mesma expressão de acordo com o significado que previamente fez uso. Para Baker e Hacker, essa seria uma forma enganosa de abordar o problema central com que Wittgenstein está preocupado, qual seja, o que está envolvido no entendimento de uma expressão por um falante, saber o que ela significa, e no uso dela de acordo com a correta explicação de seu significado.

A estratégia de Kripke seria enganosa porque não diferencia as noções do que uma expressão significa do que é entender uma expressão. O foco no problema de conformidade entre uso corrente e um padrão de uso passado mistura o questionamento sobre a persistência do entendimento (uma habilidade) com a questão da correção do uso presente (conformidade com uma norma). Kripke tenta sem sucesso livrar-se dessa confusão recorrendo à necessidade de intermediação comunitária.

A estratégia de Wittgenstein seria totalmente diferente, pois ele claramente mantém tais questionamentos distintos. Ele correlaciona entendimento tanto com o uso de uma expressão, quanto com a explicação de seu significado, deixando claro, por outro lado, que essas correlações não devem ser misturadas. Assim, na medida em que a significação é correlata ao entendimento, o significado de uma palavra é igualmente ligado ao seu uso e às explicações de seu significado. Nas palavras dos autores sobre o que é significado e o que é entendimento:

(...) O significado de uma palavra é o que é explicado por uma explicação de seu significado. E também é o modo pelo qual a palavra é usada em um discurso. Entender o significado de uma palavra é semelhante a uma habilidade; é o domínio de uma técnica de uso de um símbolo de acordo com regras. Os critérios de entendimento fundamentam-se no comportamento, no uso da expressão de acordo com (...) sua explicação, com as regras para seu uso, e no ato de dar corretas explicações para seu significado...⁶⁴. (Baker/Hacker, 1984, p. 43)

⁶⁴ "(...) The meaning of a word is what is explained by an explanation of its meaning. And it is also the manner in which the word is used in speech. Understanding the meaning of a word is akin to an ability; it is the mastery of a technique of using a symbol according to rules. The criteria of understanding lie in behaviour, in the use of the expression in accord with (...) its explanation, the rules for its use, and in the giving of correct explanations of its meaning...".

Nessa linha, não há que se falar apenas em acordo de julgamentos, como Kripke sugere, sendo essencial haver igualmente acordo de definições, tanto para a significação, quanto para o entendimento. A teoria das condições de justificação de Wittgenstein, conforme descrita por Kripke seria insuficiente nesse sentido, vez que não afirma que a resposta correta para um questionamento, como, por exemplo, o resultado de uma soma, é aquela que todos os membros da comunidade dão. Apenas sustenta que se todos concordam quanto a uma determinada resposta, então ninguém estará justificado a dizer que tal resposta está incorreta.

O papel do acordo no argumento de Wittgenstein vai muito além do que aquele desempenhado na teoria de Kripke, dado que o uso de uma expressão deve concordar com a correta explicação do que ela significa. Trata-se aí de um acordo não somente de julgamentos, mas também de definições, consoante obtemperam Baker e Hacker:

(...) Se eu explico 'vermelho' ao apontar para um exemplo, e digo 'Isso é vermelho', então quando eu julgo que um objeto A é vermelho, A deve ser *dessa* (apontando para o exemplo) cor. Ademais, *ceteris paribus*, o meu uso corrente de uma expressão deve concordar com meu uso prévio. (...)...os 'jogos-de-linguagem' na qual me engajo com outras pessoas podem ser jogados somente se nós concordamos quanto às nossas explicações (definições) e igualmente, (...), quanto às nossas aplicações (julgamentos)⁶⁵. (Baker/Hacker, 1984, p. 44)

Kripke teria sido capaz de entender a importância da noção de acordo para Wittgenstein, embora tenha concebido sua função de forma distorcida. Baker e Hacker chamam atenção para o fato de que em momento algum tal autor pontuou a relevância do acordo para as definições (explicações) ou mesmo afirmou qualquer coisa quanto à relação entre acordo em julgamentos e acordo em definições.

No entanto, isso seria coerente com uma concepção do acordo como *constitutivo* da significação, o que é perfeitamente compatível com a teoria da intermediação comunitária do Wittgenstein de Kripke. Se alguém é julgado pela comunidade como tendo dominado um determinado conceito somente no caso de suas respostas particulares concordarem com as da comunidade em um número suficiente de casos, então só há que se falar em significação no caso de acordo comunitário.

De outro modo, diz-se que alguém em uma comunidade está obedecendo a uma regra na medida em que concorda com as respostas produzidas pelos membros da comunidade da qual faz parte. Nesse sentido, o acordo comunitário é parte das condições de justificação de 'usar W com o significado 'W'' (uma regra), de vez que alguém só estará justificado a agir de determinado modo caso de acordo com as ações dos demais, sendo constitutivo, portanto, do significado mesmo da regra.

⁶⁵ "(...) If I explain 'red' by pointing at a sample, saying 'This is red', then when I judge an object A to be red A must be this (pointing at the sample) colour. Moreover, *ceteris paribus*, my current use of an expression must agree with my previous use. (...)...the 'language-games' I engage in with others can be played only if we agree in explanations (definitions) and also, (...), agree in applications (judgments)".

Para Wittgenstein, o acordo é o arcabouço condicional para a existência dos jogos de linguagem, mas não é constitutivo de nenhum jogo. Em outras palavras, o acordo não é critério para que alguém entenda o significado de qualquer coisa. Ao invés disso, para que alguém entenda, é necessária a correta explicação do que a expressão em questão significa, assim como seu uso correto. Nas palavras dos autores:

(...) O fato de A entender o que 'vermelho' significa é demonstrado ao dar uma correta explicação (...) de 'vermelho', bem como ao dizer sobre a minha rosa vermelha "Aquilo é vermelho". O fato de outros também caracterizarem minha rosa como vermelha não é parte dos critérios para o entendimento de A, para que esse saiba o significado de 'vermelho'. Mas o *arcabouço* para o exercício conceitual dessas atividades é o acordo geral⁶⁶. (Baker/Hacker, 1984, p. 45)

A falha na teoria de Kripke residiria, sobretudo, no fato de não levar em consideração devidamente a insistência de Wittgenstein quanto à questão de que obedecer a uma regra é fundamental para um jogo de linguagem, o que caracteriza por *descrição*. Kripke, aparentemente, estaria tentando retroceder do conceito de obediência ao conceito de acordo. Entretanto, não haveria qualquer utilidade em retroceder ao conceito de acordo, afirmam com veemência Baker e Hacker, já que não se pode garantir com mais segurança um comportamento fundamentado em um acordo com outro comportamento do que um que se deu em obediência a uma regra. Em verdade, o comportamento de seguir uma regra também está fundado em acordo.

Com efeito, a tentativa de deslocar o foco da questão de se obedecer a regras propriamente para o pano de fundo do que as torna possíveis (o acordo, no caso de Kripke) acaba por gerar a perda do próprio conceito de normatividade e, com isso a perda da distinção entre correto e incorreto, que deveriam, com essa tentativa, estar sendo esclarecidos. Assim posicionam-se Baker e Hacker:

O que um professor ensina a uma criança não é a ter as mesmas inclinações que os outros têm, e sim a seguir uma regra corretamente. O aprendiz deve aprender a usar a regra, a explicação do significado, como padrão de uso correto. Ele deve aprender a ver tais e tais resultados como critérios para seguir uma regra corretamente. E tudo isso se dá dentro do contexto de uma prática do uso da regra desse modo. Se o aprendiz deve dominar conceitos compartilhados, ele deve aprender o que se *considera* como obedecer a uma regra⁶⁷. (Baker/Hacker, 1984, p. 46)

Nesse sentido, descrever o que seguir uma regra corretamente consiste nada mais é do que descrever o aprendizado de proceder de acordo com a regra. E esse aprendizado se dá na prática, por meio do uso da regra. O que pode ser considerado como correto quanto ao questionamento em

⁶⁶ "(...) That A understands what 'red' means is shown by his giving a correct explanation (...) of 'red', as well as by his saying of my red rose 'That is red'. That others would also characterize my rose as red is not part of the criteria for A's understanding, knowing the meaning of 'red'. But the *framework* for these concept-exercising activities is general agreement".

⁶⁷ "What a teacher teaches a child is not to have the same inclinations others have, but to follow a rule correctly. The learner must learn to use the rule, the explanation of meaning, as a standard of correct use. He must learn to see such-and-such results as criteria for following the rule correctly. And all this takes place within the background context of a practice of using the rule in this way. If the learner is to master shared concepts he must learn what *counts* as following the rule".

relação a um novo comportamento não é a resposta que se está inclinado a dar e que outros concordam. A resposta será que o comportamento estará correto se de acordo com a regra. Mas só há que se falar em acordo, no caso de regras devidamente contextualizadas, cujo uso regular é sua própria medida de correção, consoante já discutido anteriormente neste trabalho.

2.2.6 Condições de Verdade e Condições de Justificação

Kripke descreve a mudança do Wittgenstein do *Tractatus* para as *Investigações Filosóficas* como uma transformação de uma teoria de condições de verdade para uma teoria de condições de justificação. Na opinião de Baker e Hacker, essa seria uma visão distorcida de Wittgenstein, sendo que as distorções ocorreram em dois níveis: na representação da teoria das condições de verdade do *Tractatus* e nas visões tardias de Wittgenstein acerca do significado.

Kripke caracteriza o Wittgenstein do *Tractatus* a partir do que acredita ser a ideia básica do livro: uma frase declarativa adquire seu significado em virtude de suas condições de verdade, em virtude de sua correspondência com fatos da realidade, que devem ocorrer na prática (ser o caso), se a frase for verdadeira, conforme abaixo:

(...) Por exemplo, 'o gato está no tapete' é entendido por aqueles falantes que concebem isso como verdade se, e somente se, um certo gato está em um certo tapete; seria falso, do contrário. A presença do gato no tapete é um fato ou condição-no-mundo que tornaria a frase verdadeira (expressa uma verdade) se ocorresse⁶⁸. (Kripke, 1982, p. 52)

Consoante Baker e Hacker, a caracterização de Kripke do que seria a ideia básica do *Tractatus* é errônea, pois somete esse trecho conteria três teorias distintas presentes no livro⁶⁹. Primeiramente, existe a teoria pictórica das proposições atômicas. O sentido de tais proposições seria uma função dos significados de seus nomes constituintes não analisáveis, e consiste em sua representação de um estado de coisas atômico (que pode ou não, ser o caso). Em segundo lugar, existe a descrição condicional-veritativa do sentido das proposições moleculares. E finalmente, há a teoria da verdade por correspondência⁷⁰.

Kripke teria tratado a teoria condicional-veritativa como se fosse parte da teoria pictórica das proposições atômicas, o que seria um erro grave, pois, de acordo com o *Tractatus*, não faz sentido falar-se em condições de verdade para proposições atômicas. As condições de verdade de uma proposição seriam nada mais que as condições pelas quais 'T' ocorre na coluna final em sua tabela-verdade, mas não há tabela-verdade para proposições atômicas.

⁶⁸ "(...) For example, 'the cat is on the mat' is understood by those speakers who realize that it is true if and only if a certain cat is on a certain mat; it is false otherwise. The presence of the cat on the mat is a fact or condition-in-the-world that would make the sentence true (express a truth) if it obtained".

⁶⁹ Baker/Hacker, (1984, p. 48).

⁷⁰ Não é pretensão deste trabalho discutir mais aprofundadamente as teorias constantes do *Tractatus*, de modo que elas serão somente mencionadas para fins de argumentação.

Ademais, Kripke sustenta que o Wittgenstein tardio, das *Investigações Filosóficas*, propõe um cenário da linguagem baseado em condições de justificação, ou condições de assertibilidade, em detrimento das condições de verdade, do *Tractatus*. Para Baker e Hacker, seria absurdo caracterizar os escritos tardios de Wittgenstein segundo essa visão. Primeiramente, porque não seria possível explicar a formação do significado de todos os tipos frases a partir da especificação das circunstâncias que justificam a sua asserção. Ao contrário, Baker e Hacker enumeram somente frases em terceira pessoa que dizem respeito a características psicológicas e frases referentes a habilidades como aptas a serem explicadas por condições de justificação, excluindo dessa possibilidade frases declarativas, frases que expressam sensações, intenções, desejos e lembranças, ou seja, a maioria das frases existentes dentro de uma linguagem.

Em segundo lugar, porque:

(...) Wittgenstein *não* alega, com respeito a frases em geral, que nós explicamos seu significado ao dar suas condições de justificação. A preocupação de *observar* como as frases são usadas não é uma alegação implícita de que todas as frases têm condições de justificação⁷¹.
(Baker/Hacker, 1984, p. 49)

Por fim, a teoria de Wittgenstein não sustentaria que a linguagem é uma estrutura monolítica exaurida por meio de condições de verdade ou condições de justificação que dariam significado a frases ou palavras. Conceber a linguagem desse modo seria simplificá-la ao extremo, reduzindo-a a cálculos e regras. Para Wittgenstein, a linguagem se da na prática, no entrecruzamento das dinâmicas dos diversos jogos de linguagem, e nas diversas formas de vida humanas.

2.3 George Wilson: O Wittgenstein de Kripke defendido

George Wilson em seu texto *Semantic Realism and Kripke's Wittgenstein* tem por objetivo delinear a estrutura fundamental do argumento cético desenvolvido por Kripke em seu trabalho *Wittgenstein on Rules and Private Language* visando a demonstrar que tal argumento tem sido severamente mal interpretado por seus principais comentadores, sobretudo por McDowell.

Wilson posiciona-se no sentido de que, se devidamente construído, o argumento de Kripke oferece uma leitura coerente do §201 das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, rebatendo McDowell, que afirma que a moldura exegética de Kripke não poderia sequer fazer sentido tomado o §201 como um todo. Primeiramente, consoante McDowell, o aparente paradoxo que Wittgenstein menciona no começo do parágrafo 201 só se sustentaria com base em um entendimento errôneo, o de que todo entendimento é uma interpretação, e Kripke, a seu turno, não faz nada para solucionar esse entendimento errôneo e dissolver o paradoxo, mas, ao contrário, mantém o paradoxo, utilizando-o, ainda, como base para toda a sua argumentação.

⁷¹ "(...) Wittgenstein does not claim, with respect to sentences in general, that we explain their meaning by giving their assertion-conditions. The injunction to look at how sentences are used is not an implicit claim that all sentences have assertion-conditions".

Em segundo lugar, McDowell obtempera que não há no §201 qualquer indício de que a possibilidade de se escapar do paradoxo está em se livrar da inclinação de pensar na compreensão ou significação de uma regra como um fato sobre a pessoa que a compreende. Segundo Wilson, McDowell supõe que se trata de uma parte crucial do posicionamento de Kripke sobre Wittgenstein, ou o Wittgenstein de Kripke, que não há fatos próprios a um falante que constituam a sua compreensão de uma regra. No entanto, McDowell conclui, como não há fundamento para essa tese nem no §201 e nem em qualquer outra passagem de Wittgenstein relacionada ao tema, que Kripke estaria bastante equivocado em suas explicações a respeito do trabalho de Wittgenstein.

Após o esboço inicial da crítica de McDowell a Kripke, Wilson passa a focar na reconstrução que Kripke faz de Wittgenstein, no sentido de demonstrar que McDowell está errado em relação ao primeiro ponto de sua crítica, e que seu segundo ponto está baseado em uma interpretação errônea no que tange à linha de pensamento geral de Kripke.

2.3.1 O Cético de Kripke em oposição ao Wittgenstein de Kripke

Wilson inicia a sua reconstrução do Wittgenstein de Kripke pelo cético de Kripke, ressaltando que esse constantemente trabalha em torno da *concepção* do que teria de ser o caso se alguém fosse usar um termo para significação. Utilizando-se do exemplo da regra de adição, tal como Kripke, Wilson passa a explicar pormenorizadamente essa concepção do cético, levando-se em consideração a noção inicial desenvolvida por Kripke de que no aprendizado de adição, compreende-se uma regra, de sorte a que respostas futuras poderiam ser determinadas por essa compreensão passada⁷².

Para que alguém possa usar '+' como significado para adição, deve ter sido estabelecido previamente um *padrão de correção* para as efetivas e potenciais aplicações do termo, de sorte a que usar '+' como significado para algo consiste essencialmente em ter uma *intenção ou comportamento* adequado sobre o que deve contar como aplicação correta ou incorreta da expressão. Nesse sentido, o cético supõe que o padrão de correção requerido é, no caso, a *operação aritmética de adição* por si mesma, pois, independentemente da prática linguística em questão, a função de adição produzirá apenas um único valor numérico para qualquer par de números naturais, o que a torna padrão factível de correção.

Diante disso, o cético continua sua argumentação afirmando que o *padrão de correção* a ser estabelecido é a adoção de uma **regra não-defectível**, ou, mais especificamente, uma regra 'metalinguística' não-defectível, para o efeito de formação de um quadro de valores de associação de respostas corretas a perguntas relativas à função de adição '+'. Em sendo adotada tal regra semântica para '+', as corretas aplicações do termo ficam sedimentadas no quadro infinito de valores gerado pela função de adição. De outro modo, pode-se dizer que quando uso '+' com o significado de adição, deve haver fatos a meu respeito que de alguma maneira singularizaram a função de adição para mim, e o fizeram de forma tal que me tornaram apto a constituir uma *intenção concernente a*

⁷² Kripke, (1982, pp. 7-8)

essa mesma função, isto é, a determinação de aplicações corretas dos meus usos do termo em questão. Nas palavras de Wilson:

(...) Portanto, a minha aceitação da regra semântica imbuída em minha intenção serve para 'justificar' minhas respostas a perguntas estruturadas segundo '+' (quando essas respostas estão corretas), no sentido de que me proporciona o padrão de correção que minhas atribuições de '+' devem seguir⁷³. (Wilson, 1998, p. 102).

Por fim, o cético estabelece que nessa concepção deve ser observada uma certa ordem conceitual e explanatória: ele sustenta que porque eu tenho uma intenção que eu uso '+' para significar adição, e não o contrário. Alternativamente, a existência da minha intenção conceitualmente prioritária explica constitutivamente como a significação de '+' surge para mim, e determina qual será o significado do termo.

De acordo com Wilson, é precisamente a partir desse ponto que o cético interpõe o seu desafio cético. O autor busca esclarecer, inicialmente, que, em sua opinião, o cético não duvida em momento algum que sua concepção do que constituiria significar adição por '+' estaria certa. O que seria sim objeto de dúvida para ele é se essa concepção esquemática pode coerentemente ser preenchida por uma descrição de como o falante alcança o estabelecimento do requerido padrão de correção. Em outras palavras, o que o cético quer saber é se a adoção de tal padrão de correção existe concretamente, e no que consistiria.

Mais especificamente, quais são os fatos sobre o falante que garantem ser a *adição* o padrão de correção para os usos prospectivos de '+', e não outra operação aritmética distinta? Ou ainda: quais fatos sobre mim fazem com que eu utilize 'plus', ao invés de 'quus', como meu padrão? O argumento cético objetiva demonstrar que não há respostas satisfatórias para quaisquer dessas perguntas. Como Kripke enfatizou ao longo de seu trabalho, o problema cético geral diz respeito à significação no uso de qualquer termo por qualquer falante.

Para melhor compreensão do problema cético, Wilson propõe uma visualização mais ampla do tema. Suponha-se um termo 'T' a ser utilizado como termo geral ou predicado por um sujeito falante 'S'. 'T' será empregado necessariamente, segundo pretende 'S', correta ou incorretamente, conforme o caso, junto aos membros de um domínio aberto de objetos D.

De acordo com a concepção utilizada pelo cético, previamente desenvolvida, pode-se presumir que 'T' é um termo descritivo de 'S', isto é, um termo que é aplicado correta ou incorretamente, em determinada instância, a depender dos fatos específicos sobre o item determinado. O cético insiste que a utilização significacional do termo 'T' por 'S' ocorre somente porque tal falante havia previamente provido a si mesmo com um padrão de correção para o possível uso. No entanto, de onde deriva tal padrão de correção nesses casos?

⁷³ "(...) Hence, my acceptance of the semantical rule embodied in my intention serves to 'justify' my answers to queries framed with '+' (when those answers are correct) in the sense that it supplies me with the standard of correctness that my ascriptions of '+' are supposed to track".

Nesse sentido, segundo Wilson:

...vamos desconsiderar (ao menos nesse estágio da argumentação) que cada membro de D, examinado em um tempo no qual o item pertinente existe, exemplifica um grupo de determinadas propriedades, e não um grupo de outras. Podemos presumir que o fato de que um D-membro tenha uma certa propriedade ou o fato de que ele não tenha subsiste independentemente de nossas crenças sobre a questão e independentemente de quaisquer formas de uso de linguagem que tenhamos colocado em prática⁷⁴. (Wilson, 1998, p. 104).

Considerando-se, então, que os membros de um domínio compartilham determinadas propriedades e que tais propriedades existem independentemente de crenças particulares ou de formas de uso de linguagem postas em prática, conclui-se que o padrão de correção para predicados descritivos deve apropriadamente ser constituído em termos dessas propriedades mesmas.

Nessa esteira, o cético afirma que o que 'S' deve fazer se quer significar algo por meio de 'T' é compreender ou ter singularizado para si certas propriedades, P_1 - P_n , bem como adotar a regra semântica de que 'T' deve ser aplicado a um D-item apenas no caso de o item ter precisamente essas propriedades. Em outras palavras, 'S' deve ter a intenção constitutiva do significado, concernente a P_1 - P_n , de que 'T' seja aplicado ao item pertinente, se o item preencher tais condições.

Deve-se notar aqui que 'S' significar algo por 'T', assim concebido, assegura que o significado de 'T' para 'S' desfruta certa carga intuitiva de normatividade. Para um sem número de objetos em D, a intenção semântica de 'S' em relação a 'T' determina, quando fatos relevantes sobre D-itens foram fixados, se ou não, no uso presente por 'S', é correto aplicar 'T' para os objetos em questão. A formulação sugere, na verdade, que a determinação de correção possui dois estágios.

Ao adotar sua regra semântica, 'S' acaba por determinar o que tem de ser o caso se 'T' deve ser aplicado, na medida da significação de 'T'. Ficam determinadas, assim, quais propriedades uma T-atribuição deve ter. Entretanto, se 'T' efetivamente é aplicável a um objeto o, depende, igualmente, dos fatos sobre as particularidades do objeto referente no tempo determinado. Mais especificamente, depende se tais particularidades do objeto concordam com as propriedades discriminadas P_1 - P_n presentes em um domínio D. Diante disso tudo, na concepção presente, a significação determina a correção e, desse modo, ocorre uma relação de normatividade para com as práticas futuras do falante.

Não obstante, para o cético, toda essa concepção não passa de pura ilusão, de sorte a que o argumento cético foi construído justamente para demonstrar que é impossível estabelecer qualquer conjunto de propriedades como padrão de correção para qualquer uso de qualquer termo por qualquer falante. A estratégia do cético pode ser dividida em duas partes.

⁷⁴ "...let us take for granted (at least at this stage of the argument) that each member of D, considered at a time when the pertinent item exists, exemplifies a range of determinate properties and does not exemplify a host of others. We can presume the fact that a D-member has a certain property or the fact that it does not obtains independently of our beliefs about the matter and independently of whatever forms of language uses we may have put in place".

Primeiramente, supondo-se que 'T' é um termo *não-primitivo* para 'S', isto é, uma situação em que S supõe que estabeleceu um padrão de correção para 'T' porque formou e aderiu a uma intenção para aceitar uma formulação linguística F de uma regra que pretende definir 'T' explicitamente em termos mais básicos. Partindo dessa suposição, o cético argumenta que a regra expressa por F será defeituosa para esses propósitos se padrões de correção não tiverem sido previamente estabelecidos para os termos no *definiens*. Se tais termos por si próprios não tiverem estabelecido padrões de correção, então a intenção para aceitar F falhará em estabelecer um padrão de correção para 'T'.

Em segundo lugar, o cético chama a atenção para os termos que são *primitivos* para 'S' e argumenta que nenhum fato sobre o falante pode estabelecer padrões de correção para essas expressões primitivas. Mais especificamente, se 'T' é primitivo para 'S', então as propriedades $P_1 - P_n$ devem ser singularizadas não-linguisticamente para S, como sujeito de suas intenções constitutivas de significação. A partir disso, o cético conclui que nenhum termo geral serve como guia de aplicação ou padrão de correção e que, correlativamente, nenhum termo geral possui qualquer significado. Assim, o cético seria o que Kripke denomina "realista clássico" acerca da significação.

Na caracterização de Kripke, o "realismo clássico" tem por foco a ideia de que o significado de uma frase advém de sua suposta correlação conceitualmente prévia com condições de verdade 'realistas', isto é, com um possível fato descrito pela frase, cuja realização ou não determinará a verdade ou falsidade da frase. O realista clássico, portanto, trabalha com frases descritivas, e sustenta que uma frase significa o que significa em virtude de sua representação de um possível fato.

Desse modo, o possível fato é o *padrão de verdade* para os usos da frase, ou seja, a frase será verdadeira se o possível fato nela representado efetivamente ocorrer na realidade. Assim, o possível fato constitui-se como o padrão de verdade para a frase pelo sistema de intenções conceitualmente prévias de falantes relevantes que supostamente já tinham estabelecido padrões de correta referência e aplicação para os diversos termos presentes na frase.

Essa seria a caracterização de Kripke para o realismo clássico, com foco nas condições de verdade e na representação pela frase de possíveis fatos. O realismo clássico de Wilson, no entanto, desvia o seu foco para *termos gerais* e para a ideia de que sua significação depende do prévio estabelecimento pelo falante de certas propriedades ou condições objetivas e exemplificáveis no mundo, como padrões de correção, no sentido de guiar seu uso do termo pretendido.

Para o cético, entretanto, não importa o foco tomado, ele mantém-se como realista clássico em relação à significação. Nesse sentido, pode-se descrever resumidamente a estrutura do argumento cético em termos clássico realistas nos seguintes termos: "Se S usa o termo 'T' com significado, então existe uma série de propriedades, $P_1 - P_n$, que foram estabelecidas por S como padrões de correção significativo-constitutivas para sua aplicação de 'T'"⁷⁵. (Wilson, 1998, p. 106).

Não se pode olvidar, todavia, que o cético, consoante precisado anteriormente, posiciona-se no sentido de que se certas propriedades devem funcionar como *condições* para correta aplicação de

⁷⁵ "If S means something by a term 'T', then there is a set of properties, P_1-P_n , that have been established by S as the meaning-constituting standard of correctness for her application of 'T'".

'T', em seus diversos usos por 'S', então deve haver algum conjunto de fatos concretos sobre S que garantam que essas propriedades tenham sido devidamente singularizadas para ele, de modo a que possa ter formado um adequado compromisso semântico. Em outras palavras, para o cético a existência de condições de aplicabilidade para um termo deve estar inteligivelmente fundada em fatos a respeito da história emocional, social e psicológica do falante. Com isso, o cético impõe uma restrição fundacional, qual seja:

Se existe uma série de propriedades, $P_1 - P_n$, que foram estabelecidas por S como padrões de correção significativo-constitutivas para suas aplicações de 'T', então deve haver fatos sobre S que fixam $P_1 - P_n$ como o padrão que S adotou previamente⁷⁶. (Wilson, 1998, p. 107).

Diante da adoção da restrição fundacional, o cético passa a desenvolver de forma mais veemente o seu argumento cético. A partir disso, pode-se desde já elaborar o que seria denominada *conclusão cética básica*, a saber: "Não há fatos sobre S que sejam aptos a fixar qualquer série de propriedades como padrão de correção para os usos de 'T' por S"⁷⁷. (Wilson, 1998, p. 107).

Indo mais além e tomando-se o argumento cético em termos clássico realistas, juntamente com a restrição fundacional e mais a conclusão cética básica como premissas, obtém-se como resultado o que se pode chamar de *conclusão cética radical*, que seria: "Ninguém nunca consegue significar nada por nenhum termo"⁷⁸. (Wilson, 1998, p. 108).

Ao longo do trabalho de Kripke, fala-se apenas em "conclusão cética", sem qualquer especificação. Para Wilson, todavia, a diferenciação entre a conclusão cética básica e a conclusão cética radical é de fundamental importância para a diferenciação entre o que seriam o cético de Kripke e o Wittgenstein de Kripke.

Em verdade, o paradoxo cético faria referência à conclusão cética radical, de sorte a que o cético de Kripke está claramente de acordo com ela. Entretanto, é de suma importância ressaltar que o Wittgenstein de Kripke, a seu turno, não adere a essa conclusão, endossando apenas a conclusão cética básica. Nesse sentido, vale citar uma passagem do trabalho do próprio Kripke:

...ouso afirmar que: Wittgenstein sustenta, juntamente com o cético, que não há fatos que garantam se faço uso do significado de plus ou de quus. Mas, uma vez feita essa concessão ao cético, não seria o fim da questão? O que *pode* ser dito em defesa de nossas atribuições comuns de linguagem, que fazem sentido para nós e para os outros? Já não está delineada a incrível e autodestrutiva conclusão de que nenhuma linguagem tem significado⁷⁹? (Kripke, 1982, pp. 70-71).

⁷⁶ "If there is a set of properties, $P_1 - P_n$, that have been established by S as the meaning-constituting standard of correctness for her application of 'T', then there must be facts about S that fix $P_1 - P_n$ as the standard S has adopted".

⁷⁷ "There are no facts about S that fix any set of properties as the standard of correctness for S's use of 'T'".

⁷⁸ "No one ever means anything by any term".

⁷⁹ "...I choose to be so bold as to say: Wittgenstein holds, with the sceptic, that there is no fact as to whether I mean plus or quus. But if this is to be conceded to the skeptic, is this not the end of the matter? What can be said on behalf of our ordinary attributions of meaningful language to ourselves and to others? Has not the incredible and self-defeating conclusion, that all language is meaningless, already been drawn?"

Dessa passagem, extrai-se claramente que o Wittgenstein exposto por Kripke concorda com o cético no que tange à questão de que não há fatos relativos ao falante que garantam o uso adequado de um termo por ele em determinada situação. Paralelamente, fica igualmente claro que a conclusão que nenhuma linguagem tem significado, que seria a conclusão cética radical, não é adotada pelo Wittgenstein de Kripke, vez que esse sai em defesa das atribuições comuns de linguagem, com o escopo de não pôr fim à discussão levantada pelo cético.

Na verdade, para o Wittgenstein de Kripke, conforme largamente exposto no primeiro capítulo deste trabalho, o fato de as atribuições comuns de linguagem fazerem sentido para nós e para os outros dentro de um domínio, ou, como Wittgenstein denominaria, jogo de linguagem, garante o sucesso da significação, e, por conseguinte, da comunicação. Essa seria a solução cética para o paradoxo cético, que seria suficiente para garantir que não se chegue à incrível e autodestrutiva conclusão de que nenhuma linguagem tem significado, repudiando-se, assim, a conclusão cética radical.

Na solução ao paradoxo cético, portanto, o Wittgenstein de Kripke adota somente a conclusão cética básica. A explicação para a rejeição da conclusão cética radical decorreria, segundo Wilson, do fato de que o Wittgenstein de Kripke rejeita o próprio realismo clássico como concepção do significado, que seria premissa para a conclusão cética radical.

Tal rejeição ao realismo clássico pode ser resgatada na própria diferenciação entre o Wittgenstein do *Tractatus*, que dava predominância ao papel descritivo da linguagem, no qual o significado de frases declarativas advém da correspondência direta ou isomórfica com os fatos do mundo, e o Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*, que pretere a visão realista de que a significação é consequência das condições de verdade de uma frase, substituindo-a por uma visão que centraliza o papel normativo da linguagem, e as condições de verdade por condições de justificação.

Assim, será papel da solução cética explicar como é possível manter-se a significação de frases, uma vez quebrada a relação entre significado e condições de verdade, típica do realismo clássico. Com isso, será possível responder às preocupações de McDowell, sobretudo a de que com o rompimento do realismo clássico, não mais se poderia garantir o entendimento de qualquer frase, gerando, por conseguinte, a conclusão fatídica de que nenhuma linguagem significa nada, sem qualquer esperança de retorno a um ponto ótimo de significação e entendimento da linguagem.

2.3.2 A Primeira Objeção de McDowell

Recapitulando-se a primeira objeção de McDowell ao trabalho de Kripke, essa afirma que Kripke somente mantém o paradoxo cético mencionado no começo do §201 porque não faz nada quanto ao entendimento errôneo contido ao final do mesmo parágrafo, em relação ao papel da “interpretação” na obediência a regras. Segundo McDowell, para Wittgenstein o paradoxo restaria solucionado se analisado o §201 como um todo, uma vez dissolvido o entendimento errôneo contido ao final dele, que daria base a tal paradoxo. Nesse sentido:

...a questão de Wittgenstein é que esse dilema (paradoxo) parece compulsório apenas sob a suposição de que entendimento é sempre interpretação; seu objetivo é...persuadir-nos a rejeitar esse dilema, descartando a suposição sob a qual está fundado⁸⁰. (McDowell, 1998, p. 236)

Para Wilson, no entanto, a tese de Kripke, consoante sua exegese previamente delineada, estaria de acordo com o que propõe McDowell, e não em oposição. O cético de Kripke, embora um realista clássico, não concorda com esses ao afirmar que se um falante usa um termo para significar alguma coisa, então tal significado advém da posse de um tipo de intenção com respeito ao padrão de correção que deve governar suas aplicações do termo. O conteúdo dessa intenção é uma regra semântica para o uso do termo. Os conjuntos de propriedades presentes em cada domínio de membros, que orientariam o padrão de correção pretendido, representariam possíveis “interpretações” para a regra que está sendo seguida.

Essa noção de interpretação, que é sustentada pelo realista clássico, e rejeitada pelo cético de Kripke, é igualmente preterida pelo Wittgenstein de Kripke, que se posiciona no sentido de que é incoerente a concepção realista de que significar algo por um termo requer “interpretações” constitutivas padrões. Em assim sendo, o Wittgenstein de Kripke estaria de acordo com a interpretação que McDowell dá a Wittgenstein, na qual há destaque para a questão de que nem todo entendimento é interpretação.

Diante disso, Wilson parte para a apresentação da leitura de Kripke do §201, ressaltando que a partir daqui passará a trabalhar com a ideia, aparentemente harmônica com o pensamento de Wittgenstein, de que significar alguma coisa por meio de um termo pode ser adequadamente descrito como uma instância de “seguir uma regra”. Levando-se em consideração essa perspectiva, os problemas se iniciam quando se adiciona a ela a suposição de que a regra em questão deve ser construída sob as linhas do realismo clássico.

Como bem explicado no primeiro parágrafo do §201, tal suposição acabou por ser levada a cabo, o que fez com que conclusões errôneas fossem alcançadas, a saber:

(...) Ainda que todos os fatos sobre um falante sejam levados em consideração, é possível designar um número indefinido de ‘interpretações’ extensionalmente incompatíveis para a sua regra semântica ‘would-be’ (Isso é o que a conclusão cética básica afirma)⁸¹. (Wilson, 1998, p. 111)

Como nenhuma dentre esse número indefinido de “interpretações” é favorecida pela totalidade de fatos relevantes sobre o falante, aparentemente, nenhum curso de correta aplicação para o termo foi propriamente determinado. Em outras palavras, nenhum fato sobre o falante mostra-se suficiente para determinar a “interpretação” nos moldes clássico-realistas, por entre um número indeterminado de alternativas possíveis, como aquela para a qual a intenção do falante está dirigida.

⁸⁰ “...Wittgenstein’s point is that this dilemma seems compulsory only on the assumption that understanding is always interpretation; his aim is...to persuade us to reject the dilemma by discarding the assumption on which it depends”.

⁸¹ “(...) Even if all of the facts about a speaker are taken into account, it is possible to assign an indefinite number of extensionally incompatible ‘interpretations’ to her would-be semantic rule. (This is what BSC affirms”.

Na verdade, quando qualquer item é tomado como possível sujeito de uma atribuição de um termo, haverá “interpretações” da sua regra em virtude das quais o item estará de acordo com o seu padrão, e haverá “interpretações” alternativas, igualmente factíveis, com as quais o item estará em conflito. Destarte, como nenhum padrão acabou por ser estabelecido, não poderia haver nem acordo e nem conflito quanto às interpretações, e, por conseguinte, quanto às atribuições dos termos. Em não havendo a possibilidade nem de acordo e nem de conflito na interpretação de qualquer item componente de qualquer atribuição de qualquer termo, não há que se falar em significação, em concordância com o enunciado na conclusão cética radical.

Já no segundo parágrafo do §201, Wittgenstein apresenta seu diagnóstico a respeito das confusões que subjazem essas conclusões. A impressão de que a correção ou incorreção das aplicações do termo do falante é completamente indeterminada é gerada por um entendimento errôneo crucial. Esse entendimento errôneo está imbuído em nossa aceitação da suposição de que a regra do falante é de tal caráter que demanda uma “interpretação” clássico-realista apropriada, a fim de assegurar a possibilidade de acordo e de conflito.

Nesse sentido, impende retificar a concepção da significação de alguma coisa por um termo, por meio do abandono da:

...noção sem futuro de que ‘captar uma regra (para um termo)’ envolve a designação de uma tal ‘interpretação’ extenso-determinante da regra em questão, e, correlativamente, devemos abandonar a ideia de que a regra que o falante segue é tal que tem a função de colocar o padrão de correção desse mesmo falante em ordem⁸². (Wilson, 1998, p. 112).

Após essa retificação, a significação deixa de ser uma questão de “interpretações” que constituem as condições clássico-realistas de satisfação para palavras e expressões. Nessa linha, deve-se restringir o termo “interpretação” apenas para casos nos quais há substituição de uma expressão presente em uma regra por outra expressão, isto é, para casos em que a regra que contém a expressão substituída seja uma paráfrase da anterior. “Interpretação”, com esse sentido, não estabelece ou cria a significação, apenas explica os significados, sendo compatível com o pensamento de Wittgenstein.

Nessa esteira, o realismo clássico vem a sofrer mais um duro golpe mediante o esboço do correto entendimento de que há um modo de compreensão de uma regra que é exibido no que chamamos de “obedecer a uma regra” e “ir de encontro a ela” em casos reais, que é a ideia central que a “solução cética” pretende desenvolver. Nas palavras de Wilson:

...o Wittgenstein de Kripke sustenta que nosso comportamento linguístico real *exibe* nossa ‘compreensão de uma regra’ nesse sentido: nossos usos de um termo, e as circunstâncias nas quais esses usos ocorrem, são empregados por nós para servir como os *critérios* que garantem (ou falham

⁸² “...the hopeless notion that ‘grasping a rule (for a term)’ involves the assignment of such an extension-determining ‘interpretation’ of the rule in question, and, correlatively, we should drop the idea that the rule she follows is one that has the function of setting her standard of correctness into place”.

como garantia) nossas atribuições diárias na obediência a regras para um termo, isto é, na significação disso e disso por isso⁸³. (Wilson, 1998, p. 112).

Por fim, o realismo clássico restará de todo rejeitado diante da manutenção da firme distinção entre a conclusão cética básica e a conclusão cética radical, bem como da precisão dos lugares que cada uma dessas conclusões ocupa no argumento desenvolvido por Kripke em seu trabalho. A primeira crítica de McDowell estaria fundada justamente numa confusão quanto a esses lugares, vez que ele se posiciona no sentido de que tanto o cético quanto o Wittgenstein de Kripke aceitam ambas as conclusões céticas - básica e radical - sob a denominação “conclusão cética”.

Ora, em sendo o Wittgenstein de Kripke um cético radical, consoante entende McDowell, Kripke não teria por que explicar-se acerca do entendimento errôneo do fim do §201, isto é, de que todo entendimento é interpretação, haja vista que cairia inevitavelmente na conclusão de que nenhuma linguagem significa nada. No entanto, conforme tratado acima, apenas o cético de Kripke, um realista clássico, adota ambas as conclusões. O Wittgenstein de Kripke, a seu turno, endossa somente a conclusão cética básica, rejeitando, paralelamente, o realismo clássico e todos os entendimentos errôneos nos quais ele está baseado, sobretudo quanto à noção ampla de interpretação como constitutiva da significação.

2.3.3 A Segunda objeção de McDowell

A segunda objeção de McDowell afirma que não há no pensamento de Wittgenstein, no §201 ou em qualquer outra parte relacionada, qualquer indício de que, para solucionar o paradoxo do cético, devemos nos desfazer da ideia de que a compreensão de uma regra ou a significação estejam associadas a fatos sobre a pessoa que compreende ou que apreende o significado. Não obstante, o Wittgenstein de Kripke sustentaria que não há fatos próprios a um falante que constituam a sua compreensão de uma regra, o que demonstraria que Kripke não teria sido muito rigoroso em sua análise do pensamento de Wittgenstein.

Entretanto, o esboço das linhas gerais do trabalho de Kripke, delineado por Wilson, não retrata Wittgenstein como negando que significar alguma coisa é um fato sobre o usuário do termo, como resposta ao paradoxo do cético. Em outras palavras, não existe nada na descrição de Kripke realizada por Wilson que implique o “não factualismo sobre atribuições de significado”, isto é, que: “Não há fatos sobre um falante em virtude dos quais atribuições de significado – mesmo aquelas que já estão totalmente garantidas por todos os nossos critérios usuais – são corretas⁸⁴”. (Wilson, 1998, p. 114).

Na verdade, o Wittgenstein de Kripke, ao rejeitar o realismo clássico, afirma que frases não são regidas por condições de verdade clássico-realistas. Isso quer dizer que ele nega, para qualquer frase, que exista um possível fato ou conjunto de possíveis fatos associados à frase em virtude dos

⁸³ “...Kripke’s Wittgenstein contends that our actual linguistic behavior exhibits our ‘grasp of a rule’ in this sense: our uses of term, and the circumstances in which these uses occur, are employed by us to serve as the criteria that warrant (or fail to warrant) our everyday ascriptions of following a rule for a term, i. e., of meaning such-and-such by it”.

⁸⁴ “There are no facts about a speaker in virtue of which ascriptions of meaning – even among those that are fully warranted by all our usual criteria – are correct”.

padrões de correção estabelecidos para seus termos componentes, e cuja realização é assim requerida no caso de a frase ser verdadeira. Isso leva à conclusão que o Wittgenstein de Kripke sustenta que para *atribuições de significado* não há que se falar em condições de verdade clássico-realistas.

Ainda, para o realismo clássico, as condições de verdade que frases têm são apenas possíveis fatos que essas frases “representam”. Nesse sentido, uma frase descrever fatos e possuir condições de verdade seriam a mesma coisa para o realismo clássico, vez que uma frase será verdadeira, segundo tais condições, caso o fato que ela descreva encontre reflexo na realidade.

Caso o Wittgenstein de Kripke concordasse com o realista clássico nesse ponto, a consequência seria que nenhuma frase poderia ser usada para descrever fatos, na medida em que aquele se mostra comprometido com a rejeição praticamente universal das condições de verdade clássico-realistas. Diante disso, pode-se presumir que o Wittgenstein de Kripke procurará oferecer, mediante o uso de recursos da “solução cética”, sua própria explicação para quais usos da linguagem poderão ser considerados “descrição de fatos”.

Na verdade, observa-se aqui uma preocupação de manter as questões do realismo clássico distintas das questões sobre se frases de uma dada classe são ou não “não-factuais”. Assim, o fato de o Wittgenstein de Kripke afirmar que atribuições de significado não possuem condições de verdade clássico-realistas não leva à crença de que ele está aderindo a um não-factualismo em relação à significação.

O *cético* de Kripke, por outro lado, adota um certo tipo de não-factualismo sobre atribuições de significação, na medida em que sustenta que mesmo atribuições de significado totalmente garantidas não descrevem e não podem descrever fatos. O cético chega a esse resultado por meio de seu argumento cético, porque ele tem uma visão de pano de fundo de um *tipo de fato* que deveria ser efetivado na prática para que atribuições de significado sejam verdadeiras.

Por meio dessa concepção, o cético obtempera que, de acordo com os conteúdos de afirmações do tipo “S usa ‘T’ para significar ‘tal e tal’”, pode-se afirmar que: “O uso de ‘T’ por S ocupa lugar na relação significacional para com as propriedades indicadas por ‘tal e tal’⁸⁵”. (Wilson, 1998, p. 114). Assim, fica pressuposto que essa relação significacional incorpora a condição que as propriedades indicadas constituem o padrão de correção para os usos de ‘T’ por S. Nesse sentido, o cético acaba por reescrever sua conclusão cética básica, em termos não factualistas, do seguinte modo: “Não há fatos sobre S que estabeleçam (constitutivamente) o que S significa quando usa ‘T’⁸⁶”. (Wilson, 1998, p. 114).

Entretanto, se o Wittgenstein de Kripke rejeita por completo o realismo clássico, mas admite que as atribuições de significado existem e funcionam na prática, então ele igualmente rejeita a suposição de que conteúdos decorrentes de propriedades determinadas são conceitualmente necessários para a verdade das atribuições de significado. Em outras palavras, o que o Wittgenstein

⁸⁵ “S’s use of ‘T’ stands in the meaning-relation to the properties indicated by ‘such-and-such’”.

⁸⁶ “There are no facts about S that (constitutively) establish what S means by ‘T’”.

de Kripke sustenta é que se a significação de um termo ‘T’ utilizado por S dependesse que o uso de ‘T’ por S ocupasse lugar na relação significacional para com um conjunto particular de propriedades, então não poderia haver quaisquer fatos que estabelecessem quais propriedades satisfazem tal exigência.

Ante o acima exposto, fica claro que o Wittgenstein de Kripke não adere a uma concepção não-factualista da significação, pois, do contrário sequer admitiria a existência e funcionamento das atribuições de significado. O que ele não concorda é que a veracidade das atribuições deva estar atrelada a conteúdos pertinentes a um conjunto particular abstrato de propriedades, como padrão de correção de uso.

Tomando-se essa perspectiva, pode-se retornar especificamente à segunda objeção que McDowell após ao trabalho de Kripke. McDowell interpreta Kripke como se esse defendesse que Wittgenstein aceita alguns argumentos cuja conclusão sobre atribuições de significado é não-factual. Nessa esteira, McDowell afirma que Kripke:

...conclui, em nome de Wittgenstein, que uma pessoa entender (significar) alguma coisa não pode ser um fato sobre ela. De acordo com o Wittgenstein de Kripke, devemos parar de conceber atribuições de entendimento (significado) como candidatas à verdade, no sentido de que trazem à tona fatos ou estados de coisas nos quais sua verdade consistiria⁸⁷. (McDowell, 1992, p. 44)

Esmiuçando-se o argumento de McDowell, a seguinte estrutura pode ser delineada: se nos perguntarmos o que seria o caso de o uso de uma expressão ter conteúdo, a resposta mais imediata seria que a expressão foi “interpretada”, de modo a adquirir o conteúdo em questão. Sons e inscrições tipológicas não possuem conteúdos intrinsecamente, adquirindo-os somente quando falantes designam a eles uma interpretação.

Mas o que seria interpretar uma expressão de modo a que ela adquira conteúdo? Seria condição necessária para tal interpretação que o falante em questão tivesse *em mente* o conteúdo a ser atribuído à expressão. No entanto, consoante McDowell, o Wittgenstein de Kripke pressupõe que qualquer conteúdo compreendido pela mente é como o conteúdo de uma expressão, ou seja, deve haver um veículo para expressá-lo. Nas palavras do próprio McDowell, citado por Wilson:

(...) Mais especificamente, se deve haver um fato sobre mim que diga respeito a algum conteúdo que eu tenha ‘em mente’, então esse fato deve consistir na minha mente conter ou possuir anteriormente algum item que expresse esse conteúdo, um item, ..., que não veicule *intrinsecamente* e de forma alguma qualquer conteúdo⁸⁸. (Wilson, 1998, p. 120).

⁸⁷ “...he concludes in Wittgenstein’s behalf that a person’s understanding (meaning) something cannot be a fact about her. According to Kripke’s Wittgenstein, we must stop conceiving attributions of understanding (meaning) as candidates for truth in a sense that brings into play facts or states of affairs in which their truth would consist”.

⁸⁸ “(...) More fully, if there is to be a fact about me that I have some content ‘in mind’, then this fact must consist in my mind’s containing or having before it some item that expresses that content, an item, ..., that does not intrinsically bear any content at all”.

A partir daí, como explica McDowell, iniciam-se os problemas, com o que ele chama de “regresso de interpretações”. Se o item veículo de conteúdo constante em minha mente, caso “considerado em si mesmo”, acabe por não possuir conteúdo, então quer dizer que seu conteúdo também deve ter advindo de uma interpretação dada a ele por mim. Assim, a questão se desloca para no que consistiria a interpretação desse item “mental”, que, novamente, necessitará de nova interpretação por mim.

Com isso, inicia-se uma cadeia de interpretações necessárias que não terá fim, o denominado “regresso de interpretações”. Destarte, McDowell finaliza seu argumento afirmando que o Wittgenstein de Kripke conclui que não pode haver fatos sobre qualquer pessoa nos quais ela interprete expressões e, por conseguinte, dê a elas conteúdo, de sorte a que não pode haver fatos sobre essa mesma pessoa nos quais ela signifique alguma coisa por meio de um termo.

Apesar de McDowell estar certo em achar tal argumento desarrazoado e obter que Wittgenstein não trata dele nas *Investigações Filosóficas*, novamente, trata-se de uma confusão em relação ao que é sustentado pelo cético de Kripke e pelo Wittgenstein de Kripke. Na opinião de Wilson, McDowell teria compreendido erroneamente tanto a estrutura do argumento cético quanto o conteúdo da conclusão cética a que ele chega, de vez que o não-factualismo não é, definitivamente, consoante todo o exposto acima, adotado pelo Wittgenstein de Kripke, mas somente pelo cético de Kripke.

2.4 Kusch: do Determinismo de Significado ao Ceticismo de Significado

Martin Kusch da início a seu livro *Sceptical Guide to Meaning and Rules: Defending Kripke's Wittgenstein* afirmando que seu estudo constitui-se, como o título do livro assevera, em uma defesa do trabalho de Kripke *Wittgenstein on Rules and Private Language* (WRPL)⁸⁹, bem como em uma interpretação desse rico trabalho, e, sobretudo em uma tentativa de demonstrar que a posição que Kripke atribui a Wittgenstein é a posição correta acerca do pensamento desse autor.

Principiando sua análise nesse sentido, o trabalho de Kripke, na visão de Kusch, é um estudo crítico de diversas análises filosóficas em relação a frases de significado. As análises consideradas seriam de diversos tipos, não havendo acordo geral entre elas, podendo-se falar apenas em um ponto de semelhança: quase todas, com exceção de uma, das análises filosóficas que foram examinadas por Kripke em WRPL concordam com a visão de que uma análise filosófica de discurso de significado deve identificar as condições de verdade de frases de significado, isto é, identificar as proposições que tais frases expressam.

Trata-se de um entendimento bastante razoável acerca das análises filosóficas de discurso de significado, vez que determinar as condições de verdade de diferentes tipos de frases ou proposições é um reconhecido método para a elucidação do próprio conteúdo dessas frases, na

⁸⁹ Kusch utiliza-se da sigla “WRPL” para mencionar o livro de Kripke “Wittgenstein on Rules and Private Language”, sigla essa que será igualmente adotada nesse trabalho para facilitação referencial.

medida em que sustentado pela ideia de que frases declarativas de significado devem corresponder a fatos.

Esse tipo de análise, ainda, tem um papel de justificação, enquanto importante para separar o que são efetivamente afirmações de significado do que é meramente falatório. E no que tange às frases de significado, somos autorizados a utilizá-las se, e somente se, podemos demonstrar que elas possuem o significado que estamos dando a elas em determinada circunstância, o que só podemos fazer caso identifiquemos as proposições que elas expressam.

Diante de tal cenário de regularidade nas análises filosóficas, Kusch questiona-se do que cuidaria a análise que não possui essas características, a exceção à regra. E prontamente responde: ela afirma que o que da significado às frases de significado não são suas condições de verdade, e sim as condições que dizem respeito a seu uso correto.

Assim, para separar essas análises filosóficas que afirmam que a significação das frases de significado advém de suas condições de verdade, da análise excepcional, Kusch reuniu-as e propôs a elas um quadro com o nome “determinismo de significado”. Segundo o autor:

(...) ‘Quadro’ aqui contrasta com ‘teoria’. Um quadro de um fenômeno é irregular, vago, apenas em parte formulado explicitamente, metafórico e suscetível a diferentes modos de desenvolvimento e precisão. Em um e no mesmo quadro podem, portanto, ser sustentadas, até mesmo, teorias incompatíveis. No presente contexto, a afirmação é que o bom senso filosófico irá naturalmente endossar um e confiar em um quadro irregular dos tipos de fatos que tornam as frases de significado verdadeiras⁹⁰. (Kusch, 2006, p. 4)

Impende ressaltar que o nome “determinismo de significado” não consta em Kripke, tratando-se de uma denominação proposta por Kusch com o escopo de facilitar a organização do quadro de análises filosóficas a ser delineado. Na verdade, a expressão foi escolhida para dar nome ao quadro, pois discrimina um de seus elementos mais centrais: a ideia de que o uso de um signo com certo significado por alguém *determina* tanto como essa pessoa *irá* usá-lo (se deseja manter tal significado), quanto como *deverá* usá-lo (se deseja falar corretamente). Em suma, nas palavras do autor:

O determinismo de significado (...) sustenta que frases que tenham a forma ‘uma pessoa x usa o signo ‘z’ para significar Y’ (por exemplo, Jones usa “+” para significar adição) são verdadeiras se, e somente se, x possua um certo estado mental. Este estado mental *constitui* x significar Y por z, ou, de outro modo, tal estado mental é a condição necessária e suficiente para que x use o signo ‘z’ para significar Y. O determinismo de significado faz diversas suposições acerca deste estado mental⁹¹. (Kusch, 2006, p. 4)

⁹⁰ “(...) ‘Picture’ here contrasts with ‘theory’. A picture of a phenomenon is rough, vague, only in part explicitly formulated, metaphorical and amenable to different ways of developing it and making it more precise. One and the same picture can therefore underlie different, indeed incompatible, theories. In the present context, the claim is that philosophical common sense will naturally endorse and rely on a rough picture of the kinds of facts that make meaning sentences true”.

⁹¹ “Meaning determinism (...) holds that sentences of the form ‘person x means Y by the sign ‘z’ (e.g. Jones means addition by ‘+’) are true if, and only if, x has a certain mental state. This mental state *constitutes* x’s meaning Y by ‘z’, or put differently, this

Após a apresentação clara do que seria o quadro do determinismo de significado, Kusch passa a delinear suas diferentes características, sempre usando como referencial e embasamento o próprio trabalho de Kripke.

2.4.1 As Características do Determinismo de Significado

A primeira característica elencada por Kusch para o determinismo de significado é o que denominou “Conhecimento Imediato”. Essa característica advém da suposição de que para o determinismo de significado x tem conhecimento do estado mental que condiciona a sua correta significação de forma imediata e com razoável grau de certeza. O conhecimento em questão seria um conhecimento introspectivo, tal como o estado mental que é lhe é objeto de saber.

A segunda característica é “Privacidade”. Trata-se da ideia de que o estado mental constitutivo da significação é um estado intrínseco a x , no sentido de que x poderia encontrar-se neste estado ainda que nunca tivesse tido contato com nenhum outro ser humano. Em outras palavras, a significação e o fato de obedecer a regras podem ser analisados e entendidos tendo o indivíduo como referencial. Nesse sentido, Kusch cita a seguinte passagem de WRPL:

...uma pessoa que obedece a uma certa regra deve ser analisada simplesmente em termos dos fatos acerca daquele que obedece à regra e assim tão-somente, sem qualquer referência ao seu pertencimento a uma comunidade mais ampla⁹². (Kripke, 1982, p. 109)

A terceira característica do determinismo de significado, a seu turno, é a “Captação”, que introduz os elementos tempo e aprendizado ao quadro. Os significados das palavras são aprendidos em um tempo, porém são aplicados em um tempo posterior. A “captação” afirma, destarte, como pensar acerca do aprendizado de significados e regras, levando-se em consideração essa peculiaridade temporal. Mais especificamente, a “captação” estabelece que aprender o significado de uma palavra nada mais é do que captar o seu significado.

Assim, tais atos de captação podem ser entendidos como eventos que são causas potenciais de outros eventos. Nessa linha, vale citar Kusch:

(...) Se x captou o conceito de adição, então – a menos que ele decida ir contra o que captou, e a menos que outra causa interfira – sua resposta subsequente para ‘ $68 + 57 = ?$ ’ será causalmente determinada a ser 125: (...). Denomina-se a isso ‘captação como causa’⁹³. (Kusch, 2006, p. 5)

mental state is the necessary and sufficient condition for x 's meaning Y by ‘ z ’. Meaning determinism makes several assumptions about this mental state”.

⁹² “...a person following a given rule is to be analysed simply in terms of facts about the rule follower and the rule follower alone, without reference to his membership in a wider community”.

⁹³ “(...) If x has grasped the concept of addition, then – unless he decides to deviate from what he has grasped, and unless some other causes interferes – his subsequent answer to ‘ $68 + 57 = ?$ ’ is causally determined to be 125: (...). Call this ‘grasping as cause’”.

De outro modo, o fato de x ter captado corretamente no passado o significado da função de adição vincula suas respostas futuras quando do uso do mesmo significado, caso queira manter-se fiel à sua captação.

Para além da “captação como causa”, existem outros aspectos da “captação” que o determinismo de significado analisa. Levando-se em consideração a segunda característica, qual seja, “privacidade”, entende-se que a captação de um significado pode ser um ato solitário. Na verdade, o ato de captar consistiria meramente na formação de intenções por um indivíduo, que, assim, passar a dar a si mesmo instruções para o uso futuro de um signo com determinado significado. Trata-se aqui da “captação como intenção”.

Nessa esteira, o ato de captação de x do significado Y é equivalente a x formar intenções ou dar a si mesmo instruções quanto a um número possivelmente infinito de aplicações do signo “ z ” no futuro. Essas intenções e instruções de x são intenções que vão permitir que suas aplicações de “ z ” sejam governadas por Y como um padrão específico, como uma regra. Nas palavras de Kripke:

(...) Essa é a pedra de toque quanto à noção de que, ao aprender a somar, eu capto uma regra: minhas intenções passadas com respeito à adição determinam uma única resposta para um número indefinido de casos novos no futuro⁹⁴. (Kripke, 1982, pp. 7-8)

Assim, dizer que o ato de captar um significado consiste em formar intenções com respeito a usos futuros é, na verdade, destacar dois importantes elementos deste ato: o que está sendo captado (isto é, o significado) e no que o ato de captar resulta (a saber, em ter intenções com respeito a usos futuros). Consoante a análise de Kusch, o terceiro elemento da captação diz respeito à “base” mesma do ato, que, de acordo com o determinismo de significado, é inevitavelmente *finita*, na medida em que o conjunto de exemplos que são utilizados no ensino são sempre limitados em número, dadas as limitações dos profissionais de ensino e mesmo dos aprendizes.

Outrossim, como o conjunto de exemplos utilizado em um aprendizado é sempre e necessariamente finito, a captação de um significado ou conceito tem o caráter de *extrapolação*, que podem ou não ser corretas. Trata-se, nesse caso, da “captação como extrapolação”, a qual Kripke faz clara menção em passagens de WRPL, tais como a seguinte:

(...) Por meio das minhas representações externa simbólica e interna mental, eu ‘capto’ a regra de adição. Um ponto é crucial para a minha ‘captação’ dessa regra. Embora eu mesmo tenha calculado apenas um número finito de somas no passado, a regra determina minha resposta para um número indefinido de novas somas, que eu sequer havia considerado previamente⁹⁵. (Kripke, 1982, p. 7)

⁹⁴ “(...) This is the whole point of the notion that in learning to add I grasp a rule: my past intentions regarding addition determine a unique answer for indefinitely many new cases in the future”.

⁹⁵ “(...) By means of my external symbolic representation and my internal mental representation, I ‘grasp’ the rule for addition. One point is crucial to my ‘grasp’ of this rule. Although I myself have computed only finitely many sums in the past, the rule determines my answer for indefinitely many new sums that I have never previously considered”.

Intimamente relacionada à “captação como extrapolação” está a “captação como interpretação”, pelo menos na medida em que se considera que no ensino e no aprendizado está envolvida a ideia de interpretação do conjunto de exemplos utilizado. Entretanto, o determinismo de significado credita à ideia de interpretação um papel de tal relevância que a aplica não somente ao conjunto de exemplos do aprendizado, mas igualmente a todos os conteúdos da mente.

Para o determinismo de significado, captar um significado, isto é, captar a ideia de como alguém deve aplicar um signo em determinada situação, tem sempre base em uma interpretação, seja de um conjunto de exemplos utilizados em um ensino, seja de instruções, ou mesmo de intenções. Por fim, o determinismo de significado usa o ato de captar também para explicar por que diferentes falantes aplicam uma expressão de formas semelhantes ou mesmo idênticas, na denominada “captação como explicação”. Consoante Kusch:

(...) A razão pela qual duas pessoas x_1 e x_2 chamam o mesmo animal ‘gato’ é porque elas captaram o mesmo conceito ou significado de *gato* no passado: ‘captação como explicação’ – ‘todos nós respondemos como tal a ‘68 + 57’ porque todos nós captamos o conceito de adição do mesmo modo’ (WRPL: 97)⁹⁶. (Kusch, 2006, p. 8)

Encerrada a característica “captação” e suas diversas facetas, apresenta-se a quarta característica do determinismo de significado, que é a “Normatividade semântica”. Normatividade semântica pode ser melhor entendida como uma expressão resumo, que abrange cinco ideias mais específicas. A primeira dessas ideias é ‘não cegueira’, no sentido de que as respostas dadas de acordo com os significados compreendidos o são de forma orientada, e não cegamente. Nas palavras de Kusch:

(...) Suponha-se que x decidiu no passado que o signo ‘+’ significaria adição. Posteriormente, admita que x responde ‘125’ em resposta a ‘68 + 57 = ?’. Do modo como o determinista de significado vê, nessas circunstâncias as respostas de x não são algo que x profere ‘cegamente’⁹⁷. (Kusch, 2006, p. 8)

A segunda ideia que constitui a “normatividade semântica” é “orientação”, no sentido de que para x , o estado mental constitutivo do significado serve como guia e instrução sobre como aplicar o signo “z”. Em outras palavras, tal estado mental de x indica como ele *deve* aplicar “z”, se deseja usar o signo com o mesmo significado que usou em ocasião anterior. Assim, o estado mental constitutivo do significado contem, na verdade, um padrão de uso correto.

A próxima ideia é “justificação”, que constitui o outro lado da “orientação”. Na medida em que o estado mental constitutivo do significado guia e instrui x em seu uso de “z”, x pode fazer referência

⁹⁶ “(...) The reason why two persons x_1 and x_2 call the same animal ‘cat’ is that they have grasp the same concept or meaning cat in the past: ‘grasping as explanation’ – ‘we all respond as we do to ‘68 + 57’ because we all grasp the concept of addition in the same way’ (WRPL: 97)”.

⁹⁷ “(...) Suppose that x has decided in the past to mean addition by the sign ‘+’. Allow further that x gives the answer ‘125’ in answer to ‘68 + 57 =?’. As the meaning determinist sees it, in these circumstances x ’s response is not something x does ‘blindly’”.

a esse estado mental como forma de justificar seu uso de “z”. Mais especificamente, esse estado mental não somente justifica *certas* aplicações, mas também justifica o *modo* pelo qual uma resposta é normalmente produzida, já que quase sempre aplicamos nossas palavras na prática sem qualquer hesitação e de forma imediata, o que Kusch denominou “justificação de aplicação sem hesitação”.

Finalmente, a normatividade semântica em combinação com a “captação como causa” sugere uma interpretação “da esquerda para a direita” para condicionais de significado, tais como, nas próprias palavras de Kusch:

(...) ‘Se Jones usa ‘+’ para significar adição, então (a menos que ele seja impedido ou mude de ideia) ele deve (...) dar a resposta ‘125’ para ‘68 + 57 =?’’. De acordo com essa ‘interpretação da esquerda-para-a-direita de condicionais de significado’, o condicional de significado é verdadeiro se, e somente se, Jones possui o apropriado estado mental constitutivo do significado: afinal, tal estado garante (...) tanto que ele de fato afirme ‘125’, quanto que essa é a resposta correta⁹⁸. (Kusch, 2006, p. 9)

A quinta característica do determinismo de significado é “objetividade”, que já estaria implícita nas características previamente desenvolvidas, mas Kusch entende que seria importante explicitá-la. A ideia presente na “objetividade” diz respeito à questão de que o estado mental de *x* constitutivo do significado contém e é capaz de determinar todas as futuras, e potencialmente infinitas, aplicações de “z”.

Como tal estado mental em si mesmo é um objeto finito, porque originado em nossas mentes finitas, a determinação de todas as possíveis infinitas aplicações futuras não se da, obviamente, por meio da análise de cada uma dessas possibilidades separadamente na mente. No entanto, a determinação ainda assim ocorre porque cada ocorrência de “z” estaria de algum modo *estranho* objetivamente presente para *x*, de sorte a que ele pode acessá-la e utilizá-la na prática de forma correta e sem hesitação. Assim explica Kripke:

...um estado (de usar ‘plus’ para significar adição) teria de ser um objeto finito, contido em nossas mentes finitas. Não consiste em pensar explicitamente cada caso da tabela de adição, e nem mesmo decodificar cada caso em separado no cérebro: nos falta capacidade para tanto. Entretanto (Investigações Filosóficas: §195), ‘de um modo *estranho*’ cada caso já está ‘em algum sentido presente⁹⁹. (Kripke, 1982, p. 52)

Finda a quinta característica, impende mencionar a sexta característica do determinismo de significado, a saber, “realismo clássico”. O núcleo do “realismo clássico” reside na ideia de que as frases declarativas adquirem significado em virtude de suas condições de verdade, que, por sua vez,

⁹⁸ “(...) ‘If Jones means addition by ‘+’, then (unless he is impeded or changes his mind) he ought to (...) give the answer ‘125’ to ‘68 + 57 =?’’. According to this ‘left-to-right interpretation of meaning conditionals’, the meaning conditional is true if, and only if, Jones has the appropriate meaning-constitute mental state: after all, this guarantees (...) both that he will in fact say ‘125’ and that this is the correct answer”.

⁹⁹ “...a state of (meaning addition by ‘plus’) would have to be a finite object, contained in our finite minds. It does not consist in my explicit thinking of each case of the addition table, nor even of my encoding each separate case in the brain: we lack capacity for that. Yet (§195) “in a *queer* way’ each such case already is ‘in some sense present’.

decorrem da correspondência com fatos da realidade, que devem ser o caso, se a frase for verdadeira. De acordo com Kusch:

(...) O determinista de significado adere às ideias de que o significado é dado por (...) condições de verdade, que a verdade deve ser analisada de acordo com a teoria da correspondência e que as proposições possuem um papel explicativo central na filosofia da linguagem e da mente. (...). (...) o realismo clássico insiste que as suposições centrais do determinismo de significado aplicam-se à compreensão de proposições. Isso quer dizer, o realismo clássico sustenta que uma pessoa *x* entende uma frase declarativa *s* se, e somente se, (i) *x* *compreende* a proposição *p* expressa por *s*, e (ii) *x* sabe que *s* expressa *p*. Aqui a compreensão é analisada como um estado mental que é caracterizado por conhecimento imediato, privacidade, captação, normatividade semântica, e assim vai¹⁰⁰. (Kusch, 2006, pp. 10-11)

Finalmente, a última característica é “justificação metafísica”, que é relativa à motivação geral do determinista de significado, cujo escopo central é justificar o uso de frases de significado. O determinista acredita que as frases de significado necessitam de uma licença filosófica e que seu projeto do determinismo de significado consegue prestar tal serviço. A justificação para as frases de significado deve vir de considerações ontológicas, o que seria um exercício metafísico, já que a proposta do determinismo de significado é encontrar proposições e fatos que permitam que frases de significado sejam verdadeiras ou falsas, e, portanto, significativas.

2.4.2 Alternativas ao Determinismo de Significado

Para Kusch, as análises filosóficas reunidas no que ele denominou determinismo de significado seriam o ponto central do trabalho de Kripke, tendo sido discutido e esmiuçado ao longo de todo o capítulo 2 de WRPL. Posteriormente, no capítulo 3, Kripke deixa claro que tais visões não são bem sucedidas no intento de responder ao desafio céptico, qual seja: “...em virtude do que se pode dizer de Jones (ou de você mesmo) que ele (ou você) usa ‘+’ para significar adição, ao invés de ‘quadição’?¹⁰¹” (Kusch, 2006, p. 12)

Nessa linha, Kripke propõe no 3º capítulo alternativas para todas as análises filosóficas que se enquadram no determinismo de significado. Com efeito, é importante destacar aqui que em momento algum o autor se posiciona no sentido de que devem ser modificados os modos pelos quais se fala sobre significado em geral, e nem mesmo sugere que todas as frases de significado estão sistematicamente em erro, ou são falsas. O que Kripke rejeita em seu trabalho são as *teorias filosóficas* comumente disseminadas sobre frases de significado, e não tais frases em si.

¹⁰⁰ “(...) The meaning determinist is committed to the ideas that meaning is given by (...) truth-conditions, that truth is to be analysed according to the correspondence theory and that propositions play a central role in the philosophy of language and mind. (...). (...) classical realism insists that the central assumptions of meaning determinism apply to the grasping of propositions. That is to say, classical realism holds that a person *x* understands a declarative sentence *s* if, and only if, (i) *x* grasps the proposition *p* expressed by *s*, and (ii) *x* knows that *s* express *p*. Here the grasping is analysed as a mental state that is characterized by immediate knowledge, privacy, grasping, semantic normativity and so on”.

¹⁰¹ “...in virtue of what can we say of Jones (or yourself) that he means (or you mean) addition rather than ‘quaddition’ by ‘+’?”

A primeira alternativa apresentada por Kripke que merece destaque, segundo Kusch, é “o cético”. O cético aparece em WRPL ao apresentar um desafio cético a um interlocutor que aparentemente está seguro do domínio do significado de adição, vez que prontamente responde “125” à pergunta “ $68 + 57 = ?$ ”. Ele deseja saber em virtude do que seu interlocutor está tão certo que domina a função de adição ao usar o signo “+”, e não uma outra função, como “quadição”. Em outras palavras, o cético insiste em saber em virtude de que fato o interlocutor no passado aprendeu (captou) a função adição ao invés da função “quadição”.

O mais importante a se notar a respeito da posição cética apresentada por Kripke em WRPL é que se trata de um ceticismo “constitutivo”, e não “epistemológico”. Kusch ressalta a distinção por meio de exemplos:

...considere as duas afirmações céticas seguintes: (a) Existe um fato que trata da questão sobre se no passado você usou ‘+’ para significar adição ou quadição. Mas você não pode jamais ter uma justificação para sua (possivelmente verdadeira!) crença de que efetivamente o significado usado foi o de adição. (b) Não existe qualquer fato que trata da questão sobre se no passado você usou ‘+’ para significar adição ou quadição. E, portanto, você não pode justificar eventual afirmação (de que usou ‘+’ para significar adição) fazendo referência a um fato sobre você. A afirmação (a) formula um ceticismo epistemológico, (b) um constitutivo, (...) sobre significado¹⁰². (Kusch, 2006, p. 14)

Kripke muito claramente estaria preocupado com o ceticismo constitutivo, porque o que procura demonstrar em WRPL, em explícita oposição ao determinismo de significado, é que não há *qualquer* fato sobre o falante que possa garantir determinada compreensão de significados, seja como justificativa para aplicações passadas de signos, e menos ainda extensível para aplicações indeterminadas no futuro.

A segunda e mais importante alternativa ao determinismo de significado apresentada por Kripke é a posição atribuída a Wittgenstein. O questionamento sobre se o Wittgenstein de Kripke é o próprio Wittgenstein é polêmico e pode-se afirmar que nenhuma resposta definitiva pôde ser obtida até agora. Nesse momento, não obstante, é de maior relevo trazer à baila a questão sobre se o Wittgenstein de Kripke deve ser equiparado ao cético, tal como esboçado em WRPL.

Kusch lamenta-se do fato de o texto de Kripke ser deveras ambíguo quanto à possibilidade de uma resposta nesse sentido, de vez que em muitos trechos de WRPL Kripke parece equiparar o cético a Wittgenstein: ao afirmar que Wittgenstein propõe uma “solução cética” em resposta ao insucesso das análises filosóficas deterministas de significado; bem como ao afirmar que “...aceita seu próprio argumento cético e oferece uma ‘solução cética’ a fim de superar a aparência de paradoxo¹⁰³”. (Kripke, 1982, p. 68); e, ao falar em “ceticismo de Wittgenstein¹⁰⁴”.

¹⁰² “...consider the following two sceptical claims: (a) There is a fact of the matter whether in the past you meant addition or quaddition by ‘+’. But you cannot ever have a justification for your (possibly true!) belief that you mean addition. (b) There is no fact of the matter whether in the past you meant addition or quaddition by ‘+’. And hence you cannot justify your claim that you did (meant addition by ‘+’) by pointing to a fact about you. Claim (a) formulates an epistemological, (b) a constitutive, (...), scepticism about meaning”.

¹⁰³ “...accepts his own sceptical argument and offers a ‘sceptical solution’ to overcome the appearance of paradox”.

De outro lado, em outras passagens de WRPL, Kripke apresenta uma relação menos íntima entre Wittgenstein e o cético. Segue como exemplo: “(...) Wittgenstein sustenta, juntamente com o cético, que não há fatos sobre se eu quis dizer plus ou quus. Mas se isso é para ser concedido ao cético, não é esse o fim da questão¹⁰⁵?” (Kripke, 1982, pp. 70-71)

Esse excerto, em compatibilidade com outros de WRPL, parece demonstrar que a denominada “solução cética” de Wittgenstein é cética não porque advém de um cético, e sim porque é dada em resposta a um cético. Sob essa ótica, quando Kripke faz a distinção entre as respostas “direta” e “cética” ao desafio cético, claramente está destinando as respostas “diretas” aos deterministas de significado, enquanto reserva a resposta “cética” a Wittgenstein. Assim obtempera Kusch:

(...) As respostas dos deterministas (...) aceitam a pressuposição de que a significação de frases de significado deriva de sua correspondência com fatos (isto é, que seu significado é dado por condições de verdade). A reação de Wittgenstein é diferente; ele rejeita essa pressuposição crucial. (...). À luz dessa reconstrução, parece natural equiparar (...) respostas ‘céticas’ com ‘diagnósticas’ ao ceticismo (de significado). E Wittgenstein acaba por ser um anticético diagnóstico¹⁰⁶. (Kusch, 2006, p. 16)

Diante das duas leituras distintas, a saber, o Wittgenstein equiparado ao cético e o Wittgenstein que repudia a premissa cética de que o significado das frases deriva de suas condições de verdade (o anticético diagnóstico), Kusch questiona-se quanto a qual interpretação de Kripke deve ser dada preferência, em sua reconstrução da solução cética. Após analisar vantagens e desvantagens de ambas, e ressaltar que não são tão distintas quanto aparentam, vez que as duas são contrárias ao determinismo de significado, acaba optando pela que equipara Wittgenstein ao cético, na medida em que a adoção de tal posicionamento facilita o confronto com os críticos de Kripke, que invariavelmente atacam-no nesse sentido.

Por fim, Kusch chama atenção novamente para a questão de que a solução cética é a análise filosófica de frases de significado desenvolvida por Kripke em WRPL que *não* é baseada no estudo de condições de verdade dessas frases, já que vem como alternativa ao determinismo de significado, buscando demonstrar o seu insucesso na tentativa de resolução do desafio cético.

2.4.3 Propostas Deterministas de Significado

Antes de passar especificamente à solução cética, e uma vez já conhecidas as alternativas apresentadas por Kripke ao determinismo de significado, cabe ressaltar o estudo crítico realizado no

¹⁰⁴ Kripke, (1982, pp. 107-108)

¹⁰⁵ “(...) Wittgenstein holds, with the sceptic, that there is no fact as to whether I mean plus or quus. But if this is to be conceded to the sceptic, is this not the end of the matter?”

¹⁰⁶ “(...) Meaning-determinist answers accept the (...) presupposition that the significance of meaning sentences derive from their correspondence to facts (i.e. that their meaning is given by truth-conditions). Wittgenstein’s reaction is different; he rejects that crucial presupposition. (...). In light of this reconstruction, it seems natural to equate (...) ‘sceptical’ and ‘diagnostic’ answers to (meaning) skepticism. And Wittgenstein turns out to be a diagnostic anti-sceptic”.

capítulo 2 de WRPL, no qual Kripke visa a responder o seguinte questionamento, que nada mais é do que o desafio cético: o determinismo de significado, do modo como é concebido, com todas as suas características acima expostas, é capaz de destacar um fato que garanta que Jones usa “+” para significar adição?

A partir desse questionamento inicial, passa a ser desenvolvida uma análise das principais propostas deterministas de significado, que são questionadas por Kripke por meio de seu interlocutor cético, no intuito de provar o insucesso do determinismo de significado como análise filosófica significacional, de vez que tais propostas se mostram incapazes de responder ao desafio cético, o que abriu caminho, ademais, para a construção da análise filosófica alternativa de Kripke.

A primeira proposta tratada por Kripke é o que Kusch chamou de “resposta de uso”, e que assevera que o uso que Jones faz do signo “+” é o que determina qual significado tinha ou tem em mente quando da aplicação do signo, se adição ou “quadição”. Essa solução seria falha, pois os usos passados de “+” são necessariamente finitos, de sorte a que não podem determinar uma aplicação única e uniforme ao longo do tempo do mesmo signo.

Ainda, o uso não é capaz de atender as condições de “extrapolação” e “justificação” do determinismo de significado. Essas características afirmam que a mera captação do significado garante e justifica que, de aplicações finitas, respostas sejam determinadas para um número indeterminado (ou mesmo infinito) de aplicações. Assim, o que quer que seja o estado mental que seria condição suficiente e necessária para o uso de um signo com um determinado significado deve funcionar como regra, para poder estender-se no tempo, o que não é possível com a ideia do uso.

A segunda proposta é o que Kusch chamou de “resposta algorítmica”, que, em suas próprias palavras: “(...) O que faz ‘Jones usa ‘+’ com o significado de adição’ verdadeiro é que Jones segue, e vem seguindo no passado, alguns algoritmos para cálculos com o sinal ‘+’¹⁰⁷”. (Kusch, 2006, p. 17). Tal proposta seria igualmente falha, de vez que ao tentar identificar o eventual estado mental que determinaria a significação de Jones, os deterministas de significado partidários dessa tese estariam, na verdade, jogando o problema para outro estado mental, qual seja, um que se baseia no conceito de “algoritmo”. Destarte, o questionamento inicial, o desafio cético, permaneceria sem resposta.

A terceira proposta exposta por Kripke é sobre as considerações de simplicidade tecidas por filósofos da ciência em relação a explicações e teorias e que vem sendo estendidas para a significação. Consoante Kusch, esses filósofos da ciência diriam: “(...) A sugestão é que a frase de significado ‘Jones usa ‘+’ para significar adição’ é verdadeira se, e somente se, ‘Jones usa ‘+’ para significar adição’ é a explicação mais simples sobre as operações de Jones com o signo ‘+’¹⁰⁸”. (Kusch, 2006, p. 20)

O cético objeta quanto ao fato de que os filósofos da ciência teriam entendido errado o desafio cético, na medida em que esse seria constitutivo, e não epistemológico, conforme ora tratado.

¹⁰⁷ “(...) What makes ‘Jones means addition by ‘+’ true is that Jones is following, and has followed in the past, some algorithm for calculations with the sign ‘+’.

¹⁰⁸ “(...) The suggestion is that the meaning sentence ‘Jones means addition by ‘+’ is true if, and only if, ‘Jones means addition by ‘+’ is the simplest explanation of Jones’s operating with the sign ‘+’.”

As considerações sobre simplicidade podem nos ajudar a escolher uma ou outra hipótese sobre fatos já existentes, mas não podem estabelecer se existem ou não fatos mentais associados à significação. Trata-se apenas de uma proposta epistemológica que ajudaria a descobrir quais estados mentais possuímos, se tais estados existissem em princípio, o que não é o caso.

A próxima proposta rechaçada por Kripke é do tipo que tenta reduzir os estados mentais a outra coisa, assemelhando-se bastante ao empirismo clássico. Tal proposta obtempera que possuir um estado mental de único tipo constitutivo do significado é, primeiramente, possuir um sentimento qualitativo ou “quale” de único tipo e, em segundo lugar, ter conhecimento desse “quale” diretamente por meio de introspecção. Nas palavras de Kusch:

(...) Todo estado mental de usar ‘+’ para significar adição tem o mesmo tipo de sentimento qualitativo único; e também o estado mental de significar qualquer outra função ou propriedade. (...). Eu posso explicar o que constitui o fato de eu ter o estado mental de significar adição ao invés de quadição: o que constitui o fato de eu significar adição é simplesmente que, ao considerar $68 + 57 = ?$, eu tenho um exemplo do único e característico quale para adição, e que sei diretamente pelo fato tê-lo¹⁰⁹. (Kusch, 2006, p. 21)

A proposta dos “quale” também falha na tentativa de solução ao desafio cético, visto que uma das características que deve ser preenchida no determinismo de significado é “orientação”, no sentido de que o estado mental constitutivo do significado deve guiar o usuário da linguagem quando da aplicação do signo pertinente ao significado. Em outras palavras, consoante a “orientação”, usar “+” para significar adição é ter a intenção de usar tal signo com esse significado. Desse modo, o que quer que seja o estado mental constitutivo do significado, esse deve possuir conteúdo intencional, o que não é o caso dos “quale”.

Por fim, outra proposta de grande relevo discutida no trabalho de Kripke, e que aqui merece destaque, é o platonismo. O platonismo assevera quanto à função de adição, ou quanto a qualquer outra, que essa é primitiva ou objetiva, no sentido de ser totalmente independente da mente. O mesmo se aplica aos sentidos de adição ou de “plus”. Os sentidos platônicos são objetos não espaciais e não temporais, de sorte que não são afetados pela finitude das coisas, sendo, assim, perfeitamente possível que sejam responsáveis por determinar um número infinito de casos. Mas como o sentido platônico pode ser o estado mental determinista de significado? Kusch esboça uma resposta:

(...) Para fazê-lo, os sentidos platônicos devem estabelecer contato com os estados mentais dos seres humanos. A proposta óbvia é essa: o estado mental que constitui o fato de Jones usar ‘+’ para significar adição é o estado mental no qual e por meio do qual Jones capta o sentido objetivo de *adição* e a entidade objetiva *função de adição*. Aqui, é claro, tudo depende

¹⁰⁹ “(...) Every mental state of meaning addition by ‘+’ has the same type of unique qualitative feel; and so does the mental state of meaning any other function or property. (...). I can explain what constitute my having the mental state of meaning addition rather than quaddition: what constitutes my meaning addition is simply that in considering $68 + 57 = ?$ I have an instance of the characteristic and unique quale for addition, and that I know directly of my having it”.

da análise oferecida para esse novo tipo de compreensão¹¹⁰. (Kusch, 2006, p. 22)

Claramente o platonismo não é capaz de atender às demandas do determinismo de significado, bem como resolver o desafio cético. Os estados mentais dos seres humanos são finitos, enquanto o sentido platônico de função de adição é uma objetividade infinita. Se há dificuldade de se entender como um estado mental finito pode somente pela captação estender-se a uma infinidade de aplicações, como pretende o determinismo de significado na “extrapolação”, mais difícil ainda seria entender como um estado mental finito poderia compreender uma objetividade infinita independente da mente.

Após o estudo crítico dessas análises filosóficas reunidas no que seria o quadro do determinismo de significado, Kripke acaba por concluir que nenhuma delas é capaz de responder ao desafio cético, isto é, de destacar um fato ou estado mental próprio de Jones que garanta o seu uso de “+” para significar adição.

2.4.4 O Ceticismo de Significado

No capítulo 2 de WRPL, Kripke igualmente trata do que seria o “paradoxo de Wittgenstein”. Kusch questiona-se o que seria esse paradoxo, ou, mais especificamente, o que seria paradoxal para quem, prontamente respondendo que o paradoxo existe primeiramente e, sobretudo, para o determinista de significado. Isso porque:

(...) Para ele (o determinista de significado), o significado de uma frase de tipo (α) ‘A pessoa x usa o signo ‘ z ’ para significar Y ’ é dada por condições de verdade. No centro dessas condições de verdade está um estado mental de x constitutivo do significado, um estado mental que é adequado às condições do quadro (...) determinista de significado. (...) o Capítulo 2 demonstrou que não pode haver tal fato determinante do significado (...). Não pode haver tal fato porque as condições impostas pelo determinismo de significado não formam um todo coerente. Para cada proposta, era possível demonstrar que havia falha em pelo menos uma das condições do determinismo de significado¹¹¹. (Kusch, 2006, p. 23)

Diante de um cenário em que frases de tipo (α) só podem adquirir significado dadas as suas condições de verdade, e tais condições de verdade dependem de um estado mental do usuário da linguagem, e em que, por outro lado, demonstrou-se que esse estado mental não pode existir, o determinista de significado encontra-se claramente em um paradoxo. Ao concluir que (α) é falso, em

¹¹⁰ “(...) To do so, the Platonist senses must make contact with the mental states of human beings. The obvious proposal is this: the mental state that constitutes Jones’s meaning addition by ‘+’ is the mental in and through which Jones grasps the objective sense addition and the objective mathematical entity addition function. Here, of course, all hinges on the analysis offered for this new type of grasping”.

¹¹¹ “(...) For him, the meaning of the sentence type (α) ‘Person x means Y by sign ‘ z ’ is given by truth-conditions. Central among these truth-conditions is a meaning-constituting mental state of x , a mental state that fits with the conditions of the (...) meaning-determinist picture. (...) Chapter 2 has shown that there can be no such meaning determining fact (...). (...) There can be no such fact because the conditions imposed by meaning determinism do not form a coherent whole. For each proposal it was possible to show that it failed at least one of the conditions of meaning determinism itself”.

todas as suas ocorrências, vez que não há estado mental que possa garantir as suas condições de verdade, a conclusão que se segue é (β) “(...) Não pode haver algo tal como a expressão de um significado por uma palavra¹¹²”. (Kripke, 1982, 54).

Entretanto, a conclusão expressa em (β) é obviamente paradoxal, na medida em que se (β) é verdadeira, então nenhuma das palavras expressa por ela significa qualquer coisa, de sorte a que (β) não tem qualquer sentido, e a frases sem sentido não se pode atribuir valor de verdade. É nessa situação que se encontra o determinista de significado ante a não possibilidade de determinação de um estado mental que garanta as condições de verdade e que, por sua vez, seriam responsáveis por atribuir significado a frases de significado.

Kripke, nesse sentido, apresenta a solução cética como forma de “dissolver” o determinismo de significado em todas as suas formas. Kusch propõe uma reconstrução de todo o pensamento que culminou na solução cética passo a passo, isto é, pegando cada característica do determinismo de significado e verificando se e por que deve ser substituída por um conceito novo.

O determinismo de significado reconstruído seria o “ceticismo de significado”, na denominação de Kusch, e teria por base o entendimento de que não pode haver qualquer estado mental constitutivo de significado que se enquadre na proposta determinista de significado. Mais ainda, o ceticismo de significado afirma que não existe, de modo algum, qualquer estado mental constitutivo de significado. Outrossim, o cético de significado sustenta que, uma vez compreendido que nenhum fato mental pode garantir as condições de verdade de uma frase, deve-se concluir que nenhum fato do “realismo clássico” absolutamente pode fazê-lo.

Uma vez aceito que nenhum fato realista clássico pode fazer com que “x usa ‘z’ para significar Y” verdadeiro, há a opção de concluir que todas as frases de significado são falsas, porque não há nada que possa garantir que é verdadeira, de sorte a que não podem significar qualquer coisa, e a frases sem significado não se pode atribuir valor de verdade, em primeiro lugar.

No entanto, como essa opção já se demonstrou incoerente, impende tentar uma segunda opção, qual seja, a de prover uma alternativa à semântica de condições de verdade do determinismo de significado. Nesse sentido, vale citar Kusch:

(...) Se o significado de uma frase não é conferido por suas condições de verdade (construído junto às linhas do realismo clássico), isto é, se o significado de uma frase é conferido por condições *outras*, então a falha na produção de uma análise determinista de significado condicional-veritativa de frases de significado não leva à conclusão que todas as frases de significado são sem sentido¹¹³. (Kusch, 2006, p. 26)

Kripke identificou essas novas condições atribuidoras de significado às condições mínimas nas quais é apropriado, justificado, permitido ou obrigatório fazer asserções de certo tipo em

¹¹² “(...) There can be no such thing as meaning anything by any word”.

¹¹³ “(...) If meaning is not bestowed on a sentence by its truth-conditions (construed along the lines of classical realism), that is, if meaning is bestowed on a sentence by some other conditions, then the failure to produce a meaning-determinist truth-conditional analysis of meaning sentences does not precipitate the conclusion that all meaning sentences are meaningless”.

determinado contexto de um jogo de linguagem, denominando-as de *condições de assertibilidade* ou de *justificação*. Importante aqui é ressaltar que a significação de todas as frases deverá passar a ser analisada em termos dessas condições de assertibilidade ou de justificação, vez que o ceticismo de significado pretende suplantiar o determinismo de significado e, mais especificamente, no que tange à sua característica do realismo clássico.

Contudo, em se cuidando de uma solução cética, não há que se falar em condições *necessárias* e *suficientes*, tal como ocorria com as condições de verdade, da forma: "... *s* significa *p* se, e somente se, a-condições¹¹⁴ $a_1 \dots a_n$ são preenchidas¹¹⁵". (Kusch, 2006, p. 26). As condições de justificação tomarão, na melhor das hipóteses, a forma: "... É geralmente necessário e frequentemente suficiente para *s* significar *p* que a-condições $a_1 \dots a_n$ sejam preenchidas¹¹⁶". (Kusch, 2006, p. 27)

O realismo clássico não é a única característica que deve ser superada a fim que a significação das frases de significado seja preservada. Destarte, a próxima característica do determinismo de significado a ser modificada pela solução cética é o "conhecimento imediato". Como ora já foi tratado, o determinismo de significado estava errado ao afirmar que o que torna a frase "Jones usa '+' para significar adição" verdadeira é um estado mental constitutivo do significado, ao qual o usuário da linguagem tem acesso imediatamente e com razoável grau de certeza.

De acordo com Kusch, a ideia do "conhecimento imediato" conteria um correto entendimento, mas estaria baseada na errônea ontologia dos fatos constitutivos de significado, necessitando, por isso, ser reformada e substituída. Nas palavras do autor:

(...) O correto entendimento é apreendido ao dizer que normalmente nos sentimos altamente confiantes tanto em relação a como aplicamos nossas palavras, quanto a nossas atribuições próprias de significado. Essa confiança não é baseada em um acesso especial à nossa vida mental (...). Alguém que foi submetido a um extenso treino em como falar – um treino no qual o número de correções explícitas por professores reduziram-se gradualmente ao longo do tempo – simplesmente desenvolveu essa confiança de uma maneira não refletida¹¹⁷. (Kusch, 2006, p. 29)

Em que pese a ideia de confiança ainda subsistir no ceticismo de significado, restante do correto entendimento presente no "conhecimento imediato", pois é fato que usamos a linguagem cotidianamente, em sua maioria, com confiança e sem hesitação, deve-se deixar claro que confiança é uma coisa e conhecimento é outra. Na solução cética, não é possível passar da mera confiança do uso correto de um significado ao conhecimento de que esse uso está correto sem a devida submissão de nossas atribuições próprias à correção dos outros membros da comunidade da qual pertencemos.

¹¹⁴ Kusch denominou a-condições as condições alternativas às condições de verdade desenvolvidas por Kripke.

¹¹⁵ "...*s* means *p* if, and only if, a-conditions $a_1 \dots a_n$ are fulfilled".

¹¹⁶ "...It is often necessary and frequently sufficient for *s* to mean *p* that a-conditions $a_1 \dots a_n$ are fulfilled".

¹¹⁷ "(...) The correct insight is captured by saying that we usually feel strongly confident both about how we apply our words, and about self-attributions of meaning. This confidence is not based on some special access to our mental life (...). Someone who has undergone an extensive training in how to speak – a training in which the number of explicit corrections by teachers has decreased steadily over time – simply has developed this confidence in an unreflective manner".

Nessa linha, o ceticismo de significado acaba por rejeitar a característica determinista de significado “privacidade”. O determinismo de significado supunha que os estados mentais constitutivos de significado eram estados intrínsecos ao indivíduo que os possuía, de sorte a que tanto a significação, quanto a obediência a regras poderiam ser analisadas individualmente, sem qualquer referência a uma outra pessoa. Não obstante, já ficou provado que o determinismo de significado é falho, na medida em que:

...‘ter estados mentais constitutivos de significado’ não pode denotar uma *propriedade intrínseca* (de Jones), de vez que simplesmente não pode denotar qualquer *propriedade* (de Jones). Nada pode ter a propriedade em questão. Ao rejeitar o determinismo de significado, a solução cética igualmente descarta a privacidade, substituindo-a pela intersubjetividade¹¹⁸. (Kusch, 2006, p. 29)

A intersubjetividade só pode ser entendida no contexto da assertibilidade, de modo que ao invés de procurar possíveis fatos sociais explicativos para corresponder às atribuições de significado, devemos levar em consideração que a correção por outros e a comparação com outros é essencial para todas as atribuições de significado, mesmo para as de primeira pessoa. A possibilidade mesma de frases de significado depende disso, na medida em que, se privacidade associada a realismo clássico termina em paradoxo, intersubjetividade associada a assertibilidade é a única opção. Assim, se a intersubjetividade é a única opção, então a significação e a obediência a regras não podem ser entendidas fora de um contexto social.

Esse seria o argumento da linguagem privada que Kripke descreve como sendo o desfecho das reflexões de Wittgenstein acerca de regras, localizado nas *Investigações Filosóficas* no §202, ou seja, previamente ao que convencionalmente é denominado de “argumento da linguagem privada”, que tradicionalmente entende-se encontrar-se nos §§243 e seguintes, que tratam do argumento que não pode haver uma linguagem que se refira com palavras às sensações privadas do falante.

Diante disso, a próxima característica do determinismo de significado a ser desconstruída pela solução cética é a “normatividade semântica”, uma vez que não existem quaisquer estados mentais constitutivos de significado que possam justificar os usos futuros de um signo com determinado significado, que possam guiar as aplicações futuras desses significados, e nem que possam motivar o modo imediato e sem hesitação pelo qual utilizamos as palavras.

Entretanto, Kusch afirma que a normatividade não é suplantada por completo, no seguinte sentido:

(...) o determinismo de significado não estava de todo errado ao destacar os elementos avaliativo, prescritivo e justificativo do nosso discurso de significado. Ao invés disso, o determinismo de significado identificou erroneamente o que podemos chamar de ‘local’ da avaliação, prescrição e

¹¹⁸ “...‘having meaning-constituting mental states’ cannot denote an *intrinsic property* (of Jones) since it cannot denote a *property* (of Jones) at all. Nothing can have the property in question. In rejecting meaning determinism, the sceptical solution also discards privacy and replaces it with intersubjectivity”.

justificação do uso de signos. O determinismo de significado tentou ancorar esses fenômenos nos mesmos estados mentais que *causam* um falante a usar suas palavras de determinado modo. Em outras palavras, os estados mentais constitutivos de significado deveriam determinar os usos futuros tanto causalmente, quanto normativamente. Infelizmente, não há estados mentais do tipo que possam determinar ações em ambos esses modos ao mesmo tempo¹¹⁹. (Kusch, 2006, pp. 32-33)

Segundo Kusch, os estados mentais podem exercer papéis causais, como por exemplo, ao ensinar uma criança a usar corretamente as palavras, desenvolvem-se nela inclinações e disposições para o uso de uma palavra de certa maneira em detrimento de outra. Outrossim, são desenvolvidas na criança inclinações e disposições para julgar que determinados usos da palavra são “corretos”, enquanto outros são “incorretos”. O aprendizado da criança, bem como seu treino mediante o uso cotidiano, são causas de seu comportamento linguístico subsequente.

Todavia, não há que se falar aqui em causalidade ou normatividade, pois a distinção entre “parece correto” e “é correto” é fundamental, do mesmo modo que não se pode passar da mera confiança de que se está fazendo um uso correto de uma palavra ao conhecimento de que se está fazendo um uso correto, sem a devida submissão à correção por parte dos outros membros da comunidade. Destarte, a “normatividade” aqui estaria sujeita a comparações intersubjetivas, bem como a condições de justificação para as atribuições de significado.

Kusch, na linha de Kripke, dá o exemplo do ensino da língua por professores a alunos que ainda não tem profundo domínio:

(...) Os professores avaliam o desempenho linguístico de seus alunos como correto e incorreto, certo e errado. E eles dizem a seus alunos como devem, ou são obrigados a usar uma palavra caso eles desejem usá-la corretamente. (...). Desse modo, os professores – e não estados mentais constitutivos de significado – fazem com que seus alunos usem as palavras de forma ‘não cega’; os professores – não estados mentais constitutivos de significado – dão a seus alunos orientação; e são nos conselhos e no treinamento dos professores – e não em estados mentais constitutivos de significado – que os alunos podem basear-se para justificar os modos pelos quais aplicam novos termos¹²⁰. (Kusch, 2006, p. 33)

E não é somente o desempenho dos alunos que está submetido à avaliação e à justificação pelos demais, mas igualmente o dos professores, enquanto membros da comunidade linguística. Inclusive, os professores precisam constantemente estar sendo submetidos a novas avaliações por

¹¹⁹ “(...) meaning determinism was not altogether wrong to capitalize on the evaluative, prescriptive and justificatory elements in our meaning talk. Rather, meaning determinism misidentified what we might call the ‘location’ of the evaluation, prescription and justification of the use of signs. Meaning determinism tried to anchor these phenomena in the very same mental states that cause a speaker to use his words in certain ways. In other words, meaning-constituting mental states were supposed to determine future use both causally and normatively. Alas, there are no mental states such that they can determine actions in both these two ways at once”.

¹²⁰ “(...) Teachers evaluate their pupils’ linguistic performances as correct and incorrect, right and wrong. And they tell their pupils how they ought to, or must, use a word if they wish to use it correctly. (...). In this way, teachers – not meaning-constituting mental states – make the pupils’ uses of their words ‘non-blind’; teachers – not meaning-constituting mental states – provide the pupils with guidance; and it is the teachers’ advice and training – not meaning-constituting mental states – that pupils can draw on to justify the ways they apply their new terms”.

outros membros da comunidade, para a justificação de sua designação para o ensino daqueles que ainda não tem domínio da língua, sob pena de formação de maus usuários dessa língua.

A avaliação dos professores acerca do desempenho linguístico de seus alunos obviamente não se dá de forma desarrazoada, desorientada e não justificada, elas devem seguir critérios, que:

...guiam o professor em sua avaliação; tornam sua avaliação não cega e permitem ao professor justificar suas atribuições de significado. E tornam possível para outros (outros professores, por exemplo) criticar as avaliações de um dado professor. Aqui também a orientação e a justificação não advém de estados mentais determinantes de significado que determinam antecipadamente como esses critérios devem ser usados. Os critérios existem como objetos públicos, e não privados: eles existem como objetos que são produzidos por muitos membros da comunidade nas circunstâncias apropriadas, e como objetos que são citados e evocados no treinamento de professores¹²¹. (Kusch, 2006, p. 34)

O caso do professor-aluno pode ser generalizado para uma infinidade de outras relações comunitárias, pois estamos constantemente usando atribuições de significado para os outros, e ao fazê-lo, seguimos condições de justificação públicas, ao mesmo tempo em que somos orientados por outros sobre como devemos falar em determinadas circunstâncias. Ademais, todos nós, membros de uma comunidade linguística, justificamos os nossos usos de palavras por meio de referência aos usos de outros, normalmente pessoas que têm grande autoridade em questões linguísticas. E, assim, funciona a dinâmica da normatividade intersubjetiva.

Nessa linha, com o fim da normatividade semântica, conseqüentemente, dá-se o fim da interpretação “da esquerda para a direita” para condicionais de significado. O determinismo de significado analisa os condicionais de significado do seguinte modo: “(...) É o estado mental de usar ‘+’ para significar adição que faz com que Jones irá, e deverá responder ‘125’¹²²”. (Kusch, 2006, 34).

Na passagem do antecedente para o conseqüente, o determinista de significado acaba, novamente, por confundir questões causais com questões normativas. Aqui, mais uma vez, só há a aparência de causalidade, vez que o treinamento com operações de adição pode dar a Jones a segurança para que responda “125”, mas não a certeza. Tal certeza, ou conhecimento, só poderá advir mediante a submissão de suas respostas aos demais membros da comunidade, que, em vista das condições de justificação, enquanto critérios de avaliação públicos, poderão julgar a correção das respostas de Jones. Só assim Jones terá seus usos justificados e obterá certeza em suas respostas, isto é, após ter sido inserido na dinâmica da normatividade intersubjetiva.

Diante disso, os condicionais de significado devem ser reinterpretados segundo o ceticismo de significado, a fim de que não sejam de todo suplantados, vez que são parte importante do nosso

¹²¹ “...guide the teacher in her assessment; they make her assessment non-blind and they allow the teacher to justify her meaning attributions. And they make it possible for others (other teacher, for example) to criticize a given teacher’s assessments. Here too guidance and justification does not come from meaning-determining mental states that determine in advance how these criteria ought to be used. The criteria exist as public, not as private, objects: they exist as objects that are produced by many community members in the appropriate circumstances, and as objects that are cited and invoked in the training of teachers”.

¹²² “(...) It is the mental state of meaning addition by ‘+’ that makes it so that Jones will, and ought to, reply ‘125’”.

cotidiano linguístico. Destarte, Kripke propõe que sejam entendidos em sua forma “contrapositiva”, ou seja, lidos da direita para a esquerda e com uma negação em ambos os lados, a saber: “(...) Se Jones *não* responder ‘125’ quando perguntado ‘68 + 57’, não se pode afirmar que ele usa ‘+’ para significar adição¹²³”. (Kripke, 1982, p. 95).

Dessa forma, os condicionais de significado passam a conter uma condição de justificação para a atribuição de significado “Jones usa ‘+’ para significar adição”, qual seja, a de responder “125” quando perguntado “68 + 57 = ?”. Além disso, nessa forma eles passam a ter um importante papel na justificação de atribuições de significado, pois estabelecem um padrão para aquele que está tendo sua atribuição avaliada, ao mesmo tempo em que oferecem ao avaliador meios de justificação para sua avaliação.

A partir daqui, cabe recordar que os deterministas de significado engajaram-se em seu projeto de *justificação metafísica* do uso de frases de significado, acreditando que as frases desse tipo necessitariam de uma licença filosófica, e que tal licença poderia ser concedida em geral por meio de sua proposta. Todavia, o desafio cético demonstrou que essa licença filosófica para a justificação do uso de frases de significado, enquanto exercício metafísico de encontrar proposições e fatos que permitam que tais frases sejam verdadeiras ou falsas, e, portanto, significativas, não é possível de ser obtida.

Nessa esteira, o ceticismo de significado propõe uma forma alternativa de justificação, que é introduzida em WRPL, a seu turno, quando Kripke apresenta a alternativa de Wittgenstein à semântica de condições de verdade:

(...) Wittgenstein substitui o questionamento, ‘Qual deve ser o caso para que uma frase seja verdadeira?’ por dois outros: primeiro, ‘Sob quais condições pode essa formação de palavras ser apropriadamente afirmada (ou negada)?’; segundo, uma vez dada uma resposta ao primeiro questionamento, ‘Qual o papel, e a utilidade, em nossas vidas da prática de afirmar (ou negar) essa formação de palavras sob tais condições¹²⁴?’. (Kripke, 1982, p. 73)

Em concordância com a forma alternativa de justificação do ceticismo de significado, o primeiro questionamento é respondido por meio da identificação das devidas condições de justificação em uma dada formação de palavras. Já o segundo questionamento é de maior relevância e sua resposta demonstrará que a prática de fazer asserções (ou negações) de uma determinada formação de palavras sob certas condições possui uma função em nossa vida social. Em outras palavras, demonstrará que tal prática não é desnecessária, pois em consonância com a permissão que os jogos de linguagem nos dão para fazer afirmações sob certas condições específicas¹²⁵.

¹²³ “(...) If Jones does not come out with ‘125’ when asked about ‘68 + 57’, we cannot assert that he means addition by ‘+’.”

¹²⁴ “(...) Wittgenstein replaces the question, ‘What must be the case for this sentence to be true?’, by two others: first, ‘Under what conditions may this form of words be appropriately asserted (or denied)?’; second, given an answer to the first question, ‘What is the role, and the utility, in our lives of our practice of asserting (or denying) the form of words under these conditions?’.”

¹²⁵ Kripke, (1982, p. 75)

Para o determinista de significado, a justificação das frases de significado advém de considerações ontológicas. Trata-se de um exercício metafísico, como acima mencionado. Por outro lado, para o cético de significado, a justificação das frases de significado deve vir de considerações pragmáticas, sociológicas ou antropológicas. Para ele, a justificação dessas frases é um exercício presente na filosofia das ciências sociais.

No que tange ao segundo questionamento, a prática de afirmar ou negar determinada formação de palavras sob certas condições, ou seja, de construir atribuições de significados é útil porque nos permite identificar quem dos nossos interlocutores é confiável nas distintas formas de interação social. Mais especificamente, na atribuição a outros do domínio de certos conceitos e regras, tal que possibilite a asserção ou negação de determinada formação de palavras sob certas condições, nós demonstramos que eles se comportam do modo como esperamos, a saber, do mesmo modo que nós mesmos.

Kripke vai além e obtempera que os indivíduos que são aprovados em um número razoável de testes pelos membros da comunidade passam a ocupar um certo *status social*, o de ser confiável para as interações sociais que envolvam aquelas atribuições de significado nas quais recebeu aprovação. Assim, tal indivíduo não necessita ser submetido a novos testes a cada nova prática de atribuição de significado, pois o seu mero status social de confiável garante que dará respostas corretas. Nas palavras de Kripke:

(...) Um indivíduo que passa em tais testes é admitido na comunidade como alguém que sabe somar; um indivíduo que passa em tais testes em diversos casos, suficientemente, é admitido como um falante normal da língua e membro da comunidade¹²⁶. (Kripke, 1982, p. 93)

No entanto, tal indivíduo é aceito somente provisoriamente na comunidade, dado que a normatividade intersubjetiva é dinâmica. Será aceito somente na medida em que seu comportamento se mostrar compatível com o do restante da comunidade. Caso seu comportamento passe a demonstrar-se desviante, logo perderá seu status social de pessoa confiável, sendo prontamente excluído da comunidade, necessitando ser novamente submetido a um número razoável de testes a fim de resgatar seu status anterior.

Ante todo o anteriormente exposto, a característica “captação” do determinismo de significado já teria sido devidamente superada, porque, consoante Kusch:

...a captação é inseparável da privacidade e da normatividade semântica, características que foram substituídas por conceitos sucessores. Ademais, parte da motivação da captação foi apreendida na confiança: às vezes, na conclusão de um processo de aprendizado, nos sentimos inclinados e justificados a dizer ‘agora eu entendi, agora posso ir em frente’. No entanto,

¹²⁶ “(...) An individual who passes such tests is admitted into the community as an adder; an individual who passes such tests in enough other cases is admitted as a normal speaker of the language and member of the community”.

a confiança não ajuda no que tange a outros ingredientes da captação, tais como explicação, intenção, ou interpretação¹²⁷. (Kusch, 2006, p. 38)

Nesse sentido, o cético de significado traz como alternativa à característica “captação” a ideia de que as inclinações linguísticas são “primitivas”. Assim explica Kusch:

(...) Quando damos a resposta ‘125’ a ‘68 + 57 = ?’, fazemo-lo não com base em uma interpretação de intenções linguísticas prévias, nem com base em haver captado o conceito de adição. Nossa inclinação para dar respostas particulares para problemas de adição particulares deve ‘ser considerada primitiva’ (WRPL: 91). Isso quer dizer, que somos autorizados a dizer que Jones captou o conceito de adição porque passou nos nossos testes, entre os quais, digamos, está aquele no qual ele responde ‘125’ a ‘68 + 57 = ?’. Não podemos mais explicar as inclinações de Jones com respeito a questões de soma baseando-se em conceitos tais como (...) intenção, captação ou interpretação. Superar o determinismo de significado é reconhecer que nenhum desses conceitos pode ser usado para explicar o comportamento linguístico¹²⁸. (Kusch, 2006, p. 38)

E não somente as inclinações de Jones para dar respostas particulares a problemas de adição particulares devem ser consideradas primitivas:

(...) Igualmente primitiva é sua inclinação para dizer “Eu entendi” quando ensinado sobre como aplicar (...) uma nova palavra, e sua inclinação para auto atribuir o uso de ‘+’ para significar adição. Aqui, também, a inclinação é anterior a, não dependente de, qualquer interpretação de uma prática prévia, intenção prévia ou captação prévia de um conceito¹²⁹. (Kusch, 2006, p. 38)

Outrossim, a característica de ser “primitiva” das inclinações linguísticas é importante para a normatividade intersubjetiva. Quando submetemos as atribuições de significado de uma outra pessoa a testes, fazemo-lo em comparação com nossas inclinações primitivas em relação àquelas atribuições em particular, e o mesmo ocorre quando somos avaliados quanto às nossas próprias atribuições de significado. Em nenhum dos casos, isto é, quando somos avaliadores, ou quando somos avaliados, há que se falar em interpretações de conceitos ou de intenções, pois as inclinações de ambos,

¹²⁷ “...grasping is inseparable from privacy and semantic normativity, assumptions that have been replaced with successor concepts. Moreover, some of the motivation for grasping has been captured in confidence: sometimes, at the conclusion of a learning process, we feel inclined and justified to say ‘now I have got it, now I can go on’. But confidence does not help with some other ingredients of grasping, such as explanation, intending, or interpreting”.

¹²⁸ “(...) When we give the answer ‘125’ to ‘68 + 57 = ?’, we do so neither on the basis on an interpretation of previous linguistic intentions, nor on the basis of having grasped the concept of addition. Our inclination to give particular answers to particular addition problems is ‘to be regarded as primitive’ (WRPL: 91). That is to say, we are entitled to say that Jones has grasped the concept of addition because he has passed our tests, among which, say, is that he answers ‘125’ to ‘68 + 57 = ?’. We cannot further explain Jones’s inclinations regarding plus-queries by drawing on concepts such as (...) intention, grasping or interpretation. To give up meaning determinism is to recognize that none of these concepts can be used to explain linguistic behaviour”.

¹²⁹ “(...) Equally primitive is his inclination to say ‘I have got it’ when being taught how to apply a (...) new word, and his inclination to self-ascribe meaning addition by ‘+’. Here, too, the inclination is prior to, not dependent on, any interpretation of previous practice, previous intention or previous grasp of a concept”.

avaliadores e avaliados são primitivas. Assim Kripke pondera, utilizando “Jones” e “Smith” como exemplo, e a regra de adição:

...as inclinações de Smith são consideradas tão primitivas quanto as de Jones. De modo algum Smith testa diretamente se Jones pode ter em sua mente alguma regra concordante com aquela na mente de Smith. Ao invés disso, a questão é que, se em casos concretos suficientes, as inclinações de Jones concordarem com as de Smith, Smith julgará que Jones está de fato obedecendo à regra de adição¹³⁰. (Kripke, 1982, p. 91)

Finalmente, o fato de nossas inclinações serem primitivas também é relevante na formação do acordo entre todos os membros da comunidade linguística, sem o qual não poderia haver comunicação. Afinal, a prática de atribuição de significados, sujeita a correção por outros, não poderia existir caso não houvesse um acordo mínimo de respostas e inclinações entre aqueles que fazem parte da dinâmica da normatividade intersubjetiva.

Se as inclinações para dar respostas em um determinado sentido diferissem radicalmente, ou seja, se não fossem primitivas, como no exemplo dos problemas de adição, as atribuições de significado de Jones nunca poderiam ser submetidas à correção por Smith, e por aí vai. A consequência disso tudo seria que incorreríamos em uma “Torre de Babel”, onde ninguém se entenderia, e faltaria a todos uma “forma de vida” comum, isto é: “O conjunto de respostas com as quais nós concordamos, e o modo como elas se entrelaçam com nossas atividades...¹³¹”. (Kripke, 1982, p. 96)

Destarte, esse “acordo primitivo” de respostas substitui a característica determinista de significado “captação como explicação”, pois não se pode explicar um acordo em inclinações com base em um acordo em conceitos ou intenções, na medida em que as inclinações dos indivíduos são anteriores aos seus conceitos, de sorte a que o acordo em suas inclinações é igualmente anterior a eventual acordo conceitual.

Assim, o acordo nas respostas em geral, que garante a comunicação, não se dá por que todos nós captamos os conceitos da mesma maneira, ou por que há um fato objetivo que explique o nosso acordo em casos particulares. Ao invés disso, a nossa licença para afirmar que concordamos em nossas diferentes atribuições de significado é por que elas são parte de um “jogo de linguagem”, que se mantém somente em função da dinâmica da normatividade intersubjetiva, que constitui a nossa “forma de vida”.

Por fim, a última característica do determinismo de significado a ser revista pelo ceticismo de significado é a “objetividade”. Os deterministas de significado posicionam-se pela objetividade da significação, isto é, para o uso de cada significado há um estado mental constitutivo pertinente que contém e determina uma *infinidade* de respostas corretas.

¹³⁰ “...Smith’s inclinations are regarded just as primitive as Jones’s. In no way does Smith test directly whether Jones may have in his head some rule agreeing with the one in Smith’s head. Rather the point is that if, in enough concrete cases, Jones’s inclinations agree with Smith’s, Smith will judge that Jones is indeed following the rule for addition”.

¹³¹ “The set of responses in which we agree, and the way they interweave with our activities...”

Os céticos de significado não aceitam a possibilidade de se falar em “infinitude de respostas corretas”, pois somos capazes de produzir acordo de respostas apenas com base em um número finito de testes e comparações com as nossas próprias inclinações. No entanto, assevera Kusch:

(...) Essa finitude não é uma falha lamentável que levaria à incerteza e à indeterminação. Acreditar que é uma falha é contrastá-la com um determinismo de significado ideal, que se provou insustentável. Nesse ponto, a finitude se liga à primitividade: a finitude não é um ‘problema’ ou ‘falha’, na medida em que nossas inclinações já são sempre, e em larga escala, concordantes. (...). Isso torna improvável, empiricamente improvável, que nossas inclinações tornem-se desviantes no futuro. E é essa probabilidade que torna natural para nós dizer sempre mais, em e com nossas atribuições de significado, do que está incluído em nosso número finito de testes¹³². (Kusch, 2006, p. 40)

Desse modo, a finitude dos testes quanto às nossas atribuições de significado não causa incerteza na comunicação, incerteza essa que só poderia ser solucionada mediante a objetividade de estados mentais que garantissem a objetividade da significação e, por conseguinte, a extrapolação de casos finitos para infinitos. A aparência de incerteza acaba sendo solvida pela confiança que é gerada em virtude do acordo existente entre as inclinações primitivas, que se reflete nas respostas práticas, e permite, novamente, o funcionamento da dinâmica da intersubjetividade normativa.

Com a interpretação e defesa do livro de Kripke por Kusch, fica concluído este capítulo do trabalho, esperando-se ter sido construída uma recapitulação descritivo-crítica dos principais argumentos levantados tanto contrária quanto favoravelmente a Kripke, ou mais precisamente, ao Wittgenstein de Kripke, em consonância com os principais pontos discutidos em WRPL.

¹³² “(...) This finiteness is not a regrettable shortcoming that would introduce uncertainty and underdetermination. To believe that it is a shortcoming is to contrast it with an ideal meaning determinism, which has proved untenable. At this point, finiteness links up with primitiveness: finiteness is not ‘a problem’ or ‘shortcoming’ since our inclinations are always already broadly in agreement. (...). This makes it unlikely, empirically unlikely, that our inclinations will deviate in the future. And it is this probability that makes it natural for us to always say more, in and with our meaning ascriptions, than is covered by our finite number of tests”.

CAPÍTULO III – CONCLUSÃO

DO TRACTATUS ÀS INVESTIGAÇÕES FILOSÓFICAS: UMA TEORIA DE CONDIÇÕES DE VERDADE PARA UMA TEORIA DE CONDIÇÕES DE ASSERTIBILIDADE

No Capítulo 1 deste trabalho foram expostas as ideias centrais desenvolvidas por Kripke em *Wittgenstein on Rules and Private Language*, quais sejam: o paradoxo do cético, que estaria contido no §201 das *Investigações Filosóficas*, e enunciaria que nenhum curso de ação pode ser determinado por uma regra, haja vista que todo curso de ação pode ser conformado para ficar de acordo com a regra; e a solução cética ao paradoxo, que pode ser resumida no argumento contrário à possibilidade de uma linguagem privada, de vez que não se pode falar em obediência a regras fora de um contexto social.

Em assim sendo, pode um curso de ação ser determinado temporalmente por uma regra, na medida em que todo aquele que obedece a uma regra terá suas ações submetidas à correção por meio das condições de justificação dos membros da comunidade da qual faz parte, não podendo, portanto, qualquer ação ser conformada para estar de acordo com a regra. Solvido, destarte, estaria o paradoxo, pois suprimida estaria a possibilidade de obedecer a uma regra “privadamente”, na qual ocorreria a situação em que não existiria diferença entre pensar que se está obedecendo a uma regra e efetivamente estar obedecendo-lhe.

O capítulo 2 deste trabalho, a seu turno, tratou das repercussões que o livro de Kripke causou na filosofia contemporânea, trazendo, nesse sentido, críticas e defesas levantadas por importantes autores ao que veio se denominar Wittgenstein de Kripke. A primeira crítica elencada é a de McDowell, que desde o início questiona-se acerca da possibilidade de sucesso da solução cética, dada a destruição do realismo clássico pelo paradoxo do cético. A seguir, McDowell afirma que o suposto paradoxo existente no §201 das *Investigações Filosóficas* não subsistiria caso lido em conjunto com a parte final do mesmo parágrafo, que afirma que há uma concepção de regra que não é uma interpretação.

A solução do suposto paradoxo seria simplesmente corrigir o erro desse entendimento, no qual aquele estaria baseado, ou seja, perceber que há uma concepção de regra que não é uma interpretação, de modo a situar as nossas concepções de significado e de entendimento por entre a moldura das práticas comunitárias, pois o acordo necessário para que a noção de aplicação de regra seja seguida não é o acordo entre opiniões, que precisariam ser mediadas por interpretações, e sim entre formas de vida.

O segundo posicionamento trazido à baila é o dos grandes comentadores de Wittgenstein, G. P. Baker e P. M. S. Hacker, que são críticos ferrenhos a Kripke, afirmando que o paradoxo cético descrito por ele, solucionado por meio do argumento da linguagem privada, não seria, em um primeiro momento, nada mais do que uma interpretação deveras incorreta do pensamento de Wittgenstein, e, afinal, questionável em sua própria coerência.

Kripke, inicialmente, estaria equivocado quanto ao argumento da linguagem privada, seja em relação à sua localização, seja em relação ao seu conteúdo. O autor afirma que tal argumento estaria verdadeiramente localizado nos parágrafos 143 a 242 das *Investigações Filosóficas*, sendo que a conclusão de tal argumento, especificamente, estaria contida nos parágrafos 201-202, ao contrário do que tradicionalmente se afirma da localização desse argumento, que é nos parágrafos 243 e seguintes. Nesse sentido, Baker e Hacker rebatem Kripke, em uma primeira instância, apelando para a história das *Investigações Filosóficas*, que sugere que o conteúdo dos §§201-3 não é o que ali há de mais importante, uma vez que tais não foram incorporados na versão intermediária, ainda que tanto os argumentos precedentes, quanto a parte central do argumento da linguagem privada tenham sido.

Quanto ao conteúdo do paradoxo presente no §201, a saber, se qualquer coisa que alguém faça pode ser conformada para estar de acordo com uma regra, por meio de uma interpretação dela, como pode essa mesma regra guiar alguém?, Wittgenstein possuiria uma resposta imediata, sem qualquer referência à preocupação com a manutenção do paradoxo. Apenas falando-se em uso de regras genuinamente, de modo a que se possa falar em obediência ou violação de regras, pode-se aventar a possibilidade de interpretar uma regra correta ou incorretamente. E isso é decorrência da existência de um costume, do uso regular da expressão de uma regra, de sua contextualização, mediante o estabelecimento de técnicas e padrões de aplicação.

Destarte, obedecer a uma regra não seria nada mais do que o domínio de uma técnica, e o modo pelo qual alguém entende uma regra é manifestada no exercício dessa técnica na prática, na sua aplicação em vários casos. Por conseguinte, o que é rejeitado no §201, que viria a ser o entendimento paradoxal ressaltado por Kripke, é a ideia de que uma regra determina uma ação apenas enquanto permeada por uma interpretação, o que McDowell igualmente repudia.

A primeira frase do §202 apenas reitera a discussão já exposta no §201, a saber, que o modo pelo qual se entende uma regra não é demonstrado, afinal, em uma interpretação, e sim na atitude prática de aplicação de uma regra. Não obstante, é incorreto interpretar prática aqui no sentido de prática social, como defende Kripke na necessidade de intermediação comunitária.

A questão para Wittgenstein não é estabelecer que a linguagem necessariamente envolve uma comunidade, e sim que as palavras são ações. No entanto, a prática não é meramente ação, mas uma ação regular de acordo com uma regra, e não algo que acontece de forma aleatória apenas uma vez. Nada nessa discussão requer uma multiplicidade de agentes. Toda a ênfase encontra-se na *regularidade*, nas múltiplas ocorrências, de uma ação.

Assim, o paradoxo do cético enunciado por Kripke não subsistiria ante a solução imediata dada por Wittgenstein em relação ao questionamento de como seria possível uma regra guiar alguém mediante determinada interpretação, vez que qualquer conduta poderia ser conformada para estar de acordo com ela, qual seja: a de que só há falar em interpretação correta ou incorreta no caso de regras devidamente contextualizadas, aplicadas na prática segundo técnicas estabelecidas, de modo a que só se pode falar em obediência a regras, na medida em que estabelecida uma relação interna entre a expressão da regra e os atos em conformidade a ela.

Ademais, o Wittgenstein de Kripke não encontraria respaldo no pensamento de Wittgenstein no seguinte ponto: a aplicação da regra no contexto em que está inserida requer uma regularidade, pois a obediência a regras constitui-se em uma prática, mas tal prática tem o sentido de exercício de uma ação, de um costume, não tendo por requisito uma coletividade de agentes ou uma comunidade intermediadora.

Finalmente, em não subsistindo o paradoxo cético, não haveria necessidade da solução cética. Ainda assim, analisando-se a descrição de Kripke do que seria o “argumento da linguagem privada”, enquanto solução cética ao paradoxo cético, isto é, a possibilidade de correções recíprocas de atribuições de significado pelos membros de uma comunidade, por meio de condições de justificação, em oposição às condições de verdade clássico-realistas, verifica-se que essa não seria compatível com o pensamento de Wittgenstein, haja vista que tal autor não teria caracterizado a obediência a regras como ato necessariamente coletivo, mas somente como prática contextualizada regular. Em assim sendo, o Wittgenstein de Kripke definitivamente não pode ser entendido como o próprio Wittgenstein.

Após as duras críticas de Baker e Hacker, apresenta-se o posicionamento de George Wilson em defesa a Kripke ou, mais especificamente, ao Wittgenstein de Kripke, que tem por objetivo delinear a estrutura fundamental do argumento cético desenvolvido por Kripke, visando a demonstrar que tal argumento tem sido severamente mal interpretado por seus principais comentadores, sobretudo por McDowell.

Nesse sentido, Wilson pondera que, se devidamente construído, o argumento de Kripke oferece uma leitura coerente do §201 das *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein, rebatendo diretamente McDowell, que afirma que a teoria de Kripke não poderia sequer fazer sentido tomado o §201 como um todo, consoante delineado acima.

Iniciando sua reconstrução do Wittgenstein de Kripke pelo cético de Kripke, Wilson ressalta que esse constantemente trabalha em torno da *concepção* do que teria de ser o caso se alguém fosse usar um termo para significação. Ainda, utilizando-se do exemplo da regra de adição, tal como Kripke, passa a explicar pormenorizadamente essa *concepção* do cético, levando-se em consideração a noção inicial desenvolvida por Kripke de que no aprendizado de adição, *compreende-se* uma regra, de sorte a que respostas futuras poderiam ser determinadas por essa compreensão passada.

Destarte, para que alguém possa usar ‘+’ como significado para adição, deve ter sido estabelecido anteriormente um *padrão de correção* para as efetivas e potenciais aplicações do termo, de sorte a que usar ‘+’ como significado para algo consiste essencialmente em ter uma *intenção* ou *comportamento* adequado sobre o que deve contar como aplicação correta ou incorreta da expressão. Nesse sentido, o cético supõe que o padrão de correção requerido é, no caso, *a operação aritmética de adição* por si mesma, pois, independentemente da prática linguística em questão, a função de adição produzirá apenas um único valor numérico para qualquer par de números naturais, o que a torna *padrão factível de correção*.

Consoante Wilson, é exatamente nesse ponto que o cético apresenta o seu desafio cético. O autor busca esclarecer, inicialmente, que, em sua opinião, o cético não duvida em momento algum que sua concepção do que constituiria significar adição por '+' estaria certa. O que seria sim objeto de dúvida para ele é se essa concepção esquemática pode coerentemente ser preenchida por uma descrição de como o falante alcança o estabelecimento do requerido padrão de correção. Em outras palavras, o que o cético quer saber é se a adoção de tal padrão de correção existe concretamente, e no que consistiria.

Mais especificamente, quais são os fatos sobre o falante que garantem ser a *adição* o padrão de correção para os usos prospectivos de '+', e não outra operação aritmética distinta? Ou ainda: quais fatos sobre mim fazem com que eu utilize 'plus', ao invés de 'quus', como meu padrão? O argumento cético objetiva demonstrar que não há respostas satisfatórias para quaisquer dessas perguntas. Como Kripke enfatizou ao longo de seu trabalho, o problema cético geral diz respeito à significação no uso de qualquer termo por qualquer falante.

A partir disso, o cético conclui que nenhum termo geral serve como padrão de correção e que, correlativamente, nenhum termo geral possui qualquer significado. Assim, o cético seria o que Kripke denomina "realista clássico" acerca da significação. Na caracterização de Kripke, o "realismo clássico" tem por foco a ideia de que o significado de uma frase advém de sua suposta correlação conceitualmente prévia com condições de verdade 'realistas', isto é, com um possível fato descrito pela frase, cuja realização ou não determinará a verdade ou falsidade da frase. O realista clássico, portanto, trabalha com frases descritivas, e sustenta que uma frase significa o que significa em virtude de sua representação de um possível fato.

Em assim sendo, pode-se descrever resumidamente a estrutura do argumento cético em termos clássico-realistas nos seguintes termos: Se um sujeito S usa o termo 'T' com significado, então existe uma série de propriedades, $P_1 - P_n$, que foram estabelecidas por S como *padrões de correção* constitutivos do significado para sua aplicação de 'T'.

Todavia, o cético posiciona-se no sentido de que se certas propriedades devem funcionar como *condições* para correta aplicação de 'T', em seus diversos usos por 'S', então deve haver algum conjunto de fatos concretos sobre S que garantam que essas propriedades tenham sido devidamente singularizadas para ele, de modo a que possa ter formado um adequado compromisso semântico, a chamada *restrição fundacional*.

Com esses elementos agregados, pode-se concluir como ficaria a estrutura da *conclusão cética básica*, a saber: "Não há fatos sobre um sujeito S que sejam aptos a fixar qualquer série de propriedades como padrão de correção para os usos de 'T' por S". Indo mais além e tomando-se o argumento cético em termos clássico-realistas, juntamente com a restrição fundacional e mais a conclusão cética básica como premissas, obtém-se como resultado o que se pode chamar de *conclusão cética radical*, que seria: "Ninguém nunca consegue significar nada por nenhum termo"¹³³. (Wilson, 1998, p. 108).

¹³³ "No one ever means anything by any term".

Ao longo do trabalho de Kripke, fala-se apenas em “conclusão cética”, sem qualquer especificação de qual das conclusões seria. Para Wilson, entretanto, a distinção entre a conclusão cética básica e a conclusão cética radical é de crucial importância para a diferenciação entre o que seriam o “cético de Kripke” e o “Wittgenstein de Kripke”.

Na verdade, o paradoxo cético faria referência à conclusão cética radical, de sorte a que o cético de Kripke está claramente de acordo com ela. Não obstante, é de grande relevo ressaltar que o Wittgenstein de Kripke, a seu turno, não adere a essa conclusão, endossando apenas a conclusão cética básica, pois o Wittgenstein exposto por Kripke concorda com o cético no que tange à questão de que não há fatos relativos ao falante que garantam o uso adequado de um termo por ele em determinada situação. No entanto, a conclusão que nenhuma linguagem tem significado, que seria a conclusão cética radical, não é adotada pelo Wittgenstein de Kripke, vez que esse sai em defesa das atribuições comuns de linguagem, com o escopo de não pôr fim à discussão levantada pelo cético.

Assim, para o Wittgenstein de Kripke, conforme largamente exposto no primeiro capítulo deste trabalho, o fato de as atribuições comuns de linguagem fazerem sentido para nós e para os outros dentro de um jogo de linguagem garante o sucesso da significação, e, por conseguinte, da comunicação. Essa seria a solução cética para o paradoxo cético, que seria suficiente para garantir que não se chegue à incrível e autodestrutiva conclusão de que nenhuma linguagem tem significado, repudiando-se, assim, a conclusão cética radical.

Na solução ao paradoxo cético, portanto, o Wittgenstein de Kripke adota somente a conclusão cética básica. A explicação para a rejeição da conclusão cética radical decorreria, segundo Wilson, do fato de que o Wittgenstein de Kripke rejeita o próprio realismo clássico como concepção do significado, que seria premissa para a conclusão cética radical. O erro de McDowell na crítica a Kripke estaria justamente em não distinguir o cético de Kripke do Wittgenstein de Kripke.

Ora, em sendo o Wittgenstein de Kripke um cético radical, consoante entende McDowell, Kripke não teria por que explicar-se acerca do entendimento errôneo do fim do §201, isto é, de que todo entendimento é interpretação, haja vista que cairia inevitavelmente na conclusão de que nenhuma linguagem significa nada. No entanto, conforme tratado acima, apenas o cético de Kripke, um realista clássico, adota ambas as conclusões. O Wittgenstein de Kripke, de fato, endossa somente a conclusão cética básica, rejeitando, paralelamente, o realismo clássico e todos os entendimentos errôneos nos quais ele está baseado, inclusive aquele presente ao final do §201, objeto de crítica de McDowell.

Posteriormente ao pensamento de Wilson, apresentou-se como fechamento ao capítulo 2, o posicionamento de Martin Kusch, grande defensor do pensamento de Kripke. Kusch inicia afirmando que seu estudo constitui-se duplamente em uma defesa e em uma interpretação do trabalho de Kripke, e, sobretudo em uma tentativa de demonstrar que a posição que Kripke atribui a Wittgenstein é a posição correta acerca do pensamento desse autor.

Principiando sua análise nesse sentido, o trabalho de Kripke, na visão de Kusch, é um estudo crítico de diversas análises filosóficas em relação a frases de significado. As análises consideradas

seriam de diversos tipos, não havendo acordo geral entre elas, podendo-se falar apenas em um ponto de semelhança: quase todas, com exceção de uma, das análises filosóficas que foram examinadas por Kripke em WRPL concordam com a visão de que uma análise filosófica de discurso de significado deve identificar as condições de verdade de frases de significado, isto é, identificar as proposições que tais frases expressam.

Diante de tal cenário de regularidade nas análises filosóficas, Kusch questiona-se do que cuidaria a análise que não possui essas características, a exceção à regra. E prontamente responde: ela afirma que o que da significado às frases de significado não são suas condições de verdade, e sim as condições que dizem respeito a seu uso correto.

Desta feita, para separar essas análises filosóficas que afirmam que a significação das frases de significado advém de suas condições de verdade, da análise excepcional, Kusch reuniu-as e propôs a elas um quadro com o nome “determinismo de significado”. É importante ressaltar que o nome “determinismo de significado” não consta em Kripke, tratando-se de uma denominação proposta por Kusch com o escopo de facilitar a organização do quadro de análises filosóficas a ser delineado.

Em verdade, a expressão foi escolhida por Kusch para dar nome ao quadro proposto, pois discrimina um de seus elementos mais centrais: a ideia de que o uso de um signo com certo significado por alguém *determina* tanto como essa pessoa *irá* usá-lo (se deseja manter tal significado), quanto como *deverá* usá-lo (se deseja falar corretamente).

Para Kusch, tais análises filosóficas reunidas no que ele denominou determinismo de significado seriam o ponto central do trabalho de Kripke, tendo sido discutidas e esmiuçadas ao longo de todo o capítulo 2 de WRPL. Posteriormente, no capítulo 3, Kripke teria explicitado que tais visões não são bem sucedidas no intento de responder ao desafio cético, qual seja: “em virtude do que se pode dizer de uma pessoa que ela usa ‘+’ para significar adição ao invés de ‘quadição’?”.

Após um estudo crítico de várias vertentes dessas análises filosóficas, reunidas no que seria o quadro do determinismo de significado, Kripke acaba por concluir que nenhuma delas é capaz de responder ao desafio cético, pois, por motivos distintos, nenhuma delas teria sido capaz de destacar um fato ou estado mental próprio do usuário da linguagem que garanta a certeza do uso de “+” para significar adição, ao longo do tempo e em razão de seu aprendizado.

Nessa linha, Kripke propõe no 3º capítulo alternativas para todas as análises filosóficas que se enquadram no determinismo de significado. Com efeito, é importante destacar aqui que em momento algum o autor se posiciona no sentido de que devem ser modificados os modos pelos quais se fala sobre significado em geral, e nem mesmo sugere que todas as frases de significado estão sistematicamente em erro, ou são falsas. O que Kripke rejeita em seu trabalho são as *teorias filosóficas* comumente disseminadas sobre frases de significado, e não tais frases em si.

A primeira alternativa apresentada por Kripke que merece destaque, segundo Kusch, é “o cético”. O cético aparece em WRPL expondo um desafio cético a um interlocutor que aparentemente está seguro do domínio do significado de adição, vez que prontamente responde “125” à pergunta “68

+ 57 =?”. Aquele deseja saber em virtude do que seu interlocutor está tão certo de que domina a função de adição ao usar o signo “+”, e não uma outra função, como “quadição”. Dito de outro modo, o cético insiste em saber em virtude de que fato o interlocutor pode garantir que no passado aprendeu (compreendeu) a função adição ao invés da função “quadição”.

Impende deveras ressaltar aqui que a posição cética de significado apresentada por Kripke deve ser classificada como ceticismo “constitutivo”, e não “epistemológico”. Kusch diferencia ambos os ceticismos do seguinte modo: o ceticismo epistemológico de significado afirmaria que existe *um fato* sobre o usuário da linguagem que poderia ser uma garantia de que ele utiliza “+” para significar adição, ao invés de “quadição”, no entanto, não se pode jamais obter uma justificação para a crença de que o significado usado foi efetivamente o de adição; já o ceticismo constitutivo de significado afirmaria que não existe *qualquer fato* sobre o usuário da linguagem que poderia ser uma garantia de que ele utiliza “+” para significar adição, ao invés de “quadição”, e, portanto, não se pode justificar qualquer afirmação sobre o uso passado de um significado com referência a um fato sobre o usuário da linguagem.

Kripke muito claramente estaria preocupado com o ceticismo constitutivo, pois o que procura demonstrar em WRPL, em explícita oposição ao determinismo de significado, é que não há *qualquer* fato sobre o falante que possa garantir determinada compreensão de significados, seja como justificativa para aplicações passadas de signos, e menos ainda extensível para aplicações indeterminadas no futuro.

A segunda e mais importante alternativa ao determinismo de significado apresentada por Kripke é a posição atribuída a Wittgenstein. O questionamento sobre se o Wittgenstein de Kripke é o próprio Wittgenstein é polêmico e pode-se afirmar que nenhuma resposta definitiva pôde ser obtida até agora, de sorte a que a questão ainda é objeto de ampla discussão. Nesse momento, não obstante, é de maior relevo trazer à baila a questão sobre se o Wittgenstein de Kripke deve ser equiparado ao cético tal como esboçado em WRPL.

Kusch lamenta-se do fato de o texto de Kripke ser ambíguo quanto à possibilidade de uma resposta nesse sentido, de vez que em muitos trechos de WRPL Kripke parece equiparar o cético a Wittgenstein: ao afirmar que Wittgenstein propõe uma “solução cética” em resposta ao insucesso das análises filosóficas deterministas de significado; bem como ao asseverar que “...aceita seu próprio argumento cético e oferece uma ‘solução cética’ a fim de superar a aparência de paradoxo¹³⁴”. (Kripke, 1982, p. 68); e, ao falar em “ceticismo de Wittgenstein¹³⁵”.

De outro lado, em outras passagens de WRPL, Kripke apresenta uma relação menos estreita entre Wittgenstein e o cético, tal como em: “(...) Wittgenstein sustenta, juntamente com o cético, que não há fatos sobre se eu quis dizer plus ou quus. Mas se isso é para ser concedido ao cético, não é esse o fim da questão¹³⁶?”. (Kripke, 1982, pp. 70-71). Esse excerto, em compatibilidade com outros

¹³⁴ “...accepts his own sceptical argument and offers a ‘sceptical solution’ to overcome the appearance of paradox”.

¹³⁵ Kripke, (1982, pp. 107-108)

¹³⁶ “(...) Wittgenstein holds, with the sceptic, that there is no fact as to whether I mean plus or quus. But if this is to be conceded to the sceptic, is this not the end of the matter?”.

de WRPL, parece demonstrar que a denominada “solução cética” de Wittgenstein é cética não porque advém de um cético, e sim porque é dada em resposta a um cético.

Ao fim, Kusch acaba por destacar que as duas leituras, quais sejam, o Wittgenstein equiparado ao cético e o Wittgenstein que repudia a premissa cética de que o significado das frases deriva de suas condições de verdade não são tão distintas quanto aparentam, vez que as duas são contrárias ao determinismo de significado e encontram sua resolução na solução cética.

A solução cética, consoante Kusch, teria sido apresentada por Kripke como forma de dissolver o determinismo de significado em todas as suas formas e características, que, uma vez reconstruído, daria origem ao *ceticismo de significado*. O ceticismo de significado teria por base o entendimento de que não pode haver qualquer estado mental constitutivo de significado que se enquadre na proposta determinista de significado, ou, mais ainda, que não existe, de modo algum, qualquer estado mental constitutivo de significado. Outrossim, o cético de significado sustenta que, uma vez compreendido que nenhum fato mental pode garantir as condições de verdade de uma frase, deve-se concluir que nenhum fato do “realismo clássico” absolutamente pode fazê-lo.

Assim, deve-se prover uma alternativa à semântica de condições de verdade do determinismo de significado, a fim de não gerar a conclusão absurda de que todas as frases de significado são sem sentido. Kripke identificou essas novas condições atribuidoras de significado às condições mínimas nas quais é apropriado, justificado, permitido ou obrigatório fazer asserções de certo tipo em determinado contexto de um jogo de linguagem, denominando-as de *condições de assertibilidade* ou de *justificação*.

Importante aqui é ressaltar que a significação de todas as frases deverá passar a ser analisada em termos dessas condições de assertibilidade ou de justificação, vez que o ceticismo de significado pretende suplantiar completamente o determinismo de significado e, mais especificamente, no que tange à sua característica do realismo clássico.

Ainda, o determinismo de significado supunha que os estados mentais constitutivos de significado eram estados intrínsecos ao indivíduo que os possuía, de sorte a que tanto a significação, quanto a obediência a regras poderiam ser analisadas individualmente, sem qualquer referência a uma outra pessoa. Em tendo sido substituídas as condições de verdade, advindas dos estados mentais, como provedoras do significado de uma frase, por condições de justificação, não há mais que se falar em análise de obediência a regras individualmente, pois a assertibilidade só pode ser entendida dentro do contexto de um determinado jogo de linguagem.

Desse modo, o ceticismo de significado tem como característica fundamental a intersubjetividade, de modo que ao invés de procurar possíveis fatos sociais explicativos para corresponder às atribuições de significado, devemos levar em consideração que a correção por outros e a comparação com outros é essencial para todas as atribuições de significado, mesmo para as de primeira pessoa.

Esse seria o argumento da linguagem privada, a solução cética para o paradoxo do cético, que Kripke descreve como sendo o desfecho das reflexões de Wittgenstein acerca de regras,

localizado nas *Investigações Filosóficas* no §202, ou seja, previamente ao que convencionalmente é denominado de “argumento da linguagem privada”, que tradicionalmente entende-se encontrar-se nos §§243 e seguintes, que tratam do argumento que não pode haver uma linguagem que se refira com palavras às sensações privadas do falante.

A justificação da obediência a uma regra só é possível se se considerar o contexto no qual tal regra e a pessoa que irá obedecer-lhe estão inseridas, ou, segundo Wittgenstein, uma regra só terá conteúdo substantivo se considerada dentro de seu jogo de linguagem, daí a não possibilidade de se seguir uma regra “privadamente”. As *condições de justificação* são, assim, identificadas com a determinação por outros indivíduos da comunidade quanto à obediência ou não de uma regra por um indivíduo em particular. Um indivíduo será considerado como obedecendo a uma regra caso passe nos testes pertinentes a que a comunidade o submete. Se passar em mais testes, e de forma recorrente, será considerado um falante da língua e membro da comunidade.

Dessarte, o acordo nas respostas em geral, que garante a comunicação, não se dá por que há um fato objetivo que explique o nosso acordo em casos particulares. Ao invés disso, a nossa licença para afirmar que concordamos em nossas diferentes atribuições de significado é por que elas são parte de um “jogo de linguagem”, que se mantém somente em função da dinâmica da normatividade intersubjetiva, que constitui a nossa “forma de vida”, e garante o sucesso das nossas interações comunicativas cotidianas.

Com o posicionamento de Kusch, fechou-se o Capítulo 2 deste trabalho, concluindo-se, igualmente, a parte de exposição crítica dos argumentos levantados por autores de relevo como resposta ao trabalho de Kripke, tanto em oposição quanto em defesa.

Kusch em sua interpretação do trabalho de Kripke visou a demonstrar que a posição que esse atribui a Wittgenstein, ainda que não de todo, está em grande parte fiel ao pensamento do autor, além de se tratar de uma visão coerente em seus próprios termos, dando uma resposta aos principais opositores de Kripke, isto é, Baker e Hacker. Esta será a posição geral a ser sustentada por esse trabalho, com alguns acréscimos e modificações, segundo posicionamento específico da autora, não se olvidando que Kripke buscou fazer uma interpretação das *Investigações Filosóficas*, e não uma paráfrase. Em assim sendo, deve-se sempre ter em mente que a concordância entre o pensamento de Wittgenstein e o de Kripke, ou melhor, do Wittgenstein de Kripke, nunca será absoluta, de modo que a proposta será demonstrar que os objetivos centrais de ambos são semelhantes, e que o trabalho de Kripke não descaracterizou o pensamento de Wittgenstein.

Primeiramente, Baker e Hacker criticaram severamente a caracterização que Kripke deu a Wittgenstein como “cético”, pois considerar Wittgenstein um cético seria altamente criticável, visto que ao longo de toda a sua vida ele criticou o ceticismo. Assim, afirmar que o “paradoxo do cético”, presente no §201, era o problema central das *Investigações Filosóficas*, que, se levado ao extremo, daria origem à conclusão niilista inexorável de que não pode haver qualquer significação, e, por conseguinte, a linguagem seria impossível, situação essa que somente seria reversível por meio de uma igualmente “solução cética”, constituiria uma interpretação completamente errônea do pensamento de Wittgenstein.

No entanto, como Kusch bem caracterizou, o Wittgenstein de Kripke, ainda que equiparado ao cético, em um dos posicionamentos possíveis descritos por Kripke e acima mencionados, será um cético contrário não ao ceticismo em geral, mas especificamente contrário ao entendimento determinista de significado quanto a regras e significação. Em outras palavras, trata-se de um cético que volta suas críticas para determinadas *análises filosóficas* incorretas a respeito do uso de frases de significado, não sugerindo, em momento algum, que todas as frases de significado estão sistematicamente em erro, ou são falsas.

Ademais, deve-se levar em consideração que Kripke adota um ceticismo constitutivo, ao invés de epistemológico, ao contrário do que é comumente trabalhado pelos filósofos. O Wittgenstein de Kripke é cético quanto à própria existência de fatos determinantes de significado, e não quanto à mera ideia de justificação ou conhecimento a respeito de tais fatos.

A solução cética, por conseguinte, é cética somente na medida em que repudia a possibilidade da existência de *qualquer* fato ou estado mental sobre o usuário da linguagem que determine a formação ou compreensão do significado, isto é, na medida em que for contrária ao determinismo de significado. Ela não será cética quanto aos modos pelos quais se fala sobre significado em geral, propondo, na verdade, uma nova forma de justificação para a significação.

Ante todo o exposto acima, não mais pode subsistir o argumento de Baker e Hacker de que, ao equiparar Wittgenstein a um cético no sentido geral do termo, Kripke merece críticas ao interpretar erroneamente o pensamento do autor, pois Baker e Hacker negligenciaram que o Wittgenstein de Kripke adota um ceticismo constitutivo contrário especificamente ao determinismo de significado e que destina suas objeções às *análises filosóficas* incorretas a respeito do uso de frases de significado, e não à existência das frases em si.

A segunda crítica de Baker e Hacker que merece atenção é quanto à interpretação comunitária que Kripke daria a Wittgenstein, ao afirmar a necessidade de um contexto social para a aplicação de regras. Para os autores, o que Wittgenstein afirma é que entender uma regra é o domínio de uma técnica e a maneira pela qual alguém entende manifesta-se no exercício dessa técnica na prática, na sua aplicação em vários casos. Entretanto, seria errôneo interpretar prática aqui no sentido de prática social, como defende Kripke, pois tal prática não pressupõe uma multiplicidade de agentes, já que toda ênfase aqui se encontra na *regularidade* das ações.

Kusch, em resposta às objeções de Baker e Hacker, cita um trecho do §199 das *Investigações Filosóficas*, o qual se reproduz nesse trabalho, no qual Wittgenstein afirma: "(...) Seguir uma regra, fazer uma comunicação, dar uma ordem, jogar uma partida de xadrez, são hábitos (usos, instituições)". (Wittgenstein, 1994, p. 113). A partir desse excerto, concorda-se com Kusch que fica difícil interpretar os termos "usos" e "instituições" fora de um contexto em que múltiplas pessoas estão envolvidas, ou atribuí-los a pessoas consideradas individualmente¹³⁷, dado que tais termos usualmente referem-se a sociedades ou coletividades, fazendo parte, inclusive, do glossário das Ciências Sociais.

¹³⁷ Kusch, (2006, p. 248)

Além disso, ao afirmar que o que conta como seguir uma regra é determinado por uma *regularidade normativa*, pois o modo como se entende uma regra é manifestado em ações, na prática, mas não necessariamente prática social, como é possível alçar de meras ações aleatórias à regularidade normativa sem comparação com outras ações que já são consideradas em regularidade? Não parece possível diferenciar meras ações aleatórias de uma regularidade normativa sem qualquer referência a uma prática social, a uma coletividade de indivíduos, na qual um corrige e justifica as ações do outro, na formação da regularidade prática normativa. Se cada um pudesse agir meramente do modo como entende a regra, essa se esvaziaria totalmente de sentido, pois não mais poderia vincular comportamentos de forma geral e nem protraí-los no tempo.

Ainda, se entender uma regra de determinada maneira é demonstrado na certeza, na falta de hesitação em sua aplicação, isso é decorrência do aprendizado, que nada mais é do que a aplicação prática das regras cotidiana e regularmente, submetida a correções pelos demais membros da comunidade, que já tem maior domínio da linguagem. Destarte, não há como separar a formação de uma regularidade na prática de aplicações de uma regra da sua pertença a um contexto social, tal como propõe corretamente Kripke.

Baker e Hacker também apresentaram objeções ao trabalho de Kripke no que tange à interpretação dos §§201-202, que conteriam o paradoxo do cético e o argumento da linguagem privada, respectivamente, e segundo Kripke, consistiriam no problema central das *Investigações Filosóficas*. Para fundamentar sua crítica, os autores recorreram ao seu profundo conhecimento da história textual das *Investigações Filosóficas*, que tiveram três versões datilografadas antes de sua versão publicada de 1945-6, sendo que a versão intermediária, datada de janeiro de 1945, não contém os parágrafos 201-3.

Tal fato teria levado Baker e Hacker a concluir que se os §§201-202 fossem efetivamente o problema central das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein não teria fechado a versão intermediária sem eles. Além disso, os autores objetam em relação às diferentes ocorrências do conteúdo do que hoje está localizado nos §§201-202, de vez que no manuscrito 129, a seu turno, que foi escrito a partir de 1944, o contexto de ocorrência dos §§201-3 é o da discussão do reconhecimento, que hoje se localiza nos §§377-81 das *Investigações Filosóficas*. Novamente, ponderam Baker e Hacker, se esse conteúdo fosse de suprema importância ao trabalho, Wittgenstein não teria dúvidas quanto à sua localização.

A história textual das *Investigações Filosóficas* é indubitavelmente de grande relevo, sobretudo sob uma perspectiva histórico-biográfica do pensamento de Wittgenstein. Não obstante, é questionável se possui algum impacto enquanto crítica ao trabalho de Kripke. Com efeito, o texto final de um autor é o que encerra o que ele julga importante para a compreensão de seu pensamento, e o contrário também é verdadeiro, isto é, aquilo que ele não inclui na versão final, deixando só nos manuscritos ou versões intermediárias, é o que julgou não pertinente à compreensão geral do texto. Isso sem falar no caráter experimental que os manuscritos normalmente têm, pois a confecção de uma obra costuma demandar várias versões até o fechamento da versão final.

De tal sorte, é bastante possível, e certamente não seria a primeira ocorrência na literatura, que Wittgenstein, após ter terminado a versão intermediária, tenha percebido a verdadeira importância dos §§201-3, de sorte a reincorporá-los na versão final, porém em um local mais proeminente, isto é, após a discussão sobre regras dos §§198-199, e separados do contexto da discussão do reconhecimento. Essa hipótese, no caso, é bastante provável, já que, como mesmo Baker e Hacker documentaram em seu minucioso trabalho de análise das *Investigações Filosóficas*¹³⁸, ao longo da confecção da obra, Wittgenstein frequentemente alterou o conteúdo de suas seções de um contexto para outro. Em assim sendo, o apelo à história das *Investigações Filosóficas* parece não causar um impacto negativo no trabalho de Kripke.

A próxima crítica levantada a Kripke por Baker e Hacker que será analisada é em relação à localização e ao conteúdo do argumento da linguagem privada. Kripke sustenta que o verdadeiro argumento da linguagem privada encontra-se nos parágrafos que fazem considerações quanto à obediência a regras, quais sejam, §§143-242, sendo que as considerações cruciais pertinentes ao argumento estão contidas na discussão que culmina no §202. No entanto, o entendimento tradicional é de que tal argumento localiza-se mais à frente, nos §§243 e seguintes.

Baker e Hacker trazem objeções, ainda, no que toca ao conteúdo mesmo do argumento da linguagem privada conforme descrito por Kripke, que seria decorrência da incorreção de um modelo privado para a linguagem e para regras, conforme enunciado no §202, e daí a necessidade da intermediação comunitária para a comunicação e para a obediência a regras. Para os autores, o argumento da linguagem privada seria a não primazia do mental e do subjetivo, em oposição ao idealismo e ao solipsismo imperantes na então filosofia europeia. O que rege o argumento da linguagem privada é o questionamento sobre se um paradigma privado pode ser empregado para dar significado a uma palavra, ou se um referencial mental pode ser aplicado na estipulação ou explicação para alguém acerca da constituição de uma norma de uso correto.

Já nas discussões sobre obediência a regras, isto é, nos §§143-242, afirmam Baker e Hacker que esse questionamento é respondido com uma negativa, ou seja, que não há possibilidade de se estabelecer uma relação interna entre um paradigma privado, ou uma explicação subjetiva, de modo a que tais possam determinar uma ação em uma prática de acordo com uma regra. Entretanto, a discussão efetiva do argumento virá apenas posteriormente, a saber, nos §§243ss.

Consoante Baker e Hacker, os parágrafos 243 a 315 das *Investigações Filosóficas*, mais especificamente, tratam de fenômenos mentais que seriam intangíveis, pois todo mundo possui os seus próprios, e epistemicamente privados, já que só aquele que os possui pode ter conhecimento sobre eles. Para o “linguista privado” tais fenômenos mentais seriam sensações, experiências e pensamentos. Com efeito, o argumento da linguagem privada seria uma refutação da ideia de que uma linguagem privada pode ser construída a partir de definições ostensivas de termos para itens intangíveis epistemicamente privados.

¹³⁸ Fala-se aqui das obras *Wittgenstein: Understanding and Meaning, Vols. I and II*.

Tal argumentação começou a ser desenvolvida já nas discussões sobre obediência a regras, conforme acima mencionado, fazendo uso de alguns resultados das considerações acerca da obediência a regras, particularmente a ideia das regras como padrões objetivos de correção. Com isso, o que se pôde concluir é que um linguista privado não seria capaz de instituir regras para si mesmo. Isso porque, em sendo as regras padrões objetivos de correção, e a linguagem do linguista privado construída somente a partir de definições ostensivas de termos para itens intangíveis epistemicamente privados, ele não seria capaz de dar origem a um padrão objetivo de correção, permanecendo em uma situação em que não haveria diferença entre obedecer a uma regra e pensar estar obedecendo-lhe. Esse seria o verdadeiro argumento da linguagem privada.

O que poderia ter gerado a confusão na interpretação de Kripke foi que, com o deslocamento dos §§201-3 de seu contexto de ocorrência original, que era o da discussão que hoje se localiza nos §§377-81, o §202 acabou por permanecer estatuinto uma conclusão do argumento da linguagem privada, porém isoladamente, isto é, fora do contexto da efetiva discussão do argumento da linguagem privada, que só viria mais para frente, nos §§243-315.

Kusch responde às críticas de Baker e Hacker afirmando que a leitura que Kripke da ao argumento da linguagem privada e a leitura tradicional são perfeitamente compatíveis, se se considerar a prática de aplicação de regras sob um viés social. Nas palavras do autor:

Qualquer um que interprete as considerações de Wittgenstein quanto à obediência a regras como se propusessem uma solução social achará, com certeza, os dois argumentos da linguagem privada muito similares em espírito e resultado. Afinal, ambos estão preocupados em minar as concepções de obediência a regras privadamente: o primeiro argumento rejeita a ideia de que a obediência a regras pode fazer sentido fora de um contexto social; e o segundo argumento demonstra a ininteligibilidade tanto das definições ostensivas privadas, quanto do conceito de itens mentais intangíveis e epistemicamente privados. (...) uma leitura social das considerações sobre obediência a regras deve igualmente concluir que, em um sentido, uma parte do segundo argumento é um caso especial do primeiro: demonstrar que um linguista privado não é capaz de instituir regras para si mesmo é um caso especial de um argumento mais geral que tem o efeito de que toda a obediência a regras é social¹³⁹. (Kusch, 2006, p. 255)

Ora, analisando-se a obediência a regras sob uma perspectiva social, um linguista privado não pode instituir regras para si próprio, sob pena de cair em uma situação em que não saberá distinguir o que é obedecer a uma regra do que é pensar que está obedecendo-lhe, pois as regras são padrões objetivos de correção, e tais padrões de correção são decorrentes da inserção do linguista privado em uma determinada comunidade linguística. A objetividade dos padrões de

¹³⁹ "Anyone who interprets Wittgenstein's rule-following considerations as propounding a social solution will of course find the two private language arguments very similar in spirit and outcome. After all, both are concerned to undermine conceptions of private rule-following: the first argument rejects the idea that rule-following can be made sense of outside a social setting; and the second argument demonstrates the unintelligibility of both private ostensive definitions and the concept of inalienable and epistemically private mental items. (...) a social reading of (...) rule-following considerations must also conclude that there is a sense in which one strand of the second argument is but a special case of the first: to show that the private linguist is unable to lay down rules for himself is a special case of a more general argument to the effect that all rule-following is social".

correção, a seu turno, é devida ao fato de que o mesmo linguista é constantemente submetido a testes por outros membros da comunidade quanto ao uso da linguagem e à obediência a regras, segundo os padrões que todos têm acesso, dentro da dinâmica da intersubjetividade normativa.

Nesse caso, a solução cética formulada por Kripke se mostra apta a responder os questionamentos sobre se um paradigma privado pode ser empregado para dar significado a uma palavra, ou se um referencial mental pode ser aplicado na estipulação ou explicação para alguém acerca da constituição de uma norma de uso correto, se a prática de aplicação de regras for tomada enquanto prática social. Desta feita, seriam de fato perfeitamente compatíveis as duas leituras do argumento da linguagem privada.

Com efeito, outra crítica de Baker e Hacker que cabe discussão é quanto ao papel do *acordo* em Wittgenstein e no Wittgenstein de Kripke. Existem dois modos com os quais se pode ligar o acordo à obediência a regras: o primeiro deles é pensar o acordo como um *critério constitutivo* da obediência a regras, de sorte a que é o acordo entre as respostas das pessoas o que efetivamente constitui a significação, e, por conseguinte, a obediência a regras; o segundo deles é conceber o acordo como um *arcabouço condicional* para a possibilidade de obediência a regras, isto é, a menos que existisse um acordo geral nas respostas comunitárias, a obediência a regras seria impossível.

Baker e Hacker atribuem o *critério constitutivo* ao Wittgenstein de Kripke, pois, segundo sua descrição da necessidade de intermediação comunitária para a comunicação, só há que se falar em significação no caso de acordo comunitário. Com efeito, diz-se que um indivíduo em uma comunidade está obedecendo a uma regra, na medida em que de acordo com as respostas produzidas pelos membros da comunidade da qual faz parte em um número suficiente de casos. Em assim sendo, o acordo comunitário é parte das condições de justificação de aplicação de regras na prática, vez que alguém só estará justificado a agir de determinado modo na prática, segundo a formulação teórica da regra, caso concorde com as ações dos demais, sendo o acordo, portanto, constitutivo do significado mesmo da regra.

Ao contrário disso, para Baker e Hacker, o que Wittgenstein teria afirmado, contrariamente a Kripke, é que o acordo seria o *arcabouço condicional* para a existência dos jogos de linguagem, mas não seria constitutivo de nenhum jogo. Dito de outro modo, não é necessário o acordo para que alguém entenda o significado de qualquer coisa. Ao invés disso, para que alguém entenda, é fundamental a correta explicação do que a expressão em questão significa, assim como seu uso correto.

Segundo Kusch¹⁴⁰, no entanto, não se poderia concluir apenas por sua perspectiva social da obediência a regras que Kripke adere ao *critério constitutivo* do acordo. Em momento algum ele sustenta que o acordo de respostas comunitárias no que tange à aplicação de uma regra qualquer, por exemplo, a de adição, é *condição necessária e suficiente* para que um indivíduo aplique a regra com seu significado correto, ou, no exemplo, use “+” para significar adição.

¹⁴⁰ Kusch, (2006, pp. 258-259)

Assim, seguindo Wittgenstein, e por enunciar uma solução cética, que rejeita o realismo clássico, Kripke repudia a tentativa de instituição de condições *necessárias* e *suficientes* para a formação do significado, tal como ocorria com as condições de verdade. As condições de justificação do modelo social de obediência a regras e atribuição de significados de Kripke, que vieram em substituição às condições de verdade do modelo realista-clássico, tomarão, na melhor das hipóteses, a forma: “é *geralmente necessário* e *frequentemente suficiente*”.

Ademais, para Kusch o acordo possui, no trabalho de Wittgenstein, outro papel além de arcabouço condicional, que merece ser levado em consideração, de modo que a divisão estanque dos dois modos com os quais se pode ligar o acordo à obediência a regras, que oporia Wittgenstein e o Wittgenstein de Kripke, não mais subsistiria:

...o acordo não é somente um arcabouço condicional; ele também exerce um papel na tentativa de entender o que os outros querem dizer. Nós podemos significativamente questionar se as respostas de alguém às perguntas de adição – por exemplo, as de uma criança – correspondem às nossas. O fato mesmo de que podemos fazer esse questionamento a respeito das perguntas de adição é devido ao nosso acordo fundamental com a criança acerca de uma vasta extensão de respostas. Mas a existência desse acordo fundamental não leva antecipadamente ao questionamento sobre se há acordo em nossas respostas especificamente sobre perguntas de adição. Em muitos casos, nós tomamos nossas respostas como parâmetros *prima facie* para decidir acerca da correção ou incorreção das respostas dos outros¹⁴¹. (Kusch, 2006, p. 259)

Finalmente, a última crítica de Baker e Hacker a ser discutida é em relação à mudança do Wittgenstein do *Tractatus* para o Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* que, na concepção de Kripke, seria uma transformação de uma teoria de condições de verdade para uma teoria de condições de justificação. Consoante Baker e Hacker, tal seria uma visão distorcida de Wittgenstein, sendo que as distorções ocorreram em dois níveis: na representação da teoria das condições de verdade do *Tractatus* e nas visões tardias de Wittgenstein acerca do significado.

De acordo com sua concepção, Kripke afirma que a ideia básica do *Tractatus* é a seguinte: uma frase declarativa adquire seu significado em virtude de suas condições de verdade, isto é, em virtude de sua correspondência com fatos da realidade, que devem ocorrer na prática (ser o caso), se a frase for verdadeira. Segundo Baker e Hacker, nessa caracterização da ideia básica do *Tractatus*, Kripke mistura a teoria das condições de verdade à teoria pictórica das proposições atômicas, ambas do *Tractatus*, chegando a um resultado absurdo, já que não faz sentido falar-se em condições de verdade para proposições atômicas, pois elas não possuem tabela-verdade.

¹⁴¹ “...agreement is not only a framework condition; it also plays a role in figuring out what others mean. We can meaningfully ask whether someone else’s – say, a child’s – responses to plus-queries correspond to ours. That we can even ask this question concerning plus-queries is due to our fundamental agreement with the child over a wide range of responses. But the existence of this fundamental agreement does not preempt the question of whether there is agreement in our responses to specific plus-queries. In many cases we take our own responses as *prima facie* yardstick for deciding on the correctness or incorrectness of the responses of others”.

Nesse caso, tal confusão no que seria a ideia central do *Tractatus* é que teria originado a interpretação errônea de Kripke de que o primeiro Wittgenstein defendia uma teoria de condições de verdade e baseada em fatos na formação dos significados.

Quanto às visões tardias de Wittgenstein acerca do significado, Kripke sustenta que esse propõe um cenário da linguagem baseado em condições de justificação, ou condições de assertibilidade, em detrimento das condições de verdade, do *Tractatus*, o que, mais uma vez, para Baker e Hacker, não faz qualquer sentido dentro da teoria de Wittgenstein. Os autores asseveram que seria possível explicar a formação do significado de apenas alguns tipos de frases a partir da especificação das circunstâncias que justificam a sua asserção, mas que na maioria dos casos, isso não seria possível, o que dificulta bastante a subsistência da visão de Kripke. Além disso, alegam que somente pela preocupação de Wittgenstein de observar como as frases são utilizadas, não se pode chegar à conclusão implícita de que todas as frases possuem condições de justificação.

Desta feita, podem-se rebater as críticas de Baker e Hacker igualmente em dois níveis, segundo o que seriam as duas distorções ao pensamento de Wittgenstein cometidas por Kripke, iniciando-se com a representação errônea da teoria das condições de verdade do *Tractatus*. Com efeito, podem-se utilizar as palavras dos próprios Baker e Hacker contra eles mesmos. É que em seu livro *Wittgenstein: Understanding and Meaning - An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations, vol. 1* tais autores caracterizam a posição que Wittgenstein sustenta no *Tractatus* do seguinte modo:

De acordo com o *Tractatus*: (i) *Na análise* de qualquer frase com o sentido em combinações de função verdade de proposições elementares, todo constituinte de tais proposições elementares é o nome de um objeto (...). (ii) O objeto que tal nome simples significa é seu significado. (...). (iv) (...) A correlação de um nome simples *em uso* com seu significado é psicológica – é afetada por atos de significação (...). Ao pronunciar uma frase 'aRb', o falante significa pela frase o estado de coisas *aRb*, cuja ocorrência tornaria a frase verdadeira (...). Ao significar *aRb* pela frase, o falante significa pelo nome 'a' o objeto *a* que é seu significado, e em sendo 'R' assim ladeado pelo par ordenado de nomes 'a' e 'b', ele significa a relação de ser *R* na qual *a* deve permanecer ao lado de *b*. (v) A *explicação* do que um nome simples significa é afetada por uma elucidação (...), que é uma descrição na qual o explanandum é usado em uma afirmação verdadeira (...). Tal elucidação conecta um nome simples com o objeto na realidade, que é seu significado. (vi) Nomes simples, assim conectados a seus significados, são os fundamentos da linguagem¹⁴². (Baker/Hacker, 2005a, pp. 26-27)

¹⁴² "According to the *Tractatus*: (i) *On analysis* of any sentence with a sentence into truth-functional combinations of elementary propositions, every constituent of such elementary propositions is a name of an object. (...). (ii) The object which such a simple name signifies is its meaning (...). (iv) (...) The correlation of a simple name *in use* with its meaning is psychological – it is effected by acts of meaning (...). In uttering a sentence 'aRb', the speaker means by the sentence the state of affairs *aRb* the obtaining of which would make the sentence true (...). In meaning *aRb* by that sentence, the speaker means by the name 'a' the object *a* that is its meaning, and by 'R's' meaning being thus flanked by the ordered pair of names 'a' and 'b', he means the relation of being *R* in which *a* is said to stand by *b*. (v) The *explanation* of what a simple name means is effected by an elucidation (...), which is a description in which the explanandum is used in a true assertion (...). Such an elucidation connects a simple name with the object in reality that is its meaning. (vi) Simple names, thus connected with their meanings, are the foundations of language".

O trecho não deixa dúvidas. Se o objeto que um nome simples significa é seu significado, e ao pronunciar uma frase, o que o falante significa é o estado de coisas cuja ocorrência tornaria a frase verdadeira, e, ao mesmo tempo, pelo nome que utiliza na frase, ele significa o objeto pertinente, pode-se afirmar que o significado desse nome é igual ao que o estado de coisas cuja ocorrência tornaria a frase verdadeira. Aqui, muito claramente, Wittgenstein defende uma teoria significacional condicional-veritativa de base factual, conforme afirmou Kripke. Mais ainda, consoante Baker e Hacker, de acordo com o *Tractatus*, tal conexão entre os nomes simples e seus significados seriam os fundamentos da linguagem. Nesse sentido, como negar a importância que Wittgenstein deu no *Tractatus* a uma descrição condicional-veritativa do significado?

O que poderia ser levantado como crítica a Kripke é que o autor não foi rigoroso em sua descrição do primeiro Wittgenstein, ao menos não como gostariam Baker e Hacker. Entretanto, Kripke não se propôs a dar uma descrição completa e estrita do pensamento do jovem Wittgenstein, tendo sido seu objetivo somente demonstrar o importante contraste existente entre as visões do *Tractatus* e das *Investigações Filosóficas*, o que fez de forma bem sucedida, e sem descaracterizar as linhas gerais do pensamento do primeiro Wittgenstein, consoante se elucidou acima.

Por fim, resta rebater o que seria a segunda distorção cometida por Kripke ao pensamento de Wittgenstein, qual seja, a de que nas visões tardias de Wittgenstein acerca do significado, esse teria proposto um cenário da linguagem baseado em condições de justificação, ou condições de assertibilidade, em oposição às condições de verdade do *Tractatus*. Baker e Hacker criticam Kripke afirmando que apenas alguns tipos de frases, mais especificamente frases em terceira pessoa que digam respeito a características psicológicas e habilidades, poderiam obter seu significado a partir das circunstâncias que justificam sua asserção, mas quanto aos demais tipos de frases, tal não seria possível.

Kusch relembra que Kripke, ao construir o termo “condições de assertibilidade”, fê-lo por questões pedagógicas e de fluidez textual, mas ressaltou que se tratava de um termo deveras simplificado, vez que dava privilégio às asserções em detrimento de outras formas de declaração¹⁴³. Mais adequado seria falar-se em “...condições com as quais realizar-se-á um movimento (uma forma de expressão linguística) no ‘jogo de linguagem’”. (Kripke, 1982, p. 74).

As condições de assertibilidade, assim entendidas, não ficam tão distantes das ideias que os próprios Baker e Hacker atribuem ao Wittgenstein tardio. Kusch destaca o posicionamento que eles atribuem a Wittgenstein no que tange ao papel dos “critérios de entendimento”, sobre os quais afirmam existir múltiplos critérios para entender expressões, sejam elas palavras ou frases. Dar uma explicação para uma expressão de acordo com a prática de explicá-la é um critério para entendê-la, e usar uma expressão de acordo com a prática de utilizá-la (e explicá-la) é igualmente um critério para entendê-la. Nessa esteira, as relações existentes entre os diferentes critérios para entender uma expressão seriam contingentes, de sorte a que o que conecta a prática de explicar uma expressão

¹⁴³ Kusch, (2006, p. 262)

com a prática de utilizá-la corretamente são padrões de comportamento normal para aqueles que falam a língua¹⁴⁴.

Ante o acima exposto, Kusch tece as seguintes observações, que o levam ao questionamento abaixo explicitado:

A descrição que Kripke dá das condições de assertibilidade é, com certeza, muito vaga e simples, e ele diz pouco sobre como lidar com as condições de assertibilidade para várias classes de declarações. Mas a mesma vagueza e simplicidade caracterizam as descrições existentes acerca dos critérios (...). E assim, o real dilema que emerge da crítica de Baker e Hacker é esse: por que é errado falar – do modo pouco rigoroso de Kripke – do Wittgenstein tardio como se esse tratasse de um ‘cenário’ de significado em termos de condições de assertibilidade, quando é correto falar – à maneira de Baker e Hacker – do Wittgenstein tardio como se propusesse um ‘cenário’ de significado em termos de critérios¹⁴⁵? (Kusch, 2006, p. 263)

Trata-se de um questionamento pertinente, pois, tal como delineado acima, Baker e Hacker caracterizaram as relações existentes entre os diferentes critérios para entender uma expressão como contingentes, sendo os padrões de comportamento normal para aqueles que falam a língua o que conectam a prática de explicar uma expressão com a prática de utilizá-la corretamente. Em assim sendo, sua descrição do que seriam os critérios para entender uma expressão é, de fato, muito semelhante ao que Kripke descreve como sendo as condições de assertibilidade, isto é, condições sob as quais um usuário da linguagem pode proferir uma afirmação ou uma negação, dentro de um contexto determinado, após ter sido submetido a testes por outros usuários mais experientes da linguagem, segundo o acordo nas práticas da comunidade.

Em assim sendo, a interpretação de Kripke em relação às visões tardias de Wittgenstein acerca do significado não estaria de todo distorcida, para se dizer o mínimo. Com isso, fecha-se a discussão acerca da última crítica de Baker e Hacker pontuada, qual seja, a da mudança do Wittgenstein do *Tractatus* para o Wittgenstein das *Investigações Filosóficas*.

No geral, pode-se concluir que as críticas de Baker e Hacker à interpretação que Kripke deu a Wittgenstein são bastante detalhadas e abrangentes, pois questionam tanto o entendimento de Kripke acerca de pontos específicos do pensamento de Wittgenstein, quanto seu entendimento como um todo. Algumas de suas críticas são pertinentes e compreensíveis, sobretudo no que tange à falta de rigor de Kripke na caracterização do Wittgenstein do *Tractatus* e em sua falta de atenção quanto a outros tipos de declarações, que não asserções, quando da elaboração das condições de assertibilidade.

¹⁴⁴ Baker/Hacker, (2005a, pp. 678-679)

¹⁴⁵ “The account that Kripke gives of assertability conditions is, of course, very sketchy and vague, and he says little on how to handle the assertability conditions for various classes of utterances. But the same sketchiness and vagueness characterizes existing accounts of (...) criteria. And thus the real puzzle arising from Baker and Hacker’s critique is this: why is it wrong to speak – in Kripke’s loose way – of the later Wittgenstein as suggesting a ‘picture’ of meaning in terms of assertability conditions, when it is right to talk – in Baker and Hacker’s manner – of the later Wittgenstein as proposing a ‘picture’ of meaning in terms of criteria?”

Entretanto, a maior parte de suas críticas, conforme demonstrado nesse trabalho, ou não subsiste diante de maior argumentação, ou não é capaz de causar grande impacto nos objetivos centrais do trabalho de Kripke. Kripke estava correto ao caracterizar Wittgenstein como cético, pois se trata de um cético contrário não ao ceticismo em geral, mas especificamente contrário ao entendimento determinista de significado, e que adota um ceticismo constitutivo quanto a regras e significação, ao invés de epistemológico, sendo cético, portanto, quanto à própria existência de fatos determinantes de significado, e não quanto a mera ideia de justificação ou conhecimento a respeito de tais fatos.

Kripke acertou, igualmente, na interpretação comunitária que atribuiu a Wittgenstein em suas considerações sobre obediência a regras, ao afirmar a necessidade de um contexto social para a aplicação de regras, vez que, para Wittgenstein, seguir uma regra são “usos” e “instituições”, comportamentos esses que claramente referem-se a uma coletividade de indivíduos, bem como porque não há como separar a formação de uma regularidade de aplicações de uma regra da sua pertença a um contexto social.

Ademais, a interpretação que Kripke deu ao argumento da linguagem privada mostrou-se coerente, em linhas gerais, com o que tradicionalmente entende-se como sendo tal argumento. Ainda, Kripke não descaracterizou o pensamento de Wittgenstein no que tange ao papel do *acordo*, já que, por um lado não se poderia concluir apenas por sua perspectiva social da aplicação de regras que Kripke adere ao critério *constitutivo* do acordo, e por outro, não se poderia afirmar que em Wittgenstein o acordo possui somente o papel de *arcabouço condicional*.

Por fim, Kripke estava correto na caracterização que deu às ideias centrais do *Tractatus*, mais especificamente, à teoria das condições de verdade, ainda que não tenha dispensado ao primeiro Wittgenstein os devidos rigor e atenção, e ao menos não estava de todo equivocado ao afirmar quanto às visões tardias de Wittgenstein acerca do significado, que esse propõe um cenário da linguagem baseado em condições de assertibilidade ou de justificação. Em outras palavras, Kripke estava correto em sua caracterização da transformação na filosofia da linguagem de Wittgenstein a partir de uma mudança do *Tractatus* para as *Investigações Filosóficas* que, na verdade, seria uma transformação de uma teoria de condições de verdade para uma teoria de condições de assertibilidade, ou de justificação.

Referências Bibliográficas

- Baker, G. P. & P. M. S. Hacker. **Scepticism, Rules and Language**. Oxford: Blackwell, 1984.
- _____. **Wittgenstein: Understanding and Meaning - An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations, vol. 1**. Oxford: Blackwell, 2005.
- _____. **Wittgenstein: Rules, Grammar and Necessity - An Analytical Commentary on the Philosophical Investigations, vol. 2**. Oxford: Blackwell, 2005
- Blackburn, Simon. The Individual Strikes Back. In: Miller, Alexander & Wright, Crispin. **Rule-Following and Meaning**. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2006. pp. 28-44
- Bloor, David. **Wittgenstein: Rules and Institutions**. London: Routledge, 1997.
- Boghossian, Paul. The Rule-Following Considerations. In: Miller, Alexander & Wright, Crispin. **Rule-Following and Meaning**. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2006. pp.141-187.
- _____. Is Meaning Normative? In: **Content and Justification: Philosophical Papers**. New York, Oxford University Press, 2008. pp. 95-108.
- Byrne, Alex. On Misinterpreting Kripke's Wittgenstein. In: **Philosophy and Phenomenological Research**. Vol. LVI, No. 2, 1996. p. 339.
- Croom, Adam. Wittgenstein, Kripke, and the Rule Following Paradox. In: **Dialogue**. Vol. 52 (2/3) Cambridge University Press: 2010. pp.103-109.
- Ebbs, Gary. **Rule-Following and Realism**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1991. pp. 9-39.
- Ginet, Carl. The Dispositionalist Solution to Wittgenstein's Problem about Understanding a Rule: Answering Kripke's Objections. In: **Midwest Studies in Philosophy**. Vol, 17, No.1, 1992. pp. 53-73.
- Ginsborg, Hannah. Primitive Normativity and Skepticism About Rules. In: **Journal of Philosophy**. Vol, 108, No. 5, May 2011. pp. 227-254.
- Glüer, Kathrin. & Wikforss, Åsa. Against Content Normativity. In: **Mind**. Vol. 118. Oxford University Press, 2009. pp. 31-70.
- Goldfarb, Warren. Kripke on Wittgenstein on Rules. In: Miller, Alexander & Wright, Crispin. **Rule-Following and Meaning**. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2006. pp. 92-107.
- Hale, Bob. Rule-following, objectivity and meaning. In: Hale, Bob. & Wright, Crispin (org). **A Companion to the Philosophy of Language**. Oxford: Blackwell, 1997. pp. 369-397.
- Heal, Jane. Rule-Following and its Ramifications. In: **Analysis**. Vol. 69 (3). Oxford: Blackwell Publishing, 2009. pp. 541-548.
- Hoffman, Paul. Kripke on Private Language. In: **Philosophical Studies**. Vol. 47. 1985. pp. 23-28.
- Hohwy, Jakob. A Reductio of Kripke-Wittgenstein's Objections to Dispositionalism about Meaning. In: **Minds and Machines**. Vol. 13, No. 2, 2003.

- Holtzman, Steven H. & Leich, Christopher M. **Wittgenstein: to Follow a Rule**. London: International Library of Philosophy, 1981.
- Horwich, Paul. Meaning, Use and Truth. In: Miller, Alexander & Wright, Crispin. **Rule-Following and Meaning**. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2006. pp. 260-273.
- Humphrey, John. Kripke's Wittgenstein and the Impossibility of Private Language: The Same Old Story? In: **Journal of Philosophical Research**. Vol 21, 1996. pp.197-207.
- Kripke, Saul. **Wittgenstein on Rules and Private Language**. Cambridge: Harvard University Press, 1982.
- Kusch, Martin. **A Sceptical Guide to Meaning and Rules: Defending Kripke's Wittgenstein**. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2006.
- _____. Rule Scepticism: Searle's Criticism of Kripke's Wittgenstein. In: Tsohatzidis, S.L. (ed.), **John Searle's Philosophy of Language: Force, Meaning, and Mind**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007. pp.143–168.
- _____. Kripke's Wittgenstein, On Certainty, and Epistemic Relativism. In: Whiting, Daniel (ed.) **The Later Wittgenstein on Language**. Basingstoke: Palgrave Macmillan: 2009. pp. 213-230.
- McDowell, John. **Mind, Value and Reality**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998.
- _____. Wittgenstein on Following a Rule. In: Miller, Alexander & Wright, Crispin. **Rule-Following and Meaning**. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2006. pp. 45-80.
- _____. Meaning and Intentionality in Wittgenstein's Later Philosophy. In: **Midwest Studies in Philosophy**. Vol 17, 1992. pp. 40-52.
- McGinn, Colin. Wittgenstein, Kripke and Non-Reductionism about Meaning. In: Miller, Alexander & Wright, Crispin. **Rule-Following and Meaning**. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2006. pp. 81-91.
- Mulhall, Stephen. Language-Games and Language: Rules, Normality Conditions and Conversation. In: Glock, Hans-Johann. & Hyman, John. **Wittgenstein and Analytic Philosophy: Essays for P. M. S. Hacker**. New York: Oxford University Press, 2009. pp. 152-174.
- Pettit, Philip. The Reality of Rule Following. In: Miller, Alexander & Wright, Crispin. **Rule-Following and Meaning**. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2006. pp.188-208.
- Rundle, Bete. The Private Language Argument. In: Glock, Hans-Johann. & Hyman, John. **Wittgenstein and Analytic Philosophy: Essays for P. M. S. Hacker**. New York: Oxford University Press, 2009. pp. 133-151.
- Schlosser, Markus E. The Metaphysics of Rule-Following. In: **Philosophical Studies**. Vol. 155, No.3, 2011. pp.345-369.
- Werhane, Patricia H. Some Paradoxes in Kripke's Interpretation of Wittgenstein. In: **Synthese**. Vol. 73. Reidel Publishing Company: 1987. pp.253-273.

Whiting, Daniel. The Normativity of Meaning Defended. In: **Analysis**. Vol. 67.2. Oxford: Blackwell Publishing, April 2007.

Wilson, George M. Semantic Realism and Kripke's Wittgenstein. In: **Philosophy and Phenomenological Research**. Vol. LVIII, No. 1, March 1998: pp. 99-122.

_____. Kripke on Wittgenstein on Normativity. In: Miller, Alexander & Wright, Crispin. **Rule-Following and Meaning**. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2006. pp. 234-259.

_____. On the Scepticism about Rule-Following in Kripke's Version of Wittgenstein. In: Berger, Alan (ed). **Saul Kripke**. New York, Cambridge University Press, 2011. pp. 253-289.

Wittgenstein, Ludwig. **Investigações Filosóficas**. Trad. Marcos G. Montagnoli. 6 ed. Petrópolis; Vozes, 2009.

_____. **Tractatus Logico-Philosophicus**. Trad. Luiz Henrique Lopes dos Santos. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010.

Wright, Crispin. Kripke's Account of the Argument Against Private Language. In: **Journal of Philosophy**. Vol. 81 (12). New York: Columbia University Press, 1984. pp.759-778.

_____. Meaning and Intentions as Judgement Dependent. In: Miller, Alexander & Wright, Crispin. **Rule-Following and Meaning**. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2006. pp. 129-140.

Zalabardo, José L. Kripke's Normativity Argument. In: Miller, Alexander & Wright, Crispin. **Rule-Following and Meaning**. Quebec: McGill-Queen's University Press, 2006. pp. 274-294.